UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

VIVIAN DE ULHÔA CINTRA BERNARDO

A referenciação a partir da concordância de gênero no português brasileiro:
uma abordagem da Linguística Cognitiva

São Paulo
2019

VIVIAN DE ULHÔA CINTRA BERNARDO

“A referenciação a partir da concordância de gênero no português brasileiro: uma abordagem da Linguística Cognitiva”

Versão original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Chagas de Souza.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B518r Bernardo , Vivian de Ulhôa Cintra
A referência a partir da concordância de gênero
no português brasileiro: uma abordagem da Linguística
Cognitiva / Vivian de Ulhôa Cintra Bernardo ;
orientador Paulo Chagas de Souza. - São Paulo, 2019.
141 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Linguística. Área de
concentração: Semiótica e Linguística Geral.

1. Morfossintaxe. 2. Referência. 3. Gênero
gramatical . 4. Linguagens não-binárias. 5.
Linguística cognitiva. I. Souza, Paulo Chagas de ,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

BERNARDO, Vivian de Uihôa Cintra. **A referência a partir da concordância de gênero no português brasileiro:** uma abordagem da Linguística Cognitiva. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Chagas de Souza
Orientador

Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Voorsluys Battaglia
Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Natasha Vicente da Silveira Costa
Universidade Federal de Goiás

À Clarice e à Capitu

AGRADECIMENTOS

Ao Bruno dos Santos Silva, por sempre acreditar na minha capacidade; pela interlocução diária, sem a qual nada do que consta nesta dissertação existiria; pelos momentos de respiro entre nossas páginas; por tornar minha vida muito mais confortável; por dividir comigo espaços, ideias, planos e afetos.

À Giovana Leme Bardi, pelo humor que traz aos meus dias; por ensinar-me a rir, até de desespero, mas sempre rir; por ser generosa, cuidadosa, amiga e confiante; por ser a voz sensata e serena que me tranquilizou nesta pesquisa; por ser a irmã que eu não tive.

À Nicole Guim de Oliveira, por ser guardida nas conversas diárias; por compartilhar comigo o amor aos gatos e às amizades; por proteger-me e cuidar de mim; por ser minha gêmea de alma e, nessa semelhança, ajudar-me a me encontrar; pelo interesse genuíno que ressignificou “amizade” para mim.

À Leda Maria de Mello Botton, pela parceria da graduação para o resto da vida; pelas conversas sobre feminismo, gatas, academia, licenciatura; por ser minha inspiração de inteligência e competência; pela amizade construída em cada troca de ideias; pela presença constante.

À Karina Gonçalves de Souza de Oliveira, por compreender meus momentos de angústia; por estar sempre disponível a ajudar; pela complacência sem igual.

À Renata Maia e à Giulia Galizoni Caversan, por cada conversa acalentadora; pelos *memes* e pelos *gifs* compartilhados; pelo sincero carinho nas trocas cotidianas.

Ao professor Paulo Roberto Gonçalves Segundo, pela paciência, pelas conversas constantes, e pela imensa generosidade, que se revelam nas linhas e nas entrelinhas de cada página desta dissertação.

À professora Mariangela Rios de Oliveira, pelo aprendizado proporcionado nas aulas e nos textos, e pelas observações certeiras no meu exame de qualificação.

Ao professor Paulo Chagas de Souza, por orientar-me, apoiar-me na minha pesquisa e dar-me segurança para tomar decisões difíceis.

À Rosangela dos Santos Silva, ao Francisco Félix da Silva e à Camila dos Santos Silva, por serem minha segunda família, acolhedora e querida.

Aos meus irmãos, Cássio e Fernando de Ulhoa Cintra Bernardo, pela alegria que somam à minha vida. Ao Brennan Whitaker Duty, por ser também um irmão, amado e presente.

Ao meu pai, João Junior Tabosa Bernardo, e à minha mãe, Rosana de Ulhoa Cintra Bernardo, por incentivarem meus estudos, sem os quais eu não conseguiria sequer sonhar com a vida acadêmica, e por estimularem meus gostos pela leitura e pela política. Vocês são os meus exemplos de pessoas críticas e engajadas.

A todas e todos que enviaram dados para o *corpus*, sugeriram leituras, e debateram este tema comigo — Pedro, Sarah, Leda, Karina, Giovana, Nicole, Bruno. Se uma pesquisa só se constrói na interlocução, a minha não existiria sem vocês.

Às professoras, aos professores, às funcionárias e aos funcionários do Departamento de Linguística da USP, por estimularem que eu fizesse esta pesquisa como eu idealizava.

À CAPES, pela concessão de bolsa ao projeto nº 88882.327854/2019-01, que resultou nesta dissertação. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor não necessariamente refletem a visão da CAPES.

"Un homme n'aurait pas idée d'écrire un livre sur la situation singulière qu'occupent dans l'humanité les mâles. Si je veux me définir je suis obligée d'abord de déclarer: 'je suis une femme'."

(BEAUVOIR, [1949] 1976, p. 32)

RESUMO

BERNARDO, Vivian de Ulhôa Cintra. **A referenciação a partir da concordância de gênero no português brasileiro**: uma abordagem da Linguística Cognitiva. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O que motiva esta dissertação é investigar as contribuições da Linguística Cognitiva para descrever e analisar a construção de referentes no discurso a partir da observação da concordância de gênero gramatical no Português Brasileiro (PB). Se, por um lado, o gênero gramatical no PB pode ser compreendido a partir dos termos “marcado” e “não marcado” (cf. Câmara Jr 1975, 1972, 1966), por outro podemos fazê-lo corresponder às categorias “feminino” e “masculino”. A primeira terminologia implica que o sufixo –a de palavras femininas (‘aluna’, por exemplo) não seria uma marca de gênero, mas sim sua vogal temática. Não obstante, no PB, o gênero masculino e as noções de “neutro” e “genérico” — i.e., gêneros que pretendem expressar, respectivamente, grupos formados por seres inanimados e por seres de diferentes sexos — frequentemente apresentam a mesma representação morfológica, a terminação –o. Essa coincidência pode ser afetada pela associação, feita por diversos falantes, de gêneros gramaticais a gêneros sociais. De acordo com o que identificamos nesta pesquisa, é plausível assumir que o sufixo –o costuma ser lido como expressão de masculino, e o sufixo –a, de feminino. Apesar dessa correlação frequente, o masculino genérico, originado na resolução de concordância, continua sendo empregado e ensinado como o único gênero adequado para referenciar grupos em que há a presença de fêmeas e machos. Todavia, essa prática tem sido gradativamente mais criticada por pessoas que optam por empregar novas formas de concordância de gênero em PB. Entre estas, encontram-se as chamadas “linguagens não-binárias”, que consistem na substituição do sufixo que indica gênero gramatical por símbolos que eliminam essa indicação, como em “todxs” e “tod@s” substituindo “todos”

ou “todas”. Há também propostas que defendem a explicitação de sintagmas que estejam tanto no feminino quanto no masculino para referenciar grupos em que há integrantes de ambos os sexos. Essas diferentes estratégias são empregadas por grupos sociais também diferentes, algo que nos parece relevante para compreender os contextos de uso de cada uma bem como suas implicações linguísticas e sociais. Portanto, a fim de investigar o uso do masculino genérico e das formas linguísticas que se desviam dele, consideramos relevantes alguns fenômenos comumente estudados pela Linguística Cognitiva, conforme Steen (2016, 2017), Bybee (2010), Barcelona (2011), Langacker (2008, 2009), Ruiz de Mendoza Ibáñez (2000), e outros. Entre os conceitos previstos nesse horizonte teórico, foram especialmente úteis o da prototipicidade, o da gradiência, o da perspectivação e, sobretudo, os da conceptualização metonímica e da metáfora deliberada. Mediante esses referenciais teóricos, desenvolvemos a análise qualitativa de um *corpus* compilado durante a pesquisa e de dados experimentais obtidos em outros estudos sobre línguas românicas distintas. Com isso, identificamos que falantes tendem a não reconhecer que o masculino genérico inclui seres femininos na mesma proporção que reconhecem a inclusão de seres masculinos. Ademais, discutimos quando os usos dos gêneros gramaticais no PB se mostram influenciados por pressões metonímicas e quando o são por outros processos cognitivos, como o da metáfora deliberada. Por fim, procuramos relacionar o que identificamos na análise cognitiva ao que verificamos na análise sociológica e discursiva.

Palavras-chave: morfossintaxe; referenciação; gênero gramatical; linguagens não-binárias; Linguística Cognitiva.

ABSTRACT

BERNARDO, Vivian de Ulhôa Cintra. **The construction of referents through gender agreement in Brazilian Portuguese: a Cognitive Linguistics approach.** 2019. 141 f. Dissertation (Masters in Language Studies) — Faculty of Philosophy, Language and Human Sciences, University of Sao Paulo, 2019.

The impetus for this dissertation is to investigate the contributions of Cognitive Linguistics to describe and analyze the construction of referents in discourse through the observation of grammatical gender agreement in Brazilian Portuguese (BP). If, on one hand, grammatical gender in BP can be understood by the terms “marked” and “unmarked” (cf. Câmara Jr 1975, 1972, 1966), on the other we can make it correspond to the “feminine” and “masculine” categories. The use of the first terms entails that the suffix –a of feminine words (‘aluna’, for example) is not a gender marking, but instead it is the thematic vowel of the word. Nonetheless, in BP, masculine gender and the notions of “neutral” and “generic” — i.e., genders that intend to express, respectively, groups formed by inanimate beings and by beings of different sexes — frequently present the same morphological representation, the ending –o. This coincidence might be affected by the association, made by many speakers, of grammatical genders to social genders. According to what we identified in this research, it is plausible to assume that the suffix –o is usually understood as an expression of masculine, and the suffix –a, of feminine. In spite of this frequent correlation, generic masculine, originating from agreement resolution, is still used and taught as the only proper grammatical gender for referencing groups in which there are both females and males. However, this practice is being more and more criticized by people who prefer to use new forms of gender agreement in BP. Among these, there are the so called “non-binary languages”, which consist of the replacement of the suffix that indicates grammatical gender by a symbol that eliminates this referral, like in “todxs” and “tod@s” replacing “todos” and “todas”. There are also proposals that sustain the explicitness of feminine as well as masculine noun phrases in order to make reference to groups in which there are members of both sexes. These different strategies are used by different social groups, something that seems

relevant for us to understand the usage contexts of each one of them, as well as its linguistic and social implications. Therefore, in order to investigate the use of generic masculine and the linguistic forms that divert that type of masculine gender, we consider relevant some phenomena usually studied in Cognitive Linguistics, in accordance with Steen (2016, 2017), Bybee (2010), Barcelona (2011), Langacker (2008, 2009), Ruiz de Mendoza Ibáñez (2000), and others. Among the concepts provided by this scientific framework, prototypicality, gradience, perspectivation, and mainly metonymic conceptualization and deliberate metaphor were especially useful. Using these theoretical references, we made a qualitative analysis of a corpus compiled during this research and of some experimental data obtained in other studies of different Romance languages. Thus, we identified that speakers tend to not recognize that masculine gender include female beings at the same rate that they recognize the inclusion of male beings. Furthermore, we discuss when the uses of grammatical genders in BP might be influenced by metonymic pressures and when they influenced by other cognitive processes, such as deliberate metaphor. Lastly, we tried to relate what we identified in our cognitive analysis to what we verified in our sociological and discursive analysis.

Keywords: morphosyntax; construction of referents; grammatical gender; non-binary languages; Cognitive Linguistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: cartaz oficial da Caixa Econômica Federal afixado em uma agência bancária	36
Figura 2: fórum virtual de discussão sobre cinema	37
Figura 3: notícia sobre a concentração dos jogadores da Seleção Brasileira de futebol masculino durante a Copa do Mundo de 2018	58
Figura 4: placas para sanitários femininos e masculinos	58
Figura 5: sítio enciclopédico sobre a escritora Clarice Lispector.....	59
Figura 6: notícia sobre os sambas-enredos de escolas de samba do Rio de Janeiro no ano de 2019	60
Figura 7: publicação de perfil pessoal no <i>Facebook</i>	64
Figura 8: e-mail institucional enviado pela Prefeitura do câmpus da Cidade Universitária da USP para membros da comunidade.....	65
Figura 9a: perfilamento do conjunto todo, incluindo-se tanto homens quanto mulheres.....	67
Figura 9b: perfilamento do subconjunto de homens, excluindo-se as mulheres desse processo.....	67
Figura 10: perfilamento do grupo de homens e do grupo de mulheres separadamente.....	67
Figura 11: perfilamento do conjunto todo, cujos elementos usados na referência tiveram seu gênero apagado.	67
Figura 12: Excerto de Melo (2018) em que se emprega o feminino para referenciar conjuntamente homens e mulheres	68
Figura 13: trecho de edital do processo seletivo de 2018 para trainees da organização Vetor Brasil.....	68
Figura 14: tuíte de Lucas S. Consoli, proprietário da conta @luscas.....	69
Figura 15: perfil da conta @musaraujo, de Murilo Araújo, no <i>Twitter</i>	69
Figura 16: Análise em cinco passos aplicada à frase “DMT takes metaphor studies back to a Stone Age time”	73
Figura 17: publicação de @notyourslavee no <i>Instagram</i>	88
Figura 18: publicação de @qgfeminista no <i>Instagram</i>	89
Figura 19: publicação no <i>Instagram</i>	90

Figura 20: publicação em perfil privado no <i>Facebook</i>	92
Figura 21: tuíte de @bollemdb	93
Figura 22: publicação de Ana Canãs em sua página oficial na Internet.....	94
Figura 23: e-mail institucional enviado pelo Ministério da Educação	95
Figura 24: Excerto de Santos e Ratts (2015)	96
Figura 25: Excerto de Fabbri (2011).....	97
Figura 26: <i>Outdoor</i> da agência publicitária Heads, instalado no Rio de Janeiro em novembro de 2016.....	97
Figura 27: <i>Outdoor</i> de propaganda da marca Olla, instalado em São Paulo em fevereiro de 2019.....	98
Figura 28: Cartaz afixado no Instituto de Química da USP em fevereiro de 2019	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A CATEGORIA DE GÊNERO EM PB E EM OUTRAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	23
1.1 O funcionamento do gênero gramatical em PB.....	23
1.2 Revisão de estudos anteriores sobre gênero gramatical.....	42
2 GÊNERO GRAMATICAL E COGNIÇÃO.....	53
2.1 A metonímia na Linguística Cognitiva.....	53
2.2 Gênero gramatical como metonímia.....	62
3 MARCAÇÕES DIVERGENTES DE GÊNERO GRAMATICAL.....	77
3.1 Sujeitos sociais, poder e ideologia.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
ANEXO A	117

INTRODUÇÃO

Diversas são as críticas aos privilégios concedidos aos homens e a tudo o que se associa a eles na sociedade. De acordo com Langendonck (2007), em relação ao gênero, verifica-se que, em muitas culturas, o protótipo de falante é um homem em vez de uma mulher; o que o autor defende a esse respeito é que isso não é atribuído por um critério biológico, mas puramente cultural e, portanto, sujeito a mudanças (p. 404). Nesse sentido, do não questionamento da matriz binária (masculino x feminino) decorrem argumentos, fundados nas análises centradas na morfologia e na morfossintaxe, produzindo um debate interminável entre a dita “natureza” (ligada ao sexo) do gênero em algumas línguas e a sua gramaticalidade (âncora material da língua) (NEF, 1991, p. 100). Assim sendo, procuramos nos dedicar a esse debate, motivados principalmente pelas reivindicações feitas por determinados movimentos sociais por mudanças quanto à predominância do masculino na sociedade — e na língua, enquanto fenômeno nela inserido.

É comum encontrarmos acusações de que a língua portuguesa é “sexista”, em razão da predominância de formas masculinas nas concordâncias de gênero gramatical. Ao referirmo-nos a um grupo composto por várias mulheres e apenas um homem, fazemos a concordância no masculino, como no uso de “eles”, ignorando a referência às mulheres presentes naquele contexto. Há também os casos em que sintagmas nominais conjugados carregando, individualmente, marcas de gênero diferentes têm a resolução de concordância de gênero feita no masculino, em PB. Mesmo no inglês, que não expressa gênero na concordância, encontram-se questionamentos acerca de construções androcêntricas que deixam implícita a normatização do gênero masculino na sociedade, tais como *mankind* (‘raça humana’) ou *man in the street* (‘cidadão comum’). Recentemente, ganhou visibilidade o caso da mudança nas sinalizações de obras na eletricidade das ruas da Nova Zelândia. O governo alterou para *Line Crew* os dizeres que indicavam a presença de pessoas

trabalhando com fiação elétrica, depois que uma criança escreveu para o departamento responsável questionando a escolha por *Linemen* nas placas¹.

Alguns grupos feministas criticam a chamada “assimetria lexical” presente em diversas línguas, que seria responsável não por ocultar a presença das mulheres do mundo, mas por desencadear, muitas vezes, uma percepção de que elas seriam inferiores aos homens, de acordo com um levantamento feito por Mucchi-Faina (2005). São exemplos desse fenômeno o uso de expressões como “marido e mulher”, a referência a fêmeas adultas como “meninas”, ou a ênfase na importância do estado civil de uma mulher com a distinção entre *Miss* e *Mrs* (‘senhorita’ e ‘senhora’ no inglês). Essa autora também aponta para a conotação negativa que determinados termos feminizados assumem em diferentes idiomas:

Moreover some masculine terms, when feminized, acquire sarcastic overtones, denote low status or assume negative connotations (e.g. in English “major”/“majorette”, in French “couturier”/“couturière”, in Spanish “hombre publico”/“mujer publica”) (MUCCHI-FAINA, 2005, p. 193).

Essa normatização do masculino pode, pois, se materializar na língua; nesse sentido, esta também desempenha um papel relevante no reforço à primazia do homem nos meios sociais. Há quem defenda, diante desse panorama, que existem efeitos ideológicos na língua colaborando para o desempoderamento feminino (LAKOFF, 2004; EHRLICH et al, 2014). Para a perspectiva feminista sobre a língua, trata-se de um recurso poderoso que o opressor arrogue-se da língua, restituindo à mulher apenas os restos suficientes para que ela se insira em nossa sociedade patriarcal². Diante dessa lógica, diversos grupos feministas defendem que a mulher reivindique para si suas próprias formas de expressão. Sobre isso, Cameron (1992) afirma que:

¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-45015442>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

² Ao longo desta dissertação, referimo-nos à ideia de “patriarcado” decorrente da seguinte definição: “Patriarchy is generally understood to be a system of social relations and institutions that give men control and advantages that are withheld from women. Like all social systems, patriarchy consists of economic, legal, political relations and of ideas, values, beliefs and norms. Patriarchal societies grant privileges to men and permit or encourage their domination over females. They allow men as a group to accrue more social resources at the expense of women as a group” (HENNESSY, 2006, p. 420).

...language is not only not neutral, it is also not totally in our conscious control. We ourselves are created and structured as social beings by learning a language. As some theorists have put this, language 'speaks us'. For feminists, the interesting implication of this idea is that language may 'speak' men and women (more technically, masculine and feminine subjects) differently. One crucial aspect of a person's gender might be relation to language. Some feminist theorists have suggested that 'femininity' means in a sense being outside language or marginal to it. This might explain the alienation of many women from prevailing forms of (rational, unified) discourse. It might suggest, too, the necessity for women to create new ways of using language (CAMERON, 1992, p. 13-14).

Evidencia-se, com esse excerto, uma defesa de novos usos da língua, que se voltem para demarcar o lugar da mulher na sociedade, de modo que ela possa se colocar discursivamente em igualdade com o homem. Há quem creia que, a partir disso, poderia haver a normalização de uma relação de equidade entre os sexos no meio social por extensão, ideia sobre a qual nos debruçaremos posteriormente nesta dissertação.

Além disso, a cada dia é mais evidente que o mundo se aproxima de uma integração comunicativa gradual. As redes de comunicação desenham a rede que nos liga a qualquer parte do planeta e, ao interferirem nas relações sociais, exigem outra forma de educar as crianças e inserir os adultos, levando-nos a rever nossos padrões. Esse é o cenário da globalização, que é definida por Besnier (2007) como um conjunto de circunstâncias históricas com um profundo impacto em potencial nas relações de pessoas com ideias e oportunidades através do espaço e do tempo, em meio às quais a mídia e as viagens nos expõem a múltiplas possibilidades de vida. E, ao passo que a globalização possibilita às pessoas participar (direta ou indiretamente) de ideias, tendências e ideologias de fora do ambiente local, ela também deixa essas mesmas pessoas com o conflito de atribuir um significado local àquilo que é supralocal (EHRLICH et al, 2014, p. 13). Esse desafio inevitavelmente exige conciliar identidades locais com imagens transnacionais de autodefinição. Isso envolve, inclusive, o uso que é feito da língua, uma vez que ela manifesta o modo como os falantes se constroem e se expressam discursivamente.

Sendo assim, os novos meios de comunicação e os novos tipos de alinhamento político-social vinculados às contradições que a globalização traz consigo têm alimentado um interesse pelas discussões sobre poder:

Researchers are asking questions like: What are the different and gendered effects that globalization has on individuals and groups? How is the tension between the local and the supra-local made material in individuals' aspirations? How do tensions between the local and the transnational limit individual agency despite globalization being intimately associated with neoliberal discourses of individual agency? The act of asking and answering these questions throws into focus the mechanisms by which power is claimed, contested, enforced, and submitted to (Cameron, 2000; McElhinny, 2007; Piller and Takahashi, 2010; Dewey and Brison, 2012, apud EHRLICH et al, 2014, p. 14).

Tendo tudo isso em vista, é perceptível um cenário global que favorece a discussão de gênero (no seu sentido sociológico³) na sociedade, e a língua enquanto parte dela não escapa dessa tendência. É nesse contexto e justamente nos meios digitais — expressão máxima da globalização — que surgem estratégias de escrita para burlar a marca de gênero gramatical, entre elas as chamadas “linguagens neutras” (também conhecidas como “não-binárias” ou “inclusivas”). Trata-se de sistemas de escrita defendidos, sobretudo, por ativistas LGBTQ, que visam desconstruir o binarismo da linguagem, isto é, a ideia de que necessariamente devem existir palavras femininas ou masculinas para designar seres vivos. Nessas escritas, substituem-se os sufixos associados ao gênero gramatical por um sinal de @ ou por um x ou, ainda, pela vogal e (neste último caso, fazendo-se as adaptações necessárias para minimizar prejuízos à morfofonologia da língua, como em “amigos” virando “amigues”).

O que se pode questionar, no entanto, é quais são os limites da inclusão garantida por tais sistemas e quais são as barreiras estruturais por eles encontradas na morfossintaxe da língua; ademais, o que os contextos de emprego dessas formas revelam sobre sua estabilidade na língua; por fim, quem são os sujeitos sociais envolvidos nas reivindicações por elas e quem são os seus críticos. Também é necessário ter em mente que, em grande parte, as reivindicações de grupos feministas acerca da língua não coincidem com as de outros movimentos sociais, conforme McConnell-Ginet (2015) esclarece ao abordar a relação entre gênero gramatical e sexo — algo que também

³ Utilizaremos, nesta pesquisa, a definição de Scott (2005, p. 86) sobre essa acepção de gênero: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

abordaremos ao longo desta dissertação. Essas foram algumas das questões que nos orientaram ao longo da pesquisa e que detalharemos posteriormente.

Diante desse panorama, nosso principal objetivo nesta dissertação é analisar de que maneira referentes são construídos mediante as diferentes escolhas por marcar os gêneros das palavras do Português Brasileiro (doravante PB) — sejam essas escolhas pelo feminino, pelo masculino ou por essas outras formas chamadas “neutras” pelos grupos que as adotam —, numa interface constante entre Gramática e texto. Para isso, dividimos o presente texto em três principais partes: uma primeira parte sobre o funcionamento da concordância de gênero no PB; uma segunda parte de análise da construção de referentes masculinos e femininos em PB com suporte da Linguística Cognitiva, momento em que discutimos os fenômenos mórficos e semântico-conceituais ali envolvidos; e, então, uma parte final em que encaminho a análise para questões discursivas e sociológicas atreladas à análise linguística. Para sustentar nossas interpretações, utilizamos um *corpus* compilado durante o mestrado com dados reais de diferentes usos de concordância, os quais apresentaremos e analisaremos qualitativamente ao longo desta dissertação, sobretudo nos capítulos 2 e 3, conforme surja necessidade⁴.

Essa divisão foi pensada com o propósito de lançar luz sobre as hipóteses suscitadas ao longo do mestrado, principalmente a de que pode haver, para os falantes, efeitos cognitivos e efeitos sociais decorrentes da construção de referentes no masculino genérico. Definimos essa forma do gênero masculino como aquela que é acionada para fazer referência a grupos de pessoas de ambos os sexos ou a alguém cujo sexo é desconhecido e/ou irrelevante — algo que pormenorizaremos no decorrer da dissertação. De todo modo, o masculino genérico parece, em alguns casos, esconder uma pressuposição de que sua referência é, na verdade, um masculino semântica e referencialmente motivado, isto é, gênero gramatical masculino motivado pelo sexo masculino do referente. Aliás, isso se mostra oculto na língua, pelo menos à primeira vista, em razão da crença difundida (tanto no senso comum quanto em gramáticas e manuais e, inclusive, em diversos trabalhos de Linguística) de que o masculino é neutro no

⁴ Ainda assim, o *corpus* completo pode ser encontrado na seção “Anexo A” desta dissertação.

PB. Ao não se questionar essa neutralidade, entretanto, obscurecem-se os dados que divergem dessa lógica, algo que provocou nossa reflexão nesta pesquisa.

Ainda assim, a presença cada vez maior das linguagens chamadas “neutras” em diversos contextos de uso evidencia, em linhas gerais, que o questionamento do masculino como verdadeiramente neutro não é exclusividade nossa. Ao que parece, cresce o número de ocorrências de construções linguísticas inovadoras, as quais, se não forem suficientes para mudar aspectos extralinguísticos associados à predominância do homem na sociedade, ao menos provocam a reflexão sobre o tema para quem ainda não havia pensado sobre as implicações discursivas do uso prevalente do masculino. Talvez, para as pessoas que têm essa preocupação, manter-se empregando o masculino genérico seja uma postura de aceitação da dominação masculina na nossa sociedade e/ou da lógica binária segundo a qual homens só podem expressar-se no masculino e mulheres, no feminino⁵.

A partir do estímulo decorrente dessas observações, investigamos como poderia funcionar nossa cognição ao empregar-se no PB cada uma das marcas de gênero gramatical mencionadas anteriormente. Nossa hipótese inicial a esse respeito é de que algo desse funcionamento cognitivo poderia estar um pouco mais consciente para quem opta por utilizar outras estratégias de concordância. Em outras palavras, pensamos que, ao usar-se o masculino genérico, cognitivamente deveria acontecer algo que tivesse consonância com as críticas ao que ocorre extralinguisticamente na sociedade feitas pelos adeptos a formas alternativas de concordância. Diante disso, optamos por organizar esta dissertação de modo a apresentar possibilidades de descrição da atividade linguístico-cognitiva envolvida na construção de referentes masculinos e femininos, e discutir quais questões de ordem discursiva, sociológica e antropológica podem estar associadas a esse debate.

Para tanto, encontramos suporte teórico e metodológico na Linguística Cognitiva, mais especificamente nos trabalhos sobre metonímia conceptual e sobre prototipicidade, dos quais nos aproveitamos muito na discussão sobre o

⁵ Analisaremos essa questão no capítulo 3 da dissertação.

funcionamento linguístico e cognitivo da construção de referentes com diferentes gêneros. Em linhas gerais, a primeira é considerada, mais do que um recurso puramente linguístico, essencial para a nossa atividade mental como um todo (EVANS; GREEN, 2006, p. 312). A metonímia pode ser definida como “a cognitive process in which one conceptual entity, the vehicle, provides mental access to another conceptual entity, the target, within the same domain” (KÖVECSES; RADDEN, 1998, p. 39). Partindo disso, nossa proposta é examinar o processo de referenciação a fim de verificar se o masculino genérico pode ser entendido como o elemento que atua no lugar dos demais gêneros, sendo todos partes de um só domínio.

Acerca do conceito de “protótipo”, é relevante lembrar que ele surgiu com o trabalho de Rosch (1975), no qual a pesquisadora defendeu que o processo de categorização não era feito a partir de condições de verdade, como se pensava, mas sim de representações mentais abstratas de uma categoria que reuniam atributos decisivos ou traços que melhor retratavam exemplares dela (EVANS; GREEN, 2006, p. 249). Essa conceituação, embora incipiente, foi muito importante para o desenvolvimento da Teoria do Modelo Cognitivo Idealizado (TMCI) de Lakoff ([1987] 1990), na qual se lê que um modelo cognitivo idealizado é um sistema complexo de conhecimento, estruturado por esquemas imagéticos. De acordo com Evans e Green (2006, p. 281), efeitos de tipicidade estão na superfície que emerge dos modelos cognitivos idealizados. Entende-se disso que o protótipo é o efeito que deriva da organização em esquemas, incluindo o maior número de traços ideais de sua categoria. Esses dois conceitos brevemente apresentados norteiam grande parte da investigação desenvolvida neste mestrado, ainda que não sejam os únicos que utilizamos.

Já no campo dos estudos discursivos, partimos da noção de “referenciação” para delimitar nosso objeto de pesquisa. Trata-se de uma atividade discursiva (conforme Koch, 2005), que abrange não apenas a forma como se dá a nomeação dos seres no mundo, mas principalmente a maneira como ocorre a interação sociocognitiva com ele. Nesse sentido, “os ‘referentes’ não são ‘coisas’ do mundo real, mas objetos de discurso, construídos no decorrer

dessa atividade” (KOCH, 2001, p. 75). Enfim, maior detalhamento acerca de todo o nosso aparato teórico será fornecido conforme as discussões exigirem.

Tendo tudo isso em vista, acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para os estudos sobre gênero gramatical em PB — frequentemente ofuscados pela crença irrefletida de que se trata de uma categoria gramatical estável⁶ na língua — tanto quanto para a consolidação das pesquisas em Linguística Cognitiva, uma teoria da ciência da linguagem que se encontra em amplo desenvolvimento na atualidade. Por fim, acreditamos também na relevância social do tema, uma vez que, mediante o aparato teórico fornecido por essa corrente científica, não nos mantivemos limitados a uma análise puramente linguística sobre a linguagem, mas nos debruçamos, inclusive, sobre a interação entre ela e determinados fatores cognitivos e socioculturais.

⁶ É interessante pensar que talvez ela seja estável exatamente quando é mais gramatical, como na arbitrariedade de ‘pente’ ser masculino e ‘gente’ feminino.

1 A CATEGORIA DE GÊNERO EM PB E EM OUTRAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

“Gender is the most puzzling of the grammatical categories”.

(CORBETT, 1991, p. 1)

1.1 O funcionamento do gênero gramatical em PB

Neste capítulo, pretendemos apresentar e analisar a visão mais canônica sobre o funcionamento do gênero, em seu sentido gramatical⁷, no PB. Em seguida, tratamos de contrastar essa visão com nossas hipóteses, alinhadas à compreensão da língua pela Linguística Cognitiva.

A categoria⁸ de gênero das línguas diferencia classes de palavras a partir de possíveis contrastes entre “masculino”, “feminino” e “neutro”, entre “contável” e “incontável” etc., podendo coincidir, parcialmente, com uma distinção semântica. Em português, por exemplo, a distinção de sexos, em geral, coincide com a respectiva distinção de gêneros gramaticais; assim, a classe de palavras designando machos é gramaticalmente masculina, e a classe de palavras designando fêmeas é gramaticalmente feminina — e.g., ‘o gato’ e ‘a gata’. Entretanto, a correspondência de um gênero a uma palavra pode ser arbitrária em outros casos, como se vê, por exemplo, em ‘o dente’ e ‘a felicidade’, situação em que não há motivação semântica para a atribuição dos gêneros. Isso significa que a língua portuguesa emprega gênero gramatical para todos os nomes, inclusive para aqueles que designam conceitos abstratos ou entidades inanimadas, os quais recebem, invariavelmente, um gênero, que só pode ser feminino ou masculino⁹. Ademais, o gênero como atributo inerente do nome pode

⁷ Analisamos a polissemia da palavra “gênero” no capítulo 3 desta dissertação, momento em que a diferenciação das suas acepções se torna necessária para que seja apresentado o debate em torno do sentido sociológico dessa palavra. Por enquanto, referir-nos-emos apenas ao seu sentido gramatical.

⁸ Nos termos de Câmara Jr (1972).

⁹ Posteriormente neste capítulo, apresentaremos a concepção que considera a oposição entre feminino e neutro (marcado e não marcado, respectivamente) na língua portuguesa. Para efeitos didáticos de contextualização, consideraremos, inicialmente, apenas a oposição entre “feminino” e “masculino”.

manifestar-se em itens gramaticais relacionados ao nome, como artigos e adjetivos:

(1) gênero feminino

A *mulher* *alta*.

DET-FEM SUB-FEM ADJ-FEM

(2) gênero masculino

O *homem* *alto*.

DET-MASC SUB-MASC ADJ-MASC

Pronomes anafóricos também fazem concordância com o gênero de seus referentes: *mulher* – *ela*, *homem* – *ele*. Então, embora não haja correspondência direta entre gênero e sexo para todos os nomes da língua, o gênero gramatical empregado nos termos que designam seres humanos costuma ser correlacionado ao sexo do ser em questão (como mostram os exemplos (1) e (2)).

Por outro lado, tradicionalmente, fala-se em “flexão de gênero” quando se trata do mecanismo de concordância de gênero no PB, o que implica a ideia, presente muitas vezes na norma padrão (CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009), de que a categoria de gênero é parte da estrutura da língua e pode ser revelada mecanismo formal de seleção de artigo que acompanha os nomes — de acordo com Bechara (2009), “são masculinos os nomes a que se pode antepor o artigo ‘o’, são femininos os nomes a que se pode antepor o artigo ‘a’” (BECHARA, 2009, p. 131). Essa visão remete a Mattoso Câmara Jr. ([1972] 2004, p. 152) e a seu “princípio fundamental da morfologia do gênero”, segundo o qual todo nome da língua portuguesa pode ser determinado por um artigo; por extensão, o gênero desse nome se revelaria, justamente, na flexão do artigo que o antecede.

O raciocínio mattosiano foi formulado, inicialmente, em artigo publicado na década de 1960, na revista *Estudos Lingüísticos*, no qual o autor defende que a flexão de gênero gramatical em português seria definida pela desinência –a (para o feminino) e pelo morfema zero (Ø) para o masculino (CÂMARA JR, 1966,

p. 3). Nesse sentido, os sufixos –o e –a de palavras como ‘menino’ ou ‘aluna’, por exemplo, não seriam uma marca de gênero, mas sim vogais temáticas. Para chegar a essa ideia, o autor faz uma análise histórica em que menciona a perda do gênero neutro, desvinculado já no latim de uma correspondência ao critério biológico-sexual; após tal perda, Mattoso Câmara afirma ter sido ainda mais reforçada a arbitrariedade das categorias “feminino” e “masculino”.

Para sustentar essa hipótese, ele cita que uma correspondência a esse critério só seria possível para o grupo de substantivos que designam seres do reino animal e, ainda assim, nem todos eles receberiam sufixos coerentes com seu sexo. É curioso notar, porém, que em relação aos exemplos no reino animal mencionados pelo autor, apesar de existirem casos como ‘tartaruga’, palavra que indica tanto o macho quanto a fêmea, Câmara Jr (1966) falha ao não observar que não há exemplos em que o macho tem um nome gramaticalmente feminino e a fêmea, um nome gramaticalmente masculino. De todo modo, ele argumenta que:

Aí, há, com efeito, certa correspondência entre sexo e gênero, mas muito longe de ser cabal e coerente. Foi o que teve de admitir a própria gramática tradicional, fazendo uma distinção terminológica entre gênero 'natural' e gênero 'gramatical' para poder levar em consideração discrepâncias à diretriz semântica que adotou. Ora, se o gênero mesmo para esses termos, que constituem só uma pequena porção do acervo de substantivos da língua, não coincide necessariamente com a diretriz semântica do sexo, é perturbador e contraproducente tomar essa diretriz como ponto de partida para a descrição da categoria substantiva do gênero. (CÂMARA JR, 1966, p. 2).

Tal afirmação remete a uma concepção mais abstrata da língua, de modo que esta se mostra bastante desvinculada da sociedade e de outros aspectos extralinguísticos, pois considera irrelevante qualquer possível interferência de questões socioculturais na interpretação que o falante dá às informações linguísticas que emite e recebe. Isso significa que, na lógica de Mattoso Câmara, embora o falante lide constantemente com categorizações que opõem “feminino” a “masculino” no mundo ao seu redor, tais categorizações pouco influenciariam sua percepção dos conteúdos linguísticos, por serem, na visão do autor, dissociados do que é externo à língua. Essa abordagem condiz com os princípios

do estruturalismo inaugurado por Saussure ([1916] 2006), para quem o estudo do sistema deveria ser autônomo e sincrônico — concepções essas com as quais as práticas científicas de Mattoso Câmara estão em consonância.

Contudo, embora o linguista possa estar certo em rechaçar que se parta da diretriz semântica do sexo para analisar a categoria de gênero, parece-nos importante pensar nas situações em que esse cruzamento entre gênero gramatical e sexo acontece. Tais situações podem ser vistas como significativas, pois há mais saliência emanando das relações que estabelecemos com pessoas no cotidiano do que das relações que travamos com objetos, fenômenos, e afins. Afinal, é preciso reconhecer que a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência (CUNHA et al, 2003). Logo, se nesses casos de coincidência entre gênero gramatical e sexo do referente são fortalecidas correlações da forma — morfema que marca o gênero gramatical — com a função — significado relativo ao sexo —, talvez Câmara Jr (1966) tenha equivocadamente ignorado a iconicidade¹⁰ envolvida na construção de referentes femininos e masculinos na comunicação.

De todo modo, é preciso considerar que, para Mattoso Câmara, a informação linguística em quase nada interfere na conceptualização que o falante faz a partir desse conteúdo. Em outro texto, o autor pormenoriza esse debate, aplicando-o novamente à descrição do funcionamento do gênero gramatical em PB:

A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português. (...) Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórnicas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino – feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como *jarro – jarra*, *barco – barca*, etc., e para os animais e as pessoas distinção de sexo, como em *urso – ursa*, *menino – menina* (CÂMARA JR, 1972, p. 78).

A abordagem adotada por Mattoso, canônica até os dias atuais entre alguns gramáticos e linguistas (cf. POSSENTI; BARONAS, 2006), explicitada no excerto anterior, mantém como elemento central de análise a dicotomia entre

¹⁰ Nos termos de Evans e Green (2005, p. 527).

pares opostos. Nessa lógica, que se encerra dentro de um conteúdo estritamente linguístico, evidencia-se o caráter “abstrato” da língua ao qual já nos referimos anteriormente, e podemos ser levados a entender o feminino como mera particularização de outro gênero (tido como neutro).

O que se pode argumentar, no entanto, é que, independentemente de o falante assumir que há, nos substantivos, um gênero marcado (feminino) e um não marcado (masculino), como propunha Mattoso Câmara, ou de tratar-se de duas classes de gêneros diferentes, como defende, por exemplo, Bagno (2012, p. 688), associamos palavras a gêneros gramaticais e a estes, gêneros sociais. Isso é ilustrado pelos esclarecimentos de Kehdi (1979):

Acrescente-se (...) o fato de que o povo, em sua linguagem espontânea, cria formas masculinas sempre em –o; p. ex., faz-se corresponder ao feminino coisa o masculino coiso, inexistente na língua culta. Essas observações conduzem-nos à conclusão de que o –o está intimamente associado à noção de masculino (KEHDI, 1979, p. 317).

Entende-se disso que os sufixos –o e –a como estratégias de marcação dos gêneros masculino e feminino, respectivamente, são produtivos na língua portuguesa. Corroboram essa análise os dados de aquisição do PB como língua materna levantados por Figueira (2001), que apresentaremos brevemente.

No artigo em questão, a autora se propõe a discutir, principalmente, em que momento são registradas as primeiras manifestações de reflexividade linguística na fala infantil — em particular, quando vislumbram-se situações em que a criança se volta sobre o que disse ou sobre o que outra pessoa disse, produzindo modificações que afetam o gênero gramatical das palavras —, e o que isto representa em termos da relação da criança com a linguagem. O estudo em questão foi realizado longitudinalmente, com crianças monolíngues de 2 a 6 anos de idade adquirindo o PB como primeira língua. A autora utilizou dados de produção espontânea, alguns deles registrados em diários pelos pais e outros gravados em áudio, ao longo de três anos¹¹.

¹¹ Para identificar as pessoas envolvidas nos relatos oferecidas por Figueira (2001), manteremos a notação definida por essa autora: iniciais dos nomes das crianças para indicá-las e “M” para designar a mãe. “D” indica que os dados foram registrados em diário.

Após uma descrição inicial do que a literatura teórica traz acerca da concordância de gênero no PB, Figueira (2001, p. 106) faz uma provocação à ideia de que o conteúdo do gênero das entidades inanimadas estaria praticamente “evaporado” (CÂMARA JR, 1975, p. 78), e propõe reanalizá-la após apresentar seus dados de aquisição. Para tanto, a pesquisadora ressalta a importância do “erro” (ou “marcação divergente de gênero”), algo que merece atenção e privilégio metodológico, por revelar informações importantes sobre o conhecimento infantil da língua. Os primeiros dados que a autora apresenta que nos chamam a atenção advêm de diários e estão transcritos a seguir (segundo enumeração feita apenas para esta dissertação):

(3) (J brinca de fazer entrevistas, como se fosse o repórter na televisão.)

M: Eu tava perguntando se ia sair ou não a reportagem, Ju. E você é o repórter.

J: (Levantando a voz) Reporta.

M: (Rindo.) “Reporta”? Por que “reporta”?

J: Porque reporta é mulher. Que eu não quero ser homem. Eu sou reporta, vai.

(D - 4;6.1)

(FIGUEIRA, 2001, p. 111)

(4) (A e J, as duas irmãs, ouvem um programa de auditório na tevê; a certa altura o apresentador dirige-se ao auditório com a saudação: Bom dia!)

A: (A mais velha.) Bom dio!

(J, a mais nova, faz uma intervenção, “corrigindo” a irmã.)

J: Bom dio é para homem. Bom dia é para mulher.

(D - 5;2.17)

(FIGUEIRA, 2001, p. 112)

Em (3), J não só marca formalmente, na terminação de ‘repórter’, um substantivo que não sofre flexão, o –a que manifesta sua condição de menina, como também justifica sua produção: ‘porque reporta é mulher’. Isso evidencia que a identificação entre a flexão de gênero no feminino e o significado dessa flexão no mundo é consciente para essa criança. Ademais, quando a autora parte para a análise do segundo diálogo, ela conclui que, como a maioria das palavras masculinas que se deixam antepor por adjetivos como “bom” são terminadas em –o, A responde ao cumprimento ‘bom dia’ fazendo uma alteração na palavra ‘dia’ e produzindo-a como ‘dio’ (FIGUEIRA, 2001, p. 112). Por outro lado, podemos reconhecer na atitude da menina uma analogia (cf. BLEVINS &

BLEVINS, 2009) com palavras como ‘obrigada’ e ‘obrigado’, que têm terminações condicionadas pelo sexo do falante que as emprega.

A razão para isso, então, seria de que tal cumprimento fora proferido por um homem e, na lógica da criança, deveria ser feito no masculino. Tendo isso em vista, a autora ressalta que há uma relação entre gênero e sexo que emana dessas ocorrências, algo interessante para pesquisadores que desejam traçar o percurso que a criança segue na aquisição desse subsistema gramatical. Com relação a isso, parece-nos que, se a comparação de Câmara Jr (1972) entre flexão de gênero no nome e flexão de número ou pessoa no verbo¹² fosse coerente, a criança não demonstraria sua própria interpretação para as marcações de masculino/feminino (como também não o faz para outras categorias de concordância). Ela só se corrige ou se justifica quando emprega o gênero gramatical, o que evidencia que ela é influenciada pela atribuição semântica muito mais do que pela atribuição sintática (cf. CORBETT, 2006; 1991; LANGACKER, 2008) no seu processo de aquisição do traço de gênero.

Posteriormente, Figueira menciona outro dado, cuja análise que lhe reserva nos parece merecer ressalvas:

(5) (A mãe de J tenta por um biquíni que não lhe serve; J segue o que faz a mãe.)
 J: (Avaliando.) Esse não dá, mãe.
 M: Ah, Ju! Você é um barato.
 J: “Barata”, mãe, “barata”.
 (D - 2;3)
 (FIGUEIRA, 2001, p. 116)

A autora interpreta a correção feita pela criança nesse diálogo como fruto da marcação de sexo atravessando os itens que a qualificam ou que fazem referência a algo que afeta a ela, J, uma menina. Figueira (2001) até reconhece que não se pode ter certeza de quais fatos se cruzaram e fizeram a criança substituir ‘barato’ por ‘barata’ — afinal, talvez a menina simplesmente não conhecesse a palavra usada pela mãe (o substantivo ‘barato’), devido ao seu grau de idiomatidade, e tenha substituído pela palavra mais próxima que

¹² “Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos” (CÂMARA JR apud FIGUEIRA, 2001, p. 107).

De acordo com a interpretação da autora, a aquisição do subsistema de concordância de gênero passa por um processo de ultrarregularização, recaindo sobre objetos linguísticos, de modo a uniformizar o comportamento deles, e afeta o funcionamento dessa categoria na língua da criança, em comparação com a do adulto (FIGUEIRA, 2001, p. 124). Aliás, ambos os casos (5) e (6) contrastam-se com os diálogos (3) e (4), entre outros motivos, porque o “erro” de gênero deles não tem como representar uma diferença sexual. Por isso, Figueira interpreta que os dados de 5 e 6 correspondem à pressão estrutural da regra de concordância: terminação –o representa masculino; terminação –a, feminino (FIGUEIRA, 2001, p. 126). Isso coloca em dúvida, mais uma vez, o valor da tese de que existe um masculino completamente “neutro” no PB.

Nesse sentido, a arbitrariedade do gênero gramatical em nossa língua, subjacente ao “masculino neutro”, não parece tão natural quando vemos a criança se ancorar recorrentemente em seu conhecimento de mundo (envolvendo, portanto, sua compreensão sobre os sexos biológicos) para aplicar as marcas de concordância aos nomes. Aliás, também indo de encontro à defesa da arbitrariedade do gênero, vemos crianças flexionando no masculino palavras que teriam gênero feminino e vice-versa mesmo no caso de seres inanimados, aplicando-lhes uma lógica que tem como referência o conhecimento de mundo da criança, que não pode ser apartado da divisão homem–mulher. É evidente que as crianças não fazem isso para todas as palavras, ainda que todo nome em PB tenha um gênero. Logo, por mais que a atribuição semântica de gênero tenha influência sobre o processo de aquisição da língua, a arbitrariedade dessa categoria morfológica não é completamente ignorada. Langacker (2008) esclarece:

It is quite common for the nouns of a language to be divided into categories of this general sort. Languages vary in the number of classes they exhibit, their degree of semantic coherence, and the semantic properties they are partially based on. In addition to gender, classes can be anchored by a wide range of culturally salient notions: ‘person’, ‘animal’, ‘deity’, ‘artifact’, ‘instrument’, ‘tree’, ‘plant’, ‘fruit’, ‘collection’, ‘liquid’, ‘food’, and so on (LANGACKER, 2008, p. 338).

Sendo assim, as línguas se diferenciam quanto à gama de construções gramaticais sobre as quais as classes são postuladas. Ao passo que essas

classes refletem a emergência de categorias complexas dentro de um espectro de protótipos, seus itens lexicais são aprendidos a partir de sua ocorrência em enquadramentos estruturais específicos, os quais são, então, memorizados como um aspecto da caracterização desses itens. Pode-se supor, portanto, que talvez a facilidade em “acertar” o gênero de um determinado nome decorra de sua prototipicidade em relação ao traço de animacidade — quanto mais características “animadas” compartilhar aquela entidade, maiores as chances de a criança designar seu gênero com alguma motivação semântica (LANGACKER, 2008, p. 338). Ademais, a concordância também pode ser influenciada por quão lexicalizado é aquele item na língua: quanto mais ela o ouvir dos adultos no ambiente em que está inserida, principalmente em estruturas sintáticas relativamente estáveis e recorrentes, menores parecem ser as chances de ela alterar sua flexão de gênero.

Diante dessas evidências, então, a marcação de gênero no português atual não se reduziria a uma oposição entre um morfema Ø e –a, mas sim a um contraste entre –o e –a, sendo –o associado a masculino e –a, a feminino. Segundo Bagno (2012, p. 690), isso explicaria, por exemplo, o comum estranhamento atribuído a algumas palavras femininas terminadas em –o (e.g., ‘a libido’) e a algumas masculinas terminadas em –a (e.g., ‘um grama’).

Para dar prosseguimento ao funcionamento da concordância de gênero na língua portuguesa, é importante considerar os esclarecimentos de Corbett (1983, 1991, 2006), principalmente quanto ao mecanismo de “resolução de concordância”, presente em línguas naturais. Segundo esse autor, um dos teóricos que mais detalhadamente se debruçou sobre esse assunto, tal mecanismo especifica a forma de um elemento em concordância (o “alvo”) quando o núcleo do constituinte (o “controlador”) é composto por diferentes sintagmas nominais conjugados. O autor prossegue: “If we translate [‘Mary and John are happy’] into a language (...) where predicative adjectives agree in gender, we need a gender resolution rule to establish the gender of the adjective, since one conjunct is feminine and the other is masculine” (CORBETT, 1991, p. 261). O exemplo de Corbett serve para ilustrar o caso do gênero em português,

que estabelece concordância com palavras dependentes. Dessa maneira, quando aplicada ao português, a regra de resolução de gênero seria:

- A. 1. If at least one conjunct is masculine (syntactically), the masculine form is used;
 2. Otherwise the feminine is used.
 Alternatively,
 B. 1. If all conjuncts are feminine (syntactically), the feminine form is used;
 2. Otherwise the masculine is used.
 (CORBETT, 1983, p. 186)

Isso indica que a ideia segundo a qual o gênero gramatical de um substantivo referente a um humano (e até mesmo a morfologia desse substantivo) indica o sexo desse humano é, em alguma medida, enganosa, pois há casos em que ela não se aplica. Para pessoas de sexo desconhecido, para situações em que o sexo da pessoa é irrelevante ou para um grupo de pessoas de ambos os sexos (como mostra a regra de resolução descrita por Corbett (1983)), a forma masculina é usada, e supostamente estaria dissociada de seu significado biológico ou específico (isto é, significado referente a homens). Nesses casos, essa forma seria interpretada como genérica (i.e., igualmente referindo-se a homens e mulheres). Isso significaria, então, que a regra segundo a qual o gênero gramatical indica sexo seria confiável somente para as formas femininas que designassem seres femininos. Para formas masculinas, os leitores seriam obrigados a confiar em pistas adicionais para decidir se a informação gramatical de um substantivo referente a um humano é relevante para o sexo (i.e., forma masculina correspondendo a referente masculino) ou não (i.e., masculino empregado como genérico). Esses dados apresentam a predominância do gênero masculino na língua.

Tendo isso em vista, consideremos o conceito de categorização: ela diz respeito à similaridade de identidade de palavras e sintagmas (e possivelmente outros de seus componentes), quando são reconhecidos e associados a representações armazenadas; as categorias que resultam disso formam a base do sistema linguístico, podendo ser criadas a partir da experiência dos falantes, independentemente da língua em questão (BYBEE, [2010] 2016, p. 26). A categorização é mobilizada, entre outras circunstâncias, quando nos vemos

diante da necessidade de classificar algum termo linguístico quanto à sua função sintática, ou quanto ao gênero gramatical que o marca, por exemplo. Para Bybee ([2010] 2016), trata-se de um processo considerado prototípico, na medida em que é baseado em traços constituintes dos membros dessa categoria — i.e., quanto mais recorrentes forem esses traços em um de seus itens, mais prototípico dentro dela ele será e, por conseguinte, mais são eles serão tomados como exemplares dela.

A princípio, cogitamos classificar o masculino genérico como o mais prototípico dos gêneros no português, por ser provavelmente o gênero que mais é acionado na língua — em virtude da regra de resolução de concordância que já mencionamos. No entanto, é necessário lembrar que o protótipo não necessariamente inclui mais traços: ele apenas inclui o maior número de traços *ideais*. Com isso, o masculino genérico não seria o mais prototípico dos gêneros, mas o mais esquemático deles. Tendo isso em vista, é interessante propor um *cline* de prototipicidade em que possamos localizar os gêneros gramaticais previstos no PB dentro de uma gradiência¹³ entre: masculino motivado → masculino neutro → masculino genérico → feminino genérico → feminino neutro → feminino motivado. Antes, porém, de justificar essa proposta, é imprescindível esclarecer nossas escolhas pela nomenclatura envolvida.

Chamamos “Motivado” o gênero gramatical empregados nas situações em que há carga semântica e/ou referencial ligada ao sexo biológico do referente. “Neutro” diz respeito aos casos em que o referente não é humano — ele pode ser uma oração, um objeto, um fenômeno, etc. “Genérico”, por sua vez, é o gênero usado para fazer referência a grupos de pessoas de ambos os sexos ou a alguém cujo sexo é desconhecido e/ou irrelevante. Para exemplificar essa última definição, a fim de ela não ser confundida com a primeira, utilizemos o seguinte trecho de uma entrevista concedida pelo linguista e ativista social Noam Chomsky ao jornal espanhol *El País*, traduzida para o PB para compor a edição digital brasileira do jornal, publicada em 10 de março de 2018:

¹³ A gradiência é definida por Bybee ([2010] 2016) como um *continuum* dentro do qual agrupam-se formas variadas de unidades linguísticas.

Há muitos movimentos populares muito ativos, mas não se presta atenção neles porque as elites não querem que se aceite o fato de que a democracia pode funcionar. Isso é perigoso para elas. Pode ameaçar seu poder. O melhor é impor uma visão que diz a você que o Estado é seu inimigo e que você tem de fazer o que puder sozinho. (grifo nosso)¹⁴

Parece-nos plausível considerar que o termo sublinhado está no masculino genérico, pois o entrevistado aludia a um referente abstrato e, portanto, o gênero adequado a esse referente era irrelevante. Quanto ao *cline* que vai do gênero gramatical mais prototípico ao menos prototípico em PB, algumas evidências nos levaram a propô-lo, embora ele ainda careça de uma verificação estatística que o embase¹⁵. De todo modo, entre essas evidências, temos 1) a frequente rejeição ao feminino genérico; 2) a influência dos estereótipos de gênero nas escolhas pelo feminino ou pelo masculino em PB; e 3) a marcação divergente de gênero em palavras como “personagem”¹⁶. Discorreremos inicialmente sobre o caso 1.

É comum vivenciarmos situações em que uma pessoa se pronunciando para um grupo majoritariamente feminino pede desculpas aos poucos homens presentes quando se percebe usando o gênero feminino para se referir ao tal grupo. Há, ainda, os casos em que esse uso, quando percebido, vira alvo de ridicularização com conotações machistas ou homofóbicas — por exemplo, quando há insinuações que questionam a sexualidade do(s) homem(ns) presente(s). Isso nos parece um indício da rejeição pelo feminino quando usado de forma genérica, que é tratado praticamente como uma ofensa e logo marcado de alguma maneira no discurso quando seu uso vem à consciência.

Associa-se a isso o emprego de feminino em termos socialmente atribuídos à mulher e aos papéis sociais a ela impostos. Essa discussão já foi feita para outras línguas que marcam gênero na concordância em diversos trabalhos sobre o tema (MARTYNA, 1978; BRAUN et al, 2005; BOJARSKA,

¹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html . Acesso em 17 de março de 2018.

¹⁵ Não houve tempo hábil durante o mestrado para fazer essa verificação e, portanto, nossa proposta tem como base meramente nossa percepção de falantes da língua. Não obstante, reconhecemos a necessidade dessa confirmação para garantir maior legitimidade à nossa proposta.

¹⁶ Esses casos foram apontados no exame de qualificação pelo professor Paulo Roberto Gonçalves Segundo, e representaram um enorme avanço nesta parte da nossa análise.

2012; GUERRA, 2016), e pode ser aplicada também à análise sobre o PB. Um exemplo disso pode ser verificado no aviso a seguir, que encontramos afixado em uma agência bancária de São Paulo (SP), em 25 de fevereiro de 2019:

Figura 1: cartaz oficial da Caixa Econômica Federal afixado em uma agência bancária

Uma hipótese para compreender o emprego de “a atendente” (feminino) é de que frequentemente são mulheres que desempenham a função de auxiliar os clientes na distribuição de senhas e na resolução de problemas com o caixa eletrônico nos bancos. Nesse caso, o genérico utilizado não foi o consolidado e já esperado masculino, mas sim o feminino, possivelmente por este ser mais apropriado a um papel social comumente atribuído às mulheres.

Com relação ao terceiro caso, a palavra “personagem” também pode ser fonte interessante de reflexão sobre esse assunto. Seu sufixo, com origem no francês, está associado ao gênero feminino em português, como em “a miragem”, “a paisagem”, “a voragem”, “a mensagem”, “a homenagem”, “a carruagem”, “a bagagem” etc. (HOUAISS; VILLAR, 2009). A questão é que todos esses exemplos têm referência em objetos ou fenômenos, mais ou menos concretos, e, portanto, obviamente desprovidos de sexo. Já “personagem” costuma se ligar a referentes que podem ser do sexo feminino ou do sexo masculino e, então, acaba apresentando uma flutuação nas marcas de gênero gramatical, a despeito do que o sufixo *-agem* preveria (que seria a concordância apenas no feminino independentemente do referente). Insiste-se em utilizar construções como “o personagem”, sobretudo para fazer menção a personagens

masculinas, ao passo que, muitas vezes, se emprega o feminino apenas para referenciar personagens femininas. Isso pode ser visto no exemplo a seguir, extraído de um fórum virtual sobre cinema:

Figura 2: fórum virtual de discussão sobre cinema

Transcrevemos aqui o trecho que nos interessa: “O curioso é que muita gente que meteu o malho na personagem da linda Júlia não teve a mesma visão quando o personagem desesperado em acabar com o casamento de seu ‘objeto de paixão’ era... homem” [sic] (grifos nossos). Logo, quando se trata de referenciar uma mulher, costuma-se recorrer ao feminino (“na personagem da linda Júlia”) e quando se trata de referenciar um homem, ao masculino (“o personagem (...) era... homem”). Não se considera a morfologia da palavra, excessivamente abstrata e, imagina-se, inconsciente para o falante, mas sim o

sexo do referente, um traço muito mais saliente advindo da nossa experiência concreta.

Tendo em vista essa discussão, podemos retornar à justificativa do *cline* proposto. Ao que parece, se o masculino genérico fosse, de fato, o mais prototípico — como suspeitávamos no início da pesquisa —, dificilmente haveria tamanha identificação entre sua representação morfológica e a referência a homens; afinal, seria esperado que o genérico abrangesse seres femininos e masculinos na mesma proporção. É provável, portanto, que o masculino motivado encontre-se em total oposição ao feminino motivado na escala de prototipicidade e, por isso, o contraste entre os dois seja frequentemente suscitado no discurso, sobretudo quando há emprego do gênero feminino.

Corroboram essa hipótese os argumentos de Fairclough (2016). O autor também encara como discriminatório o uso de “ele” como se fosse genérico, e argumenta:

Se ‘ele’ fosse genuinamente genérico, seria usado indiferentemente para se referir a membros não específicos de grupos de pessoas. Contudo, existem de fato alguns casos em que ‘ela’ é largamente usado dessa forma, por exemplo, “se uma secretária começa a sentir dor nas costas, há chances de que o equipamento do escritório dela esteja com defeito”. ‘Ela’ é usada dessa forma quando o membro estereotipado do conjunto de pessoas em questão é uma mulher: a secretária típica, ou enfermeira, é uma mulher. Mas se o uso de ‘ela’ para referência não específica está baseado em um estereótipo, não ocorre o mesmo com ‘ele’? Se regras universitárias contêm coisas como essa: “se um aluno deseja interromper seu curso por razões pessoais ou de saúde, ele deveria discutir a questão com seu orientador em primeiro lugar”, aí não é o estereótipo de ‘o aluno’ masculino? (FAIRCLOUGH, 2016, p. 263-264)

Esse texto foi escrito por Norman Fairclough originalmente em inglês, uma língua que não expressa gênero nos nomes, e mesmo assim o argumento do autor se mantém válido, pois os leitores fazem inferências com base em estereótipos de gênero do mesmo jeito. Dessa lógica entende-se que, se o feminino é utilizado sem causar estranhamentos nos casos em que tem como referente estereotípico uma mulher, é provável que, em muitos casos em que há emprego do masculino, estejamos diante de estereótipos masculinos motivando a escolha pelo gênero gramatical correspondente também. Martyna (1978) sustentou empiricamente essa hipótese em um experimento que consistia em

pedir para falantes nativos de inglês preencherem lacunas de sentenças com o pronome que considerassem adequado para referenciar uma pessoa hipotética mencionada na sentença. A pesquisadora concluiu a partir dessa tarefa que:

Even though the people referred to are hypothetical (as in, “When a secretary first arrives at the office”), they were still seen as one sex or the other, and pronouns were chosen to match the sex of the image received. Both ‘he’ and ‘she’ appear to be functioning as sex-specific terms, although they are being used in a context which refers to a generic class of hypothetical human beings (MARTYNA, 1978, p. 135).

Resultados muito parecidos foram identificados em um estudo mais recente e complexo conduzido por Bojarska (2012), que detalharemos na próxima seção deste capítulo. De todo modo, essa discussão nos remete ao que Lakoff ([1987] 1990) escreveu sobre neutralização e *default values*, exemplificando por meio do par *tall–short*¹⁷. Conforme o autor explica, se alguém pergunta *How tall is Harry?*, não há um pressuposto de que Harry seja alto; no entanto, se a pergunta é *How short is Harry?*, infere-se que Harry seja baixo. Isso aconteceria porque apenas um membro do par pode ser empregado com sentido neutro — a saber, *tall* —, que é considerado, então, o “não-marcado” dentro da oposição entre *tall* e *short*. Decorre disso que o valor *tallness*, no inglês, é cognitivamente mais básico que o valor *shortness*¹⁸. A esse respeito, Lakoff ([1987] 1990) esclarece:

In general, markedness is a term used by linguists to describe a kind of prototype effect — an asymmetry in a category, where one member or subcategory is taken to be somehow more basic than the other (or others). Correspondingly, the unmarked member is the default value — the member of the category that occurs when only one member of the category can occur and all other things are equal (LAKOFF, [1987] 1990, p. 60-61).

Os esclarecimentos de Lakoff nos são bastante úteis para explicar nossa hipótese a respeito dos gêneros gramaticais no PB. Utilizando-os para o nosso objeto, uma possível implicação seria a de que, em muitas situações, o gênero

¹⁷ Do inglês, ‘alto–baixo’. Optamos por indicar o exemplo na língua original a fim de não alterar o efeito de sentido mencionado pelo autor em sua explicação.

¹⁸ É importante observar aqui que não há um sentido positivo e um negativo associados a essas oposições; há apenas a diferença entre o que é cognitivamente mais básico e o que é cognitivamente menos básico.

masculino teria, como efeito da prototipicidade, o comportamento de não-marcado dentro de uma categoria que é assimétrica, e o feminino seria meramente uma particularização dele — algo que, por casualidade ou não, espelha uma situação que extrapola os universos linguístico e discursivo e encontra ecos nas relações sociais de maneira mais ampla. Parece-nos que é em razão desse fenômeno que precisamos usar o masculino para expressarmos que uma mulher é a melhor no que faz dentro de um conjunto-universo que inclua homens e mulheres. Por exemplo, na frase “Clarice Lispector é um dos melhores escritores brasileiros de todos os tempos”, a única forma que parece existir de afirmarmos que Clarice Lispector é uma das melhores dentro de um universo formado por todos os demais escritores brasileiros (homens e mulheres) é utilizando o masculino em toda a sentença. Se a escrevêssemos no feminino — “Clarice Lispector é uma das melhores escritoras brasileiras de todos os tempos” —, embora garantíssemos na concordância uma coerência com o sexo da escritora como referente, uma interpretação provável seria de que ela é a melhor apenas entre as demais escritoras mulheres brasileiras, desconsiderando-se os escritores homens da comparação. Há, portanto, uma limitação que nos é imposta pela assimetria da categoria de gênero gramatical para nos expressarmos.

Ainda com relação à marcação de gênero na referenciação, mostra-se pertinente mencionar, agora, o processo de memorização enriquecida. Trata-se da estocagem mental de detalhes da experiência humana — seja no âmbito individual ou social —, incluindo-se contextos de uso, sentidos e inferências associadas aos enunciados (BYBEE, [2010] 2016). É esse processo que permite ao sujeito lidar com a antecipação de enunciados em uma dada interação. Dessa forma, poderíamos propor como explicação para o masculino genérico, em PB, que o apagamento do feminino em uma sociedade patriarcal, como a nossa, é o que reforça o uso do masculino na língua, bem como as supostas interpretações dele como evidentemente genérico. Articulando esse processo ao da associação transmodal, fundada na premissa de que seres humanos são capazes de estabelecer conexões constantes entre suas experiências no trato social (BYBEE, [2010] 2016), poderíamos entender que, ao utilizarmos formas

masculinas para referenciar grupos em que integrantes femininas estão majoritariamente presentes, ainda que não sejam totalidade, reforça-se a percepção social da mulher como ser “secundário”¹⁹.

Não desejamos, com isso, sugerir que os falantes deveriam passar a usar o feminino nessas situações, ou até mesmo criar novas formas linguísticas que valorizem a igualdade entre os sexos. Sabemos que, na maior parte do tempo, a língua segue um curso próprio e que é raro alguém interferir nele. No entanto, essa raridade parece associada a uma questão de poder que pode ser bastante reveladora. Alguns casos notórios em que vimos essa influência acontecer, por exemplo, foram o da discussão sobre o uso do feminino “presidenta” à ocasião da eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2010 no Brasil (OLIVEIRA, 2012). Algo parecido aconteceu na França, em 1997, quando o primeiro-ministro Lionel Jospin designou um número recorde de mulheres para ministérios do governo. Ocorre que, até então, usava-se *Madame le Ministre* para referenciar uma mulher ocupando esse cargo, pois não existia em francês um termo no feminino que indicasse “ministra”. Isso levou as ministras da época a exigirem ser chamadas por *Madame la Ministre* (BURR, 2003, p. 120). No sueco, um pronome neutro (*hen*) foi recentemente introduzido na enciclopédia nacional e já é usado em livros infantis e revistas²⁰; o sucesso de sua popularização estaria ligado, segundo McConnell-Ginet (2015, p. 25), ao fato de personalidades influentes nos cenários político e acadêmico do país aderirem efetivamente ao uso do neutro.

Com isso, percebe-se que, embora um falante qualquer não altere o curso da língua, há falantes em determinadas posições de poder na sociedade que desencadeiam, intencionalmente ou não, algumas mudanças. Nossa principal pretensão, porém, é buscar compreender os efeitos para a nossa cognição que contextos socioculturais podem ocasionar quando são associados a determinados fenômenos linguísticos.

¹⁹ De acordo com teóricas como Simone de Beauvoir, o homem, referido pelo gênero masculino, é o que estabelece a norma, fazendo da mulher “o segundo sexo”, o “outro”, a “particularização” em relação a ele, como se lê mais especificamente em: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 16) (BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 16).

²⁰ Disponível em: <https://slate.com/human-interest/2012/04/hen-swedens-new-gender-neutral-pronoun-causes-controversy.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

1.2 Revisão de estudos anteriores sobre gênero gramatical

Neste capítulo, propomo-nos a apresentar alguns estudos de base funcionalista e/ou cognitivista recentes, que trataram da questão da concordância de gênero em línguas cujos sistemas de concordância assemelham-se ao do PB. Para isso, selecionamos os trabalhos de Guerra (2016), Bojarska (2012), Gygax et al (2012), e Braun et al (2005).

Em uma análise sobre o espanhol europeu, Guerra (2016) dialoga com uma publicação do jornal *El País* de 4 março de 2012 escrita por Ignacio Bosque e abaixo-assinada por outros 26 acadêmicos da Real Academia Espanhola (RAE), em que é feita uma crítica ferrenha aos manuais de uso não-sexista da língua — bastante comuns no país. Esse breve artigo defende que a publicação de Bosque (2012) oculta um viés ideológico ao qual não interessam as demandas sociais feministas. Para sustentar isso, a autora utiliza, entre outros argumentos, o de que o acadêmico concentrou suas críticas apenas nos manuais que orientavam a evitar um uso sexista da linguagem, e não nos que tratavam, por exemplo, de como evitar preconceitos com deficientes. Ela afirma que os manuais sobre esse último tópico “no han provocado el mismo interés o ‘preocupación’ académica, quizá porque, como señala Juana Gallego (2002:418), las diferencias de ‘género’ son más difíciles de aceptar que cualquier otra” (GUERRA, 2016, p. 185). Ademais, ela anuncia que defenderá algumas das propostas dos manuais da acusação sobre serem agramaticais.

Então, na segunda parte do artigo, Guerra (2016, p. 191) lista e exemplifica cada uma das estratégias mencionadas nos manuais de uso não-sexista da língua: perífrase, aposição, uso de barras, epicenos, substantivos coletivos, metonímia, supressão do determinante, e elisão do sujeito. Além disso, ela lembra que defender o masculino genérico por meio da premissa da economia linguística pode ser contraproducente, pois muitas dessas estratégias listadas são tão ou mais econômicas que ele.

Em seguida, a autora apresenta um levantamento estatístico feito em textos de jornais espanhóis mostrando que nos últimos 40 anos aumentou a frequência de substantivos coletivos (como *profesorado* em vez de *profesores*), perífrases (como *población española* em vez de *españoles*), e duplicações com

dupla concordância (como *ciudadanos y ciudadanas* em vez de *ciudadanos*). Nesse sentido, “en los medios de comunicación se aprecia, pues, una cierta consolidación en el empleo de las alternativas igualitarias, que conviven con el masculino genérico cada vez más frecuentemente” (GUERRA, 2016, p. 199)²¹. A autora propõe, portanto, uma reflexão sobre a possibilidade de o crescimento do uso de termos não-sexistas nos meios midiáticos e acadêmicos influenciar a dinâmica da língua comum. Afinal, ela ressalta que esses meios costumam exercer bastante influência na língua corrente. Para essa reflexão, Guerra (2016, p. 201) não fornece respostas definitivas, mas destaca: “si algunas de las propuestas de las guías se extienden a la lengua cotidiana lo será como resultado de la libre elección de la comunidad hablante y no como consecuencia de ningún tipo de imposición”.

Em um artigo bastante diferente desse, Bojarska (2012) apresenta um modelo Cognitivo-Cultural (doravante CC) de fatores situacionais, disposicionais e motivacionais que afetam as respostas associativas de gênero às expressões lexicais relativas a pessoas. De acordo com a autora, essas pistas lexicais são bastante influentes na medida em que estabelecem uma associação direta com algum significado específico sobre a semântica do gênero. Por fim, o artigo discute alguns componentes culturais, relacionados a gênero, e outros componentes individuais do treinamento cognitivo, juntamente com fatores disposicionais e incidentais, que afetam a motivação para autorizar uma interpretação sobre um gênero implícito ou para alterar uma resposta preliminar automática.

Esse estudo toma como pressuposto, a partir de diversas pesquisas, que, para serem compreendidas, as informações que um sujeito recebe devem estar relacionadas às estruturas cognitivas já armazenadas em sua mente²². Esta, por sua vez, ativa apenas estruturas que toma como relevantes, levando em consideração a informação semântica que estiver diretamente disponível. Para qualquer informação indispensável que estiver ausente, a mente faz inferências

²¹ Em nosso levantamento, identificamos outros estudos que também indicam crescimento no uso de termos não-sexistas nos mesmo meios de comunicação em comunidades falantes de outras línguas (cf. Mucchi-Faina, 2005).

²² Algo comparável ao que defende Bybee ([2010] 2016) sobre o conceito de analogização.

que lhe permitam concluir a significação implicada naquela situação. Ademais, a autora parte do que o modelo CC pressupõe sobre a mente: ela seria treinada para tratar o gênero como uma característica humana indispensável, uma vez que, na nossa experiência cognitiva, pessoas sem gênero não são encontradas (BRADSHAW; CLEGG; TRAYHURN, 1995; MUCCHI-FAINA, 2005 apud BOJARSKA, 2012). Por conseguinte, ao ativarmos a representação cognitiva de uma pessoa, se estivesse faltando a informação semântica clara sobre o gênero dela, nossa mente, por ser obrigada a inferir esse gênero, provavelmente recorreria a pistas extrasemânticas e a resposta final de associação de gênero seria negociada entre essas pistas.

Sabendo que o processamento de informações pode ser tanto automático quanto voluntário, deve-se considerar que, quando ele é automático, recursos cognitivos são economizados e, por isso, nosso cérebro opta por ele na maior parte do tempo. Por outro lado, quando há motivação suficiente e recursos cognitivos, as pessoas são plenamente capazes de, voluntariamente, suprimir essas respostas automáticas e, em vez disso, selecionar respostas sobre as quais têm mais controle (BOJARSKA, 2012, p. 48-49). Sendo assim, primeiro a mente tentaria se voltar para o conteúdo semântico direto da mensagem em busca das pistas de gênero e, se elas fossem claramente encontradas (por exemplo, em *a male nurse*, do inglês 'um enfermeiro (homem)') ou se o gênero pudesse ser facilmente deduzido do contexto semântico (como em *breastfeeding patient*, do inglês 'paciente que amamenta'), o significado específico do sexo seria obtido. Contudo, qualquer incoerência extralinguística com esse gênero (por exemplo, o estereótipo segundo o qual, normalmente, enfermeiras são mulheres) poderia retardar o tempo de resposta, desencadear a mudança no processamento do modo automático para o voluntário, ou mesmo — se as sugestões forem fortes o suficiente — levar a mal-entendidos.

A autora defende também que a associação de marcadores de gênero lexicais ao seu significado semântico específico constitui uma pista saliente de gênero, bastante plausível se faltarem sinais claros para que ele seja percebido semanticamente, mesmo que seja um caso de masculino genérico (BOJARSKA, 2012, p. 51). Isso poderia explicar por que as palavras lexicalmente masculinas

pretendidas como genéricas são, muitas vezes, tratadas pelos falantes como sugestivas do masculino referencialmente motivado. Além disso, esse estudo trata de dois contextos que nos pareceram bastante relevantes para a nossa pesquisa: aqueles em que são desencadeados estereótipos de gênero e aqueles em que o androcentrismo é culturalmente predominante.

Bojarska (2012) defende que representações estereotipadas de homens e mulheres moldam expectativas que são responsáveis pelas diferenças sociais, e que esses estereótipos afetam a língua tanto quanto são afetados por ela. A autora esclarece que, quando as funções (profissionais) tradicionais eram denominadas, os termos criados para designá-las tendiam a corresponder semântica e/ou lexicalmente com o gênero real das pessoas que, normalmente, as desempenhavam na sociedade. A autora, então, pormenoriza essa questão:

Traditionally feminine and masculine occupations or social functions are still frequently referred to with semantically and lexically feminine or masculine words, respectively. The latter, however, have been declared to have generic meaning (cf. Braun et al., 2005; Mucchi-Faina, 2005). It is asserted that the lexical ways social categories are referred to can reinforce their associations with gender (BOJARSKA, 2012, p. 52).

Dessa forma, embora até hoje essas funções ainda sejam frequentemente designadas por palavras femininas ou masculinas mediante essa associação aos gêneros coerentes com os referentes que tradicionalmente as desempenh(av)am, apenas os termos masculinos foram declarados como tendo significado genérico²³. Aliás, a autora ressalta um dado importante: as categorias sociais às quais se faz referência com formas lexicais femininas ou masculinas podem reforçar suas associações com o gênero dessas formas. Quanto ao androcentrismo, a pesquisadora verificou:

Androcentrism seems to reflect the male-dominated perceptions of the male-dominated social reality and constitutes people's propensity to perceive the male as the normative and most prevalent type of person, whereas the female is seen as peripheral and deviating from the norm constituted by masculinity. It is manifested in the long-standing tradition

²³ Nesse caso, especificamente, observar a diacronia pode ser revelador: se “doctor” é prototipicamente um homem, isso pode ser explicado, em parte, porque no surgimento dessa profissão, todos os “doctors” eram homens.

of a disproportionately large part of social communication being dominated by male-related content (BOJARSKA, 2012, p. 52).

Por conseguinte, as pessoas associariam, prototipicamente, um humano mais claramente ao gênero masculino do que ao feminino, o que demonstraria a distorção da nossa percepção da realidade social em virtude da influência de fatores cognitivo-culturais (BOJARSKA, 2012, p. 52). Parece-nos, com isso, que se trata de um fenômeno de alguma forma ligado aos efeitos cognitivos que o uso do gênero masculino ocasiona na língua.

Já em Gygax et al (2012), lê-se que, para um leitor superar a interpretação específica da forma gramatical masculina em francês, quando instruído a adotar seu significado genérico, há mais dificuldades do que esperariam aqueles que defendem a lógica de que o natural seria entender as marcações de gênero como formas marcadas ou não-marcadas. Isso nos remeteu a reflexões sobre a afirmação de Bybee ([2010] 2016, p. 37) de que a capacidade do cérebro é impressionantemente grande: diante dessa imensa capacidade, seria, de fato, necessária a simplificação das concordâncias por meio do uso do masculino como genérico? Quanto esforço cognitivo realmente economizamos quando nos expressamos usando esse gênero? O estudo apresentado por Gygax et al (2012) indica que essa “economia”, na verdade, prejudica a comunicação mais do que a facilita.

Dessa vez, pautando-se em resultados obtidos com dois experimentos complementares, os autores concluíram que, embora os leitores possam ser motivados a, atentamente, ativar a interpretação genérica da forma masculina, esta última não anula completamente uma forma específica mais passivamente ativada. Ao partirem do fato de que investigações empíricas ainda não tinham abordado se as formas masculinas podiam mesmo ser entendidas genericamente — ou seja, se os leitores podem ser levados a vincular igualmente as formas masculinas genéricas a referentes femininos e masculinos —, os autores se propuseram a realizar essa investigação. Por meio de testes de associação de palavras, eles exploraram de que modo os falantes adotavam a interpretação genérica do masculino.

No artigo em questão, os autores fizeram uma revisão dos estudos recentes que já haviam se proposto a investigar a marcação dos gêneros feminino e masculino — a saber, Colé; Segui, 1994; Gygax; Gabriel, 2008; Gygax et al, 2008; Irmen, 2007; Stahlberg et al., 2007; Flaherty, 2001; Gabriel, 2008; Gabriel; Gygax, 2008 (apud Gygax et al, 2012). Em geral, tais estudos documentaram que, a princípio, embora houvesse alguma flexibilidade na interpretação de formas masculinas, a informação sobre gênero teria uma forte influência na representação mental feita pelos leitores. Além disso, segundo esses estudos, os falantes são constantemente confrontados com diferentes fontes de informação (gramaticais, morfológicas, semânticas), por vezes contraditórias, ao construírem representações de gênero.

Por fim, nas línguas com marcação explícita de gêneros feminino e masculino, nunca foi demonstrada uma ativação verdadeira de significados que não fossem o da interpretação específica da forma masculina (GYGAX et al, 2012, p. 398). Isso porque pesquisas sugerem que o significado específico da forma masculina (ou seja, forma masculina para referente humano masculino) predomina sobre o significado genérico (ou seja, forma masculina referindo-se igualmente a referentes humanos masculinos e femininos). Com isso, indica-se que os falantes dependem fortemente de pistas gramaticais e, em geral, podem precisar de informações adicionais para interpretar formas masculinas de fato como genéricas.

Ao analisarmos esses resultados, percebemos que eles talvez pudessem ser explicados pela operação de alinhamento Figura/Fundo, que Langacker (2008, p. 58) didaticamente explica com duas analogias: “a sudden noise stands out as figure against the ground of silence, or a small, moving cursor against the more stable background on a computer screen”. Em termos mais técnicos, esse alinhamento é composto de uma estrutura menor dentro de uma estrutura maior em que o conhecimento desta última compõe o significado da primeira. Similarmente, na sintaxe, uma determinada construção (Fundo) impõe um perfil na interpretação de uma situação (Figura) (SILVA, 2008, p. 5). De acordo com essa lógica, e partindo dos resultados obtidos por Gygax et al (2012), poderíamos supor que o masculino genérico corresponderia à Figura ao ser

trazido à superfície discursiva. Ao mesmo tempo, o masculino interpretado como específico ocupa o Fundo, pois não é completamente anulado pelo falante nem quando este é explicitamente orientado a considerar apenas a interpretação genérica das formas empregadas no masculino.

Voltando à metodologia utilizada por Gygax et al (2012), como os autores tinham como propósito explorar quais efeitos seriam gerados se os leitores fossem explicitamente lembrados sobre a possibilidade de interpretação genérica do masculino, eles optaram por trabalhar com a tarefa de associação de palavras já testada em Gygax e Gabriel (2008) (apud GYGAX et al, 2012, p. 398). Nela, os pesquisadores forneceram aos participantes instruções específicas durante os experimentos sobre a possibilidade de formas masculinas serem usadas como genéricas (i.e., para designar igualmente referentes masculinos e femininos), e pediram que as pessoas se lembrassem disso enquanto respondiam. Esses testes visavam verificar se motivar os leitores a considerarem a forma masculina como representativa tanto de mulheres quanto de homens poderia enfraquecer a predominância da interpretação de masculino específico encontrada em estudos anteriores.

Ademais, os pesquisadores visavam também verificar se tal enfraquecimento poderia revelar ou não efeitos estereotípicos e se ele dependeria das capacidades individuais de controle inibitório dos participantes. A expectativa inicial era de que, embora os leitores pudessem melhorar os desempenhos quando recebessem as instruções sobre o masculino genérico, os tempos de resposta ainda indicariam que o significado específico do masculino teria sido ativado.

Com efeito, os participantes aumentaram sua proporção de respostas positivas quando tiveram que decidir se uma mulher poderia fazer parte de um grupo representado por uma função escrita no masculino plural. E os tempos de resposta, de fato, mostraram que eles levaram mais tempo para fazê-lo, independentemente das instruções (GYGAX et al, 2012, p. 405). Portanto, os resultados encontrados sustentam a ideia de que vincular formas masculinas a referentes femininos é mais difícil do que vincular formas masculinas a referentes masculinos, a despeito do que os leitores são instruídos a fazer.

Por fim, o estudo conduzido por Braun et al (2005) dialoga com outro artigo sobre o experimento aplicado por Klein (1988, apud BRAUN et al, 2005), que envolveu participantes lendo, em alemão, frases formuladas com masculino genérico e frases com pares de palavras no feminino e no masculino motivados referencialmente. Na ocasião, os participantes deveriam inserir um pronome de tratamento ao lado das frases (por exemplo, *Herr* 'senhor' e/ou *Frau* 'senhora') para que a associação com uma pessoa de sexo masculino ou de sexo feminino fosse identificada. Os resultados revelaram que, para o masculino genérico, associações com o masculino eram mais fortes do que para os pares feminino-masculino: "Klein's data shows that with masculine generics 'male' associations were stronger than with word pairs, even though the latter did not trigger entirely balanced responses either" (BRAUN et al, 2005, p. 5).

A fim de sofisticar a metodologia aplicada por Klein (1988, apud BRAUN, 2005), os pesquisadores julgaram necessário aplicar seis experimentos, incluindo um pré-teste para o primeiro. Neste, chamado *Can geophysicists be women?*, eles verificaram quais percentuais de homens e de mulheres estimavam-se haver em eventos de áreas tipicamente associadas a homens e de áreas tipicamente associadas a mulheres. A variável dependente era o percentual estimado de mulheres presentes, e eram oferecidos excertos de notícias forjadas sobre congressos dessas disciplinas. Os participantes tinham, então, que responder diversas perguntas sobre as notícias, incluindo distratoras, e em meio aos textos, apareciam palavras com diferentes gêneros gramaticais:

The type of generic used in the text also varied: masculine generics (e. g., *die Geophysiker* 'the geophysicists', masc.) vs. neutralizing forms (e. g., *die Geophysik* 'geophysics', *die wissenschaftlich Tätigen* 'the [people] active in science') vs. feminine-masculine word pairs (e.g., *Geophysikerinnen und Geophysiker* 'female and male geophysicists') (BRAUN et al, 2005, p. 7).

No segundo experimento (*Can hockey players be women?*), eles investigaram os mesmos dados, mas aplicados ao contexto esportivo. O terceiro foi um pouco diferente: intitulado *Name your favorite musician*, ele exigia que os informantes respondessem quem eram seus heróis, seus atletas, seus músicos etc., favoritos. A hipótese inicial era de que o uso do masculino genérico na

pergunta desencadearia menos respostas com mulheres do que nas perguntas formuladas com neutralização do gênero ou com explicitação de ambos os gêneros feminino e masculino motivados.

O quarto experimento foi chamado *Name three athletes* e mudou sutilmente o que havia sido feito no anterior. Em vez de pedir para os participantes mencionarem quem eram seus favoritos nas categorias herói, atleta, músico etc., os pesquisadores solicitaram que os participantes citassem nomes de pessoas dessas mesmas categorias. A intenção por trás disso era avaliar a capacidade de se recordar de personalidades dos dois sexos a depender do tipo de gênero empregado na pergunta, sem que precisassem pensar em nomes de personalidades das quais gostavam mais.

Posteriormente, o quinto experimento, *Suggest a candidate*, consistia em pedir para os participantes indicarem quais políticos eles considerariam como possíveis candidatos a um cargo importante do Governo. Para isso, foram formuladas duas versões de questionários para os participantes preencherem: uma usando masculino genérico (*Politiker* 'político') e outra com pares no feminino e no masculino explícitos (*Politikerin* oder *Politiker* 'política ou político'), e os participantes recebiam aleatoriamente uma dessas versões. A expectativa era de que mais candidatas mulheres fossem citadas nos formulários escritos com os pares feminino-masculino explícitos do que nos formulários feitos no masculino genérico.

Enfim, o último experimento (*Is this person an athlete?*) tinha como objetivo investigar algo um pouco diferente do que os anteriores. Ele foi conduzido de modo a avaliar os efeitos do uso do masculino genérico nos tempos de reação dos participantes. Com isso, pretendia-se verificar se o uso do masculino genérico, em comparação com construções que explicitavam referentes no feminino, faria as pessoas demorarem mais para pensarem em mulheres nas suas respostas:

Their task was to decide whether a person shown on a slide (the stimulus person) belonged to a given category. The participants first saw a question word such as 'athlete?' followed by a picture of, for example, Margaret Thatcher. The participants had to decide whether this stimulus person belonged to the category (in this example, athlete) (BRAUN et al, 2005, p. 15).

Em geral, os resultados obtidos ao longo de todo o estudo indicaram que formas linguísticas diferentes efetivamente interferem na conceptualização de leitores ou ouvintes, i.e., elas não são indiferentes para as interpretações dos falantes. O uso do masculino genérico nas perguntas apresentadas foi responsável por provocar as menores taxas de inclusão de mulheres nas respostas dos participantes e também as reações mais lentas nas tarefas em que eles deveriam apenas identificar o sexo do referente. Nesse sentido, Braun et al (2005) corroboram empiricamente os questionamentos feitos pela crítica linguística feminista, ao menos para o alemão, que era a língua observada no estudo: “the masculine gender of traditional German generics apparently has a semantic component of ‘maleness’ that can restrict compatibility with the idea of female reference” (BRAUN et al, 2005, p. 17).

Não encontramos um vasto número de pesquisas que se ocuparam de investigar essa temática, mas essas que apresentamos neste capítulo desempenham um papel importante para sustentar algumas de nossas hipóteses. Primeiramente, o estudo de Guerra (2016) não apenas é bastante recente, como faz parte da crítica linguística feminista de que tanto se fala. Por tratar do espanhol europeu, ambiente linguístico em que o debate acerca de formas mais inclusivas e democráticas de expressão tem ganhado muito espaço nos últimos anos, segundo Guerrero Salazar (2014), o artigo nos fornece dados qualitativos significativos. Entre eles, a autora compila as diferentes estratégias para evitar o uso do masculino genérico que são sugeridas em diversos manuais de uso não-sexista da língua. Uma vez que trataremos dessas estratégias aplicadas ao PB no próximo capítulo, é importante que tenhamos abordado outras pesquisas que já o fizeram antes para línguas próximas à nossa.

Com Bojarska (2012), obtivemos informações referentes a diversas línguas corroborando a hipótese de que determinadas formas linguísticas desfavorecem a percepção da mulher como referente possível, na medida em que se reconhece, prototipicamente, um humano como sendo um homem. Ademais, a pesquisadora conseguiu relacionar, empiricamente, esses resultados a aspectos extralinguísticos, responsáveis, por exemplo, por reforçar o caráter secundário da mulher social e culturalmente, numa análise que une

aspectos quantitativos a qualitativos com muita profundidade. Já Gygax et (2012) trouxeram-nos dados relevantes acerca do emprego de masculino genérico no francês, evidenciando o que já era suspeita de muitas pessoas: há um componente masculino motivado subjacente ao gênero masculino genérico que não se desvincula deste último mesmo em situações em que os falantes são explicitamente orientados a fazer essa desvinculação. Complementamos as conclusões desse estudo com nossas leituras a respeito do alinhamento Figura/Fundo (Langacker, 2008), trazendo a tais resultados mais uma sustentação teórica, fornecida pelas nossas leituras da Linguística Cognitiva.

Por fim, a partir do estudo exaustivo de Braun et al (2005) sobre gênero gramatical no alemão, verificamos, mais uma vez, o impacto negativo para a cognição que formulações no masculino genérico podem ter, sobretudo para as mulheres. Dessa forma, o argumento da “economia linguística” que muitos utilizam para justificar a viabilidade do masculino genérico (cf. GUERRA, 2016) cai por terra, pois ele representa, na verdade, maior custo cognitivo para ser processado, de acordo com os resultado dessa pesquisa.

Temos, portanto, uma revisão da literatura sobre o tema do gênero gramatical e da genericidade de algumas de suas instanciações, de modo a justificar alguns de nossos pontos de partida nesta dissertação. Sob esse esquema, podemos prosseguir para uma investigação mais detalhada sobre os gêneros gramaticais no PB e sobre qual é o aporte teórico que a Linguística Cognitiva pode nos dar para analisarmos seus funcionamentos.

2 GÊNERO GRAMATICAL E COGNIÇÃO

"Much of our everyday talk reflects people's ability to think in ways that go beyond the literal".

(GIBBS, 1994, p. 3)

2.1 A metonímia na Linguística Cognitiva

Tendo em vista tudo o que foi discutido no capítulo anterior, vale ainda o questionamento: quanto tempo se gasta na vida falando de pessoas e seres vivos, em geral, e quanto se gasta falando de objetos, fenômenos, sentimentos? Levando em consideração que a frequência de ocorrência de um item gramatical interfere na compreensão do falante sobre esse item (cf. Bybee, [2010] 2016), é possível assumir que o fato de falarmos muito mais sobre pessoas, na vida cotidiana, pode nos levar a carregar a correlação entre sexo e gênero gramatical para a marcação de gênero como um todo. Nesse sentido, interessa-nos observar a conceptualização decorrente do fenômeno de referência a partir dos gêneros gramaticais "feminino" e "masculino".

Observando-se, então, a marcação de gênero, ao longo de um texto, podemos compreender como os referentes desse texto são representados. Dessa forma, o que pretendemos verificar, nesta parte da pesquisa, é a possibilidade de se conceber o masculino genérico como instanciamento linguístico de uma metonímia. Afinal, se partimos da noção de metonímia que implica que uma entidade represente outra dentro de um só domínio (HOPPER; TRAUGOTT, 1993), isso também poderia explicar o masculino genérico, desde que o entendêssemos como o elemento que figura no lugar das demais manifestações gramaticais de gênero, sendo tudo isso parte de um mesmo domínio. Tendo isso em vista, consideramos que há necessidade de revisar a conceituação de metonímia conceptual para explicar como o gênero gramatical poderia ser interpretado como aquilo que é usado para referenciar algo.

A conceptualização é o processo cognitivo dinâmico relativo à construção de sentido pelo sujeito produtor do conteúdo e da reconstrução por quem o recebe. Disso decorre que o significado de uma expressão inclui não apenas o

seu conteúdo conceptual, mas também a perspectiva a partir da qual esse conteúdo é construído. Então:

Entendendo o significado como conceptualização, este não pode ser apenas analisado em relação às propriedades do objecto de conceptualização, mas tem que necessariamente envolver, em menor ou maior grau, o sujeito de conceptualização. Noções como perspectiva, ponto de vista ou subjectividade mostram-se, assim, perfeitamente adequadas para a descrição e explicação do significado linguístico (SILVA, 2008, p. 19).

Diferentes perspectivas podem ser utilizadas na conceptualização, e uma delas consiste no fornecimento de acesso de um item conceptual a outro dentro de um mesmo domínio. Nesse caso, trata-se de uma conceptualização metonímica, a qual envolve um mapeamento de correspondência única — se dizemos “Eu comprei um Ford”, o mapeamento é feito em um só sentido, do nome do fabricante para o tipo de carro produzido por ele (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ; PÉREZ HERNÁNDEZ, 2001, p. 324). Isso remete à necessidade de esclarecer o que é o conceito de “ponto de referência”: trata-se da habilidade de recorrer a uma entidade como um ponto de referência para estabelecer mentalmente um contato com outra entidade, ou seja, de acessar uma por meio da outra. A respeito disso, Langacker (2009, p. 52) define o seguinte: “the entity accessed in this way is called the target in the reference point relationship. The set of entities accessible through a given reference point (the set of potential targets) are collectively referred to as its dominion”.

No trabalho pioneiro de Lakoff e Johnson (1980), lê-se que “a metonímia tem, principalmente, uma função referencial, isto é, ela permite que se use uma entidade para representar outra” (LAKOFF; JOHNSON, 2003 [1980], p. 87, tradução nossa). Outra definição um pouco mais completa é encontrada em Lakoff e Turner (1989, p. 103), segundo a qual a metonímia seria fruto de uma conceptualização que acontece dentro de um só domínio; nele, uma entidade do esquema representaria outra, desempenhando uma função majoritariamente referencial. O fato de a metonímia envolver um mapeamento de correspondência única é o que permite a sua referencialidade:

“In a one-correspondence mapping, one attribute of the source is highlighted and made to correspond with one attribute of the target. Highlighting an attribute serves the same function as providing a relevant description of the entity we are talking about. In this sense, the target is enriched conceptually and consequently gains referential potential, which makes it readily available for referential use (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ; PÉREZ HERNÁNDEZ, 2001, p. 325).

Ruiz de Mendoza Ibáñez (2000) complexifica as discussões de Lakoff e Johnson ([1980] 2003) e de Lakoff e Turner (1989), defendendo que as definições elaboradas por eles não fornecem traços verdadeiramente constituintes de uma metonímia, mas apenas contêm algumas características recorrentes em expressões metonímicas. Com isso, o autor defende uma atualização dessas definições que considere a natureza da relação entre a fonte e o alvo²⁴. Ele justifica sua proposta de definição de metonímia argumentando que a metonímia sempre se baseia em uma relação entre domínio e subdomínio, sendo o domínio principal chamado de “domínio matriz”, e na qual se fazem apenas duas distinções básicas de tipos de metonímia: i. a fonte é um subdomínio do alvo, como em “O saxofone não vem hoje”, em que “o saxofone” é o subdomínio de “saxofonista”; e ii. o alvo é um subdomínio da fonte, como em “Ele sempre se deleita com Shakespeare”, em que “Shakespeare” significa “a obra literária de Shakespeare”, que é um subdomínio do nosso conhecimento sobre o dramaturgo inglês (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, 2000) .

As metonímias do primeiro tipo são categorizadas como metonímias “fonte-no-alvo”; já as do segundo tipo são as “alvo-na-fonte”. Ao fazer-se essa distinção, desconstrói-se a existência de metonímias “parte pela parte”. Isso pode ser explicado por meio de sentenças como “O casaco de pele saiu sem pagar”, num contexto em que um garçom diz ao outro que um cliente usando casaco de pele saiu do restaurante onde estava sem pagar seu consumo. Nesse caso, é um fator contextual que torna mais relevante identificar o cliente por sua roupa do que por outra informação pertencente ao modelo cognitivo do restaurante. Logo, não podemos considerar que se trata de uma metonímia “parte pela parte”, mas sim de uma metonímia alvo-na-fonte (RUIZ DE

²⁴ Para esclarecer, alvo é o domínio que se deseja descrever e fonte é o domínio em termos do qual o alvo é descrito.

MENDOZA IBÁÑEZ; PÉREZ HERNÁNDEZ, 2001, p. 325). Como se trata de um raciocínio bastante complexo, convém retomar outra explicação de Ruiz de Mendoza Ibáñez (2003) a esse respeito:

Consider the following metonymies:

i) In Goldfinger Sean Connery save the world from a nuclear disaster.

ii) James Bond was really convincing in Goldfinger.

In the part-for-part view, these two sentences could be explained as involving similar metonymies where a part of the film-making domain is mapped onto another part. Thus, in i) the actor stands for the role, and in ii) the role stands for the actor. However, we may think of an actor's role in a film or play as part of what we know about him, which thereby becomes the full domain. We may refer to this full domain as the "matrix domain" in the sense that it provides a framework of reference for other domains which are part of it. If this view is correct, i) would be explained as a mapping from the matrix domain to one of its relevant subdomains, while ii) would map a relevant subdomain to the matrix domain. This explanation has some advantages to account for anaphoric reference to expressions which involve a metonymic mapping. (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, 2003, p. 116).

Logo, por mais que seja possível a hipótese de a metonímia decorrer de uma relação entre "parte" e "todo", o autor defende a recategorização de seus componentes. Desse modo, ela passa a ser definida como fruto da relação entre o "domínio" completo (chamado de "matriz") e um de seus "subdomínios", tornando o percurso seguido na interpretação da expressão metonímica mais claro. Ruiz de Mendoza Ibáñez e Díez Velasco (2001) exemplificam isso com o seguinte: quando uma metonímia fonte-no-alvo fornece o referente de um pronome anafórico, a referência é feita ao domínio-alvo da metonímia²⁵ — ou seja, ao domínio matriz. Já em casos de alvo-na-fonte, é o domínio-fonte (também um domínio matriz) que é selecionado para compor a referência anafórica²⁶. Portanto, é possível chegar a uma generalização segundo a qual metonímias fonte-no-alvo funcionam a partir de expansões do domínio — isto é, ao invocar um de seus subdomínios, recebemos pleno acesso a todo o domínio

²⁵ Os autores ilustram esse raciocínio com a frase *The sax won't come today; he/*it has the flu*, mostrando que o uso de *he* seria compreensível, ao passo que *it* não seria convencional. Optamos por reproduzir o exemplo original sem traduzi-lo, pois a distinção entre *he* e *it* do inglês não seria perceptível com o uso de "ele" em português. Nesse exemplo, o objeto é usado para falar da pessoa.

²⁶ Os autores ilustram esse raciocínio com a frase *She loves Shakespeare; she reads him/*it a lot*, que também não traduzimos para o português pelo mesmo motivo que mencionamos na nota anterior. Nesse exemplo, a pessoa é usada para falar do objeto.

matriz²⁷. Ao mesmo tempo, metonímias alvo-na-fonte nos levam a reduzir o domínio — afinal, apenas o subdomínio da matriz é relevante nesses casos²⁸ (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ; DÍEZ VELASCO, 2001).

A partir disso, percebe-se que metonímias alvo-na-fonte fazem uso de um domínio conceptual bem definido (o domínio matriz) para fazerem referência a um subdomínio que não necessariamente é delimitável com clareza. O resultado disso é que esse tipo de metonímia se revela um recurso comunicativo muito eficiente sempre que o falante é incapaz de expressar o referente ou de determiná-lo em sua natureza. Ruiz de Mendoza Ibáñez e Díez Velasco (2001) exemplificam isso com a frase “Chrysler demitiu cem funcionários”, na qual, para interpretar corretamente a metonímia de “Chrysler”, não é preciso que o interlocutor saiba com precisão o referente exato do domínio matriz “Chrysler” — poderia ser a(o) gerente de um departamento, ou alguém subordinado a ela(e), ou ainda todo o conselho da empresa etc. O uso desse domínio matriz também implica que é a empresa como um todo a responsável pelas demissões, e não apenas um funcionário agindo isoladamente. Acerca disso, os autores fazem uma afirmação muito importante: “this is a consequence of the special nature of this metonymic shift where the matrix domain in being (...) a well-defined conceptual domain, figures more prominently in the hearer’s mind than any of its subdomains” (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ; DÍEZ VELASCO, 2001, p. S.I.).

Entendemos desse raciocínio que há, no domínio matriz, uma genericidade que favorece a comunicação, pois livra os falantes de terem que conhecer todas as especificidades possíveis do subdomínio em questão para conseguirem compreender o conteúdo do que se diz. Nesse sentido, parece-nos possível conceber, então, o masculino genérico como aquilo que compõe o domínio matriz e pode referir i) masculino específico, ii) gênero desconhecido, iii) feminino específico ou iv) uma resolução de concordância no subdomínio.

²⁷ Retomando o exemplo fornecido pelos autores que adicionamos na nota de rodapé nº 25, o subdomínio “sax” nos fornece acesso a algo que é mais amplo, que é o homem que toca esse instrumento (componente do domínio matriz).

²⁸ Retomando também o exemplo dos autores, que apresentamos na nota de rodapé nº 26, “Shakespeare” compõe o domínio maior ao passo que, para estabelecer a anáfora, só nos interessa o que nele é mais específico (suas obras).

Exemplificam esses casos respectivamente os dados a seguir, acompanhando suas transcrições com a ocorrência que nos interessa em **negrito**:

- i) “Sexo é natural, faz parte, são jovens **jogadores**, com saúde perfeita — lembrou o médico da seleção”.

Figura 3: notícia sobre a concentração dos jogadores da Seleção Brasileira de futebol masculino durante a Copa do Mundo de 2018

https://extra.globo.com/esporte/copa-2018/tite-libera-sexo-para-os-jogadores-da-selecao-brasileira-durante-copa-mas- apenas-nas-folgas-22749996.html

EXTRA CAPA NOTÍCIAS POLÍCIA EMPREGO FAMOSOS MULHER TV E LAZER ESPORTE

Busque no Extra

William diz estar preparado para ser titular na Copa: 'Vivo meu melhor momento'

Seleção novamente é cobrada para 'salvar' Brasil de crise

Renato Augusto chega a sexto dia sem treinar na seleção: situação

Ainda não há uma programação exata de quantos dias fora da concentração os jogadores terão direito durante a Copa do Mundo. A folga da última segunda-feira, por exemplo, só começou a ser desenhada no fim de semana. O que já está definido é o que eles podem fazer durante esse período. Em termos de sexo, não há restrições. O médico Rodrigo Lasmar, entre um leve sorriso envergonhado, garantiu que a questão não é vista como delicada dentro da seleção.

- Acho que isso não pode ser encarado como tabu. Sexo é natural, faz parte, são jovens jogadores, com saúde perfeita - lembrou o médico da seleção: - Nada mais natural que eles façam no seu momento de folga, que tenham a folga no ponto de vista físico, na questão mental, da pressão que existe dentro de uma preparação para a Copa do Mundo. Para nós, não será nenhum problema.

Nos períodos de concentração, a regra é clara: amor, somente o fraternal. Os jogadores são proibidos de levar parceiras ou parceiros para os quartos, não importam onde estejam. Nos hotéis onde a seleção ficará hospedada haverá espaços reservados para os encontros com familiares e amigos. Mas a intimidade nesses casos não deve passar daquela que se costuma ter em público.

LINK PATROCINADO

LINK PATROCINADO

LINK PATROCINADO

LINK PATROCINADO

Para você

Flamengo empresta goleiro Alex Roberto para o Coritiba

Breno, Ramon e Vinicius Araújo seguem sem

- Acho que isso não pode ser encarado como tabu. Sexo é natural, faz parte, são jovens jogadores, com saúde perfeita - lembrou o médico da seleção: - Nada mais natural que eles façam no seu momento de folga, que tenham a folga no ponto de vista físico, na questão mental, da pressão que existe dentro de uma preparação para a Copa do Mundo.

- ii) “Depois de você, **outros** utilizarão este sanitário”.

Figura 4: placas para sanitários femininos e masculinos

iii) “É incluída pela crítica especializada entre os principais autores brasileiros do século XX.”²⁹

Figura 5: sítio enciclopédico sobre a escritora Clarice Lispector

← → ↺ ↻ 🏠 🔍 ☆ 👤 ⋮

https://pt.wikipedia.org/wiki/Clarice_Lispector

Página principal
Conteúdo destacado
Eventos atuais
Esplanada
Página aleatória
Portais
Informar um erro
Loja da Wikipédia

Colaboração

Boas-vindas
Ajuda
Página de testes
Portal comunitário
Mudanças recentes
Manutenção
Criar página
Páginas novas
Contato
Doativos

Imprimir/exportar
Criar um livro
Descarregar como PDF
Versão para impressão

Noutros projetos
Wikimedia Commons

Clarice Lispector, nascida **Chaya Pinkhasovna Lispector** (em russo: *Хая Гинхасовна Лиспектор*; *Chechelnyk*, 10 de dezembro de 1920 — Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1977), foi uma escritora e jornalista ucraniana naturalizada brasileira. Autora de romances, contos e ensaios, é considerada uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX e a maior escritora judia desde *Franz Kafka*. Sua obra está repleta de cenas cotidianas simples e tramas psicológicas, reputando-se como uma de suas principais características a *epifania* de personagens comuns em momentos do cotidiano. Quanto à sua *brasilidade*, declarava ser *pernambucana*.

Nasceu em uma família judaica russa que perdeu suas rendas com a *Guerra Civil Russa* e se viu obrigada a emigrar em decorrência da perseguição a judeus, à época, a qual resultou em diversos extermínios em massa. A mãe de Clarice foi violada por soldados russos durante a *Primeira Guerra Mundial*. A futura escritora chegou ao Brasil, ainda pequena, em 1922, com seus pais e duas irmãs.^[*nota 1*] Clarice dizia não ter nenhuma ligação com a Ucrânia - "Naquela terra eu literalmente nunca pisei: fui carregada de colo" - e que sua verdadeira pátria era o Brasil. Inicialmente, a família passou um breve período em *Maceió*, até se mudar para o *Recife*, onde Clarice cresceu e onde, aos oito anos, perdeu a mãe. Aos quatorze anos de idade transferiu-se com o pai e as irmãs para o *Rio de Janeiro*, local em que a família se estabilizou e onde o seu pai viria a falecer, em 1940.^[1]

Estudou direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, conhecida como Universidade do Brasil, apesar de, na época, ter demonstrado mais interesse pelo meio literário, no qual ingressou precocemente como tradutora, logo se consagrando como escritora, jornalista, contista e ensaísta, tornando-se uma das figuras mais influentes da literatura brasileira e do modernismo e sendo considerada uma das principais influências da nova geração de escritores brasileiros. É incluída pela crítica especializada entre os principais autores brasileiros do século XX.

Clarice Lispector

Pseudônimo(s) Helen Palmer, Teresa Quadros

Nascimento 10 de dezembro de 1920
Chechelnyk, Oblast de Vinnitsa
República Popular da Ucrânia

Morte 9 de dezembro de 1977 (56 anos)
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Nacionalidade ucraniana-brasileira

Progenitores Mãe: Mania "Marieta" Krimgold Lispector
Pai: Pinkhas "Pedro"

²⁹ Já discutimos, no capítulo 1, o porquê da necessidade de empregar o masculino em sentenças desse tipo.

Estudou direito na [Universidade Federal do Rio de Janeiro](#), conhecida como Universidade do Brasil, apesar de, na época, ter demonstrado mais interesse pelo meio literário, no qual ingressou precocemente como [tradutora](#), logo se consagrando como escritora, [jornalista](#), contista e [ensaísta](#), tornando-se uma das figuras mais influentes da [literatura brasileira](#) e do [modernismo](#) e sendo considerada uma das principais influências da nova geração de escritores brasileiros. É incluída pela crítica especializada entre os principais autores brasileiros do século XX.

- iv) “O encontro entre **os escritores** Rachel de Queiroz e José de Alencar acontece ao longo da apresentação e está presente também na letra do samba-enredo”.

Figura 6: notícia sobre os sambas-enredos de escolas de samba do Rio de Janeiro no ano de 2019

<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/03/03/escute-os-sambas-enredo-das-tres-escolas-de-samba-do-rio-de-janeiro-que-falam-sobre-cearenses.html>

OPOVO online Notícias Esportes Divirta-se Vida & Arte ASSINE

Escute os sambas-enredo das três escolas de samba do Rio de Janeiro que falam sobre cearenses

do Mar, Índios Cariri, José de Alencar e Rachel de Queiroz, as escolas de samba Estação Primeira de Mangueira, Paraíso do Tuiuti e União da Ilha do Governador **homenageiam personalidades cearenses** em seus enredos nesta segunda-feira, 04 de março (04/03), no Sambódromo da Sapucaí do Rio de Janeiro.

A União da Ilha do Governador contará o enredo de unir uma proposta lúdica que aproxima a cultura do Ceará com o encontro ficcional de dois ícones da literatura cearense: “A peleja poética entre Rachel e Alencar no avarandado do céu”.

O encontro entre os escritores cearenses Rachel de Queiroz e José de Alencar acontece ao longo da apresentação e está presente também na letra do samba-enredo. “Ouvindo poesias de Rachel, suspiro nas histórias de Alencar, e hoje desfolhando meu cordel, das lendas que ouvi no Ceará”, diz um trecho da composição.

Mais Lidas

- 1 Jericoacoara registra maior chuva das últimas 24 horas no Ceará
- 2 Jericoacoara tem esgoto a céu aberto após maior chuva do fim de semana
- 3 Chuva forte em Jericoacoara forma correnteza e arrasta cadeiras e mesas de ponto turístico

O encontro entre os escritores cearenses Rachel de Queiroz e José de Alencar acontece ao longo da apresentação e está presente também na letra do samba-enredo. “Ouvindo poesias de Rachel, suspiro nas histórias de Alencar, e hoje desfolhando meu cordel, das lendas que ouvi no Ceará”, diz um trecho da composição.

Fonte: Jornal O Povo. 03 março 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/03/03/escute-os-sambas-enredo-das-tres-escolas-de-samba-do-rio-de-janeiro-que-falam-sobre-cearenses.html>. Acesso em: 04 março 2019.

Essa, porém, não é a única evidência que nos leva à concepção de gênero gramatical como metonímia conceptual. De acordo com Langacker (2009), é possível afirmar que a gramática é basicamente metonímica, no sentido de que a informação explicitamente fornecida por meios convencionais não estabelece sozinha as conexões precisas apreendidas pelo falante e pelo ouvinte quando uma expressão é usada. De indicações explícitas emanam conceitos que apenas fornecem acesso a elementos com potencial de serem conectados de modos específicos. Partindo disso, tentamos entender a expressão do gênero gramatical na língua como uma metonímia que nos fornece acesso a ideias mais abstratas sobre “feminino”, “masculino”, “neutro” ou “genérico”. Em outras palavras, o que estamos propondo como possibilidade de análise é que haja padrões metonímicos sendo utilizados em conexão com padrões morfológicos, em uma aproximação com algo que outros pesquisadores já fizeram recentemente, para outros tipos de morfemas, tanto no PB quanto em outras línguas (PANTHER; THORNBURG, 2003; RADDEN, 2009; BASILIO, 2011).

Ruiz de Mendoza Ibáñez e Pérez Hernández (2001) fazem, ainda, uma tipologia de metonímias dentro da qual elas se dividem entre metonímias de alto e baixo níveis e, dentro deste último grupo, podem ainda ser categorizadas entre proposicionais e situacionais. As metonímias de alto nível dizem respeito a mapeamentos que envolvem modelos cognitivos idealizados genéricos, que por sua vez são abstrações de diversos modelos cognitivos não-genéricos. É esse componente genérico que lhes permite funcionar em níveis não-lexicais, subjacentes a variados fenômenos gramaticais (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ; DÍEZ VELASCO, 2001).

As metonímias de baixo nível proposicionais também estão envolvidas em vários casos que se desdobram em efeitos para a estrutura linguística — por exemplo, o processo de recategorização de substantivos sendo empregados como verbos. Já as metonímias de baixo nível situacionais são acionadas nos discursos diretos: “that is to say, whenever a part of a speech act scenario is employed metonymically to stand for the whole of it” (RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ; DÍEZ VELASCO, 2001, p. S.I.). Nesta pesquisa, interessam-nos as metonímias de nível alto, apenas, em razão de sua capacidade de operar entre

modelos cognitivos idealizados genéricos e não-genéricos, algo que nos parece coerente com o funcionamento dos gêneros gramaticais que temos como objeto de análise.

Ademais, todas essas hipóteses parecem sustentar-se também no que declara Barcelona (2003): uma metáfora ou uma metonímia conceptual podem, convencionalmente, ser ativadas ou representadas por um morfema, uma palavra, um sintagma, uma oração, uma frase, um texto inteiro, por gestos e por outros tipos de comportamento (BARCELONA, 2003, p. 5). No caso do gênero gramatical, a metonímia surgiria de um morfema.

2.2 Gênero gramatical como metonímia

É necessário ressaltar que tanto metáforas quanto metonímias são específicas de cada cultura, pois os domínios da experiência não são necessariamente os mesmos em todos os grupos socioculturais. Ainda assim, Barcelona (2003) insiste que aquelas mais abrangentes e abstratas parecem ter como *input* ou “fonte” domínios mais universais de noções físicas como “verticalidade”, “continente”³⁰, etc., conhecidos como “esquemas imagéticos”, os quais são adquiridos a partir de nossas experiências corpóreas mais iniciais. Isso parece manter coerência quando associado aos dados de aquisição da morfologia de gênero de Figueira (2001) que resumimos anteriormente. Afinal, a criança costuma entrar em contato, primeiramente, com uma categorização de mundo que prevê pessoas divididas em “homens” e “mulheres”. Nesse sentido, entende-se que dessas categorizações de mundo ela leve a noção de “masculino” e “feminino” e as aplique, por meio da língua, inclusive a itens abstratos, a objetos, a sentimentos, entre outros — o que explicaria o dado de “dio” que mencionamos no capítulo anterior. Se essa hipótese estiver correta, talvez seja possível, inclusive, considerar também que a especificidade da cultura em que o falante está imerso, quanto à divisão social existente entre homens e mulheres, pode ter algum efeito, ainda que pequeno, sobre o sistema gramatical de concordância de gênero da língua em questão e vice-versa.

³⁰ “Continente” aqui está empregado com o sentido daquilo que contém alguma coisa (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Trabalhos que associam morfemas a metonímias já vêm sendo feitos, embora ainda não tenhamos encontrado algum que faça essa associação para marcas de gênero gramatical. Um exemplo ilustrativo sobre o PB extraímos de Basilio (2011): a pesquisadora se debruçou sobre casos de nomes de agente deverbais, cuja formação morfológica corresponde à adição dos sufixos “-dor” e “-nte”, como em “coordenador” e “manifestante”, por exemplo. Neste estudo, Basilio defende que há um padrão metonímico de ATIVIDADE POR INDIVÍDUO, pois não se trata de apenas fazer referência a alguém que eventualmente se manifesta, em “manifestante”, ou que coordenou alguma coisa, em “coordenador”, mas, mais especificamente, a referência é a alguém que se manifesta publicamente como parte de um ato político e a alguém que tem a função específica de coordenar instituições. Sendo assim, uma vez que, socialmente, precisamos atribuir a indivíduos diferentes cargos, funções, atividades e seus papéis e posições decorrentes existentes no mundo sociocultural, recorreremos à morfologia com os processos de formação e à metonímia INDIVÍDUO POR FUNÇÃO SOCIAL com o intuito de designar esses papéis socialmente relevantes.

Dessa forma, entendemos que há uma referência metonímica a indivíduos e objetos por conta de algum papel relativo aos significados dos nomes que eles têm como base. Basilio (2011, p. 106), partindo de seus dados, afirma que “na realidade, a metonímia é tão inerente ao processo morfológico que praticamente se torna invisível, fazendo a associação entre o significado do verbo e de ambos os agentes (o verbal e, sobretudo, o social)”. Nossa hipótese, por sua vez, é a de que a metonímia se invisibiliza ao associar o significado das palavras envolvidas no processo de concordância nominal e dos referentes masculinos ou femininos a que se ligam discursivamente.

Diante disso, é válido considerar o que Langacker (2009, p. 52) define como “ponto de referência” — que já mencionamos anteriormente: a entidade representada pela expressão metonímica “serve como ponto de referência, fornecendo acesso mental ao alvo desejado”. Tendo em vista esse conceito, a expressão do gênero gramatical mais uma vez poderia ser concebida como metonímia: marca-se com “feminino” ou “masculino” um sintagma como, por

exemplo, “a médica”, em que tanto o determinante quanto o sufixo femininos funcionariam como pontos de referência para fornecer acesso mental à entidade mais abstrata “mulher” e, num nível ainda mais superior, a “pessoa”.

Consideremos que, em frases como “as médicas e os enfermeiros são funcionários naquele hospital”, por estarmos diante de um grupo formado por mulheres e homens conjuntamente, a resolução de concordância é feita no masculino. Logo, se na metonímia focamos em um aspecto da entidade e o elegemos como suficientemente representativo para atingir o significado implícito no conteúdo que produzimos, então o masculino parece o eleito para representar grupos de gêneros gramaticais quaisquer.

Como problema que emerge dessa hipótese temos as diferentes maneiras de expressar verbalmente o gênero exigido pela gramática, e cada uma delas tem diferentes implicações quanto à construção de referentes. Uma dessas maneiras é, na verdade, uma estratégia para, na escrita, burlar a marca de gênero gramatical; trata-se das chamadas linguagens neutras, que já mencionamos no capítulo de Introdução e que são utilizadas no caso a seguir:

Figura 7: publicação de perfil pessoal no *Facebook*

Nesse exemplo, todos os sintagmas nominais que referenciavam grupos genéricos de pessoas tiveram o sufixo que indica gênero substituído pelo “x”, e a autora da publicação manteve a concordância assim em todo o texto. Outra

possibilidade, há mais tempo consolidada na língua escrita, é marcar diferentes possibilidades de concordância entre parênteses, como no exemplo a seguir:

Figura 8: e-mail institucional enviado pela Prefeitura do câmpus da Cidade Universitária da USP para membros da comunidade

Com relação a este dado (figura 7), no qual o morfema de gênero feminino é marcado entre parênteses, podemos afirmar que se trata de uma estratégia mais consolidada em comunicações com maior grau de formalidade — tais como avisos institucionais, como o próprio dado representa. Guerra (2016) menciona o uso de barras no espanhol:

La barra tiene limitado su empleo al lenguaje escrito y, entre sus usos, la *Ortografía* de la Academia (rea & Asale, 2010: 426) recoge el de indicar dos o más opciones posibles cuando se emplea, por ejemplo, entre una palabra y un morfema (*Querido/a amigo/a*). En el lenguaje administrativo, este último uso puede resultar útil, por ejemplo, en el encabezado de las cartas, en el pie de firma de algunos documentos o para suplir la falta de espacio en los formularios e impresos. Fuera de estos contextos, y a pesar de que está admitido, en algunas guías se nos advierte que debe evitarse porque “afea el texto y dificulta su lectura, ya que si se opta por este recurso se habrá de utilizar no solo

en los sustantivos, sino en todos los elementos con los que concuerden” (Medina Guerra, 2002:87) (GUERRA, 2016, p. 194).

O que se pode questionar, no entanto, é quais são os limites de inclusão garantidos pelas linguagens neutras, quais são as implicações de se utilizarem os parênteses e, por fim, quais diferenças são suscitadas do contraste semântico entre todas essas possibilidades de estabelecer-se a concordância.

Ao considerarmos um texto que faz referência a um grupo formado por diversos indivíduos de ambos os sexos, o perfilamento pode ser feito de todo o conjunto, ou de grupos dentro desse conjunto. Exemplifiquemos com a frase “Para xs professorxs que vão votar no Bozonazi, desejo estudo e vergonha na cara”, extraída do dado apresentado na figura 7. Escrita com masculino genérico, ela ficaria “Para os professores que vão votar no Bozonazi, desejo estudo e vergonha na cara”; nesse caso, sabendo que no referente há homens e mulheres, há uma dupla possibilidade de perfilamento com o uso do masculino genérico em “os professores”. Uma delas é o perfilamento do grupo todo, incluindo fêmeas e machos (figura 9a), e a outra é o perfilamento somente do grupo de machos, excluindo-se as mulheres (figura 9b). Se escolhermos nos expressar por “Para os(as) professores(as) que vão votar no Bozonazi, desejo estudo e vergonha na cara”, temos a seleção dos integrantes homens de um lado, e das integrantes mulheres de outro (figura 10). Porém, ao utilizarmos formas inovadoras como em “Para xs professorxs que vão votar no Bozonazi, desejo estudo e vergonha na cara”, muda-se o potencial referencial, anulando-se a diferença de sexo. Dessa maneira, a operação cognitiva passa a ser sobre outro tipo de entidade (figura 11), dado que há uma indeterminação implicada nessa forma de expressão, e todo o conjunto de integrantes é assim perfilado³¹.

³¹ Nos esquemas propostos, o processo de perfilamento é representado pelos grandes círculos.

Figura 9a: perfilamento do conjunto todo, incluindo-se tanto homens quanto mulheres.

Figura 9b: perfilamento do subconjunto de homens, excluindo-se as mulheres desse processo.

Figura 10: perfilamento do grupo de homens e do grupo de mulheres separadamente.

Figura 11: perfilamento do conjunto todo, cujos elementos usados na referência tiveram seu gênero apagado.

□ Homens

△ Mulheres

◐ Gênero neutralizado

A diferença entre os esquemas ilustrados nas figuras 9ab e 11 é que a interpretação de masculino específico que o primeiro caso possibilita fica excluída no outro caso, pois é anulada a predominância de um gênero específico que represente o conjunto como um todo. Entretanto, a anulação ocorre para o perfilamento do grupo de mulheres também, diferentemente do que ocasiona a situação ilustrada pela figura 10, em que ocorre o perfilamento de ambos os grupos — constituídos, respectivamente, por referentes homens e referentes mulheres.

Isso significaria que o processo de metonimização decorrente do uso do masculino genérico é anulado pela linguagem neutra, i.e., usar a linguagem neutra é não metonimizar. No entanto, essa não metonimização tem implicações para o processo de referência, que incluem, por exemplo, a anulação desses referentes. A primazia masculina que a interpretação de masculino motivado (Fundo) vinculada ao uso do masculino genérico (Figura) ocasiona se esvai junto com qualquer tentativa de salientar o feminino e seus referentes. Desenvolveremos mais essa análise no capítulo seguinte, em que articularemos a ela uma abordagem sociodiscursiva.

Os casos já mencionados diziam respeito ao uso do masculino e ao uso das linguagens não-binárias. Passemos, então, aos empregos do feminino

genérico e do feminino para autorreferenciar homens geralmente homossexuais. O primeiro pode ser exemplificado pelo dado a seguir:

Figura 12: Excerto de Melo (2018) em que se emprega o feminino para referenciar conjuntamente homens e mulheres

No dado anterior, o falante estabelece toda a concordância relativa a referentes sexuais no feminino, que estaria, portanto, empregado como genérico: “às colegas e amigas de pós-graduação, com um carinho especial para Amanda, Laís, Luciana, Luiz, Thaís e Ricardo” (grifos nossos). Outro exemplo é encontrado no edital do 2º semestre de 2018 da Organização sem fins lucrativos Vetor Brasil. O curioso desse caso é que uma parte do edital era destinada a explicar esse uso, visando dissolver equívocos que ele pudesse suscitar:

Figura 13: trecho de edital do processo seletivo de 2018 para trainees da organização Vetor Brasil

Diferente desses casos é o uso do feminino na autorreferência feita por homens geralmente homossexuais. Em comunidades LGBTQ, isso parece ser cada vez mais frequente. Alguns casos podem ser conferidos a seguir:

Figura 14: tuíte de Lucas S. Consoli, proprietário da conta @luscas

Figura 15: perfil da conta @musaraujo, de Murilo Araújo, no *Twitter*

A sexualidade parece ser entendida por adeptos desses usos linguísticos simultaneamente como forma de constituir identidade e como conjunto de práticas materiais — especialmente as referentes à atividade sexual (BUCHOLTZ; HALL, 2004). Consideramos, pois, que os casos 14 e 15 se diferenciam dos que foram apresentados nas figuras 12 e 13 por terem propósitos e processos de referência diferentes. Ao passo que em 12 e 13 a referência é feita a um terceiro, em 14 e 15 a referência é o próprio sujeito produtor do discurso. Com relação a esse último uso, verifica-se um *mismatch* no processo de perfilamento, uma vez que, para o referente homem, é empregada a concordância no feminino; isso não só é plenamente compreensível, sem gerar confusões para a comunicação, como também aciona um novo significado sobre o sujeito envolvido: sua sexualidade passa a ser vista como não-heterossexual. Isso significa que há uma mudança na categoria em que ocorre a metonímia, indicando que, possivelmente, o processo deixa de ser metonímico e passa a ser metafórico. Em outras palavras, o domínio do feminino passa a figurar no lugar do domínio do masculino, momento em que o *mismatch* gera uma mudança de categoria.

Para tentar explicar melhor esse fenômeno, recorreremos aos estudos sobre metáfora conceitual e, mais especificamente, metáfora deliberada. Em termos mais gerais, a metáfora conceitual consiste em um “padrão de

associação conceptual entre domínios cognitivos que permitem compreender fenômenos abstratos e complexos a partir de experiências sensório-perceptuais concretas” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014, p. 36). Nesse sentido, trata-se de um importante mecanismo cognitivo por meio do qual domínios da experiência mais abstratos e intangíveis se conceptualizam em termos do que é mais concreto e acessível. Lê-se em Lakoff e Johnson ([1980] 2003, p. 247) que o significado metafórico é fornecido mediante mapeamentos entre dois domínios: um domínio-fonte, que, em última análise, surge de nossa experiência corporificada, e um domínio-alvo, mais abstrato e não corporificado. Por conseguinte, podemos entender que a essência da metáfora é a compreensão e a experiencição de uma coisa a partir de outra.

Usando expressões metafóricas como “A sua teoria se funda nisso?” e “A teoria precisa de mais sustentação” (traduções nossas), Steen (2014, p. 119) esclarece o seguinte a respeito das metáforas conceptuais: “there is a systematic correspondence between our knowledge of theories and our knowledge of buildings and that we exploit our knowledge of buildings to think and talk about aspects of theories”. Nesses exemplos, o conhecimento sobre prédios e construção civil estaria em um domínio-fonte a partir do qual as correspondências com o conhecimento sobre teorias seria mapeado. De maneira simplificada, se aplicada essa lógica ao nosso objeto de análise, o gênero feminino materializado na língua estaria no domínio-fonte, que é mobilizado no mapeamento das correspondências com a orientação sexual do sujeito social, componente do domínio-alvo. Todavia, é necessário lembrar que, na conceptualização desse objeto que estamos analisando, ocorre a mudança de categoria durante o mapeamento. Por conta disso, a fim de dar conta desse fenômeno, recorreremos à Teoria da Metáfora Deliberada (doravante DMT³²) (STEEN, 2017; STEEN, 2016), segundo a qual metáforas mistas são produzidas deliberadamente com fins retóricos.

Metáforas mistas são aquelas em que são utilizados discursivamente domínios de origens diferentes para compor a mesma expressão metafórica. A peculiaridade desse tipo de metáfora é o fato de muitas pessoas poderem

³² “Deliberate Metaphor Theory” do inglês.

percebê-las sendo usadas, pois essa mistura é frequentemente considerada inadequada por muitos falantes — embora nas situações em que não há mistura o uso de significados metafóricos seja tão automático e despercebido quanto o uso de qualquer estrutura gramatical. Gerard Steen exemplifica as metáforas mistas com o seguinte dado: “the economic cake grew fast enough in these years for most demands to be accommodated without conflict” (JUDT, 2005, p. 266 apud STEEN, 2016, p. 115). Nessa expressão, o significado não metafórico da segunda imagem metafórica da expressão (‘grew’) se choca com o significado não metafórico da primeira imagem metafórica (‘cake’) — afinal, um bolo não “cresce”, apenas tem seu tamanho aumentado conforme é assado.

O autor alega, então, que domínios conceptuais distintos são evocados como referentes estranhos no discurso por mudanças intencionais de perspectiva, as quais se constituem como metáforas deliberadas³³. Por causa desse uso metafórico deliberado, a imagem metafórica, destoante, pode ser representada como um referente distinto na mente das pessoas e estar disponível por tempo suficiente para produzir um choque potencial com a próxima imagem metafórica. Esse choque ocorre se ela for próxima e, ao mesmo tempo, incompatível o suficiente a ponto de ser percebida, evocando outro domínio conceptual diferente (STEEN, 2016, p. 116). Em outro texto, o pesquisador sintetiza esse raciocínio no seguinte trecho:

“deliberate metaphors are those metaphors that draw attention to their source domain as a separate detail for attention in working memory, whereas non-deliberate metaphors do not (cf. Steen 2011b, 2013). This means that these source domain details function as separate referents (...)” (STEEN, 2017, p. 7).

Aproximando a conceituação de Steen (2017) da nossa hipótese de análise nesta pesquisa, teríamos que sexo e orientação sexual seriam referentes distintos decorrentes do processo de metáfora deliberada. Isso suscitaria detalhes na memória de trabalho que, até então, não eram salientes — detalhes estes acerca da orientação sexual do falante, no nosso caso. Sendo assim,

³³ Aqui, cabe uma ressalva sobre o significado de “deliberada”: não se trata de metáfora usada conscientemente pelo falante, mas sim empregada (como metáfora) de modo intencional (STEEN, 2017, p. 6). Retomaremos essa questão mais adiante.

durante a conceptualização metafórica, o domínio do feminino seria acionado para referenciar o domínio de machos, gerando a mudança da categoria “sexo” para a categoria “orientação sexual” em um mapeamento de domínios cruzados.

De acordo com a DMT, há um encadeamento analítico formado por cinco passos que devem ser seguidos para que se verifique se uma metáfora é, efetivamente, uma metáfora mista (STEEN, 2017, p. 12). Esse encadeamento consiste em:

- i) “Surface text”: identificação de palavras que remetam a metáforas.
- ii) “Text base”: identificação de conceitos que remetam a metáforas.
- iii) Comparação: identificação de uma comparação aberta.
- iv) “Situation model”: identificação da analogia e dos referentes.
- v) “Context model”: identificação das implicaturas.

Figura 16: Análise em cinco passos aplicada à frase “DMT takes metaphor studies back to a Stone Age time”

Step 1 (surface text):	DMT <i>takes</i> metaphor studies <i>back to a Stone Age</i> time				
identification of metaphor related words					
Step 2 (text base):	P1 (<i>TAKE-BACK-TO</i> DMT METAPHOR-STUDIES TIME)				
Identification of metaphor related concepts	P2 (MOD TIME <i>STONE-AGE</i>)				
Step 3:	<u>Metaphor 1: Derived from P1: SIM ($\exists F, x, y, z$)</u>				
Identification of open comparison	(F	DMT	METAPHOR-STUDIES	TIME	)TARGET
	(<i>TAKE-BACK-TO</i>	<i>x</i>	<i>y</i>	<i>z</i>	)SOURCE
	<u>Metaphor 2: Derived from P2: SIM ($\exists b, x$)</u>				
	(MOD	TIME	b		)TARGET
	(<i>MOD</i>	<i>x</i>	<i>STONE-AGE</i>		)SOURCE
Step 4 (situation model):	<u>Metaphor 1: Derived from P1: SIM</u>				
Identification of analogy	(REMIND-OF	DMT	METAPHOR-STUDIES	TIME	)TARGET
and referents (in bold)	(<i>TAKE-BACK-TO</i>	<i>sb</i>	<i>sth</i>	<i>somewhere</i>	)SOURCE
	<u>Metaphor 2: Derived from P2: SIM ($\exists b, x$)</u>				
	(MOD	TIME	b		)TARGET
	(<i>MOD</i>	<i>PERIOD</i>	<i>STONE-AGE</i>		)SOURCE
Step 5 (context model):	Metaphor 1: the author wants the reader to understand that				
Identification of implicatures etc.	DMT reminds us of some kind of metaphor studies				
	Metaphor 2: the authors wants the reader to understand that				
	the academic-historical value of DMT is to be compared to the general				
	historical value of the Stone Age as a period in history				

Fonte: STEEN, 2017, p. 12.

Sob esse esquema, identificamos algumas correspondências possíveis para os dados com os quais trabalhamos. Em uma sentença como a apresentada na figura 14, “to tão morta” (sic), no “surface text”, estaria o morfema de gênero gramatical. No “text base”, a metáfora possivelmente seria GÊNERO GRAMATICAL FEMININO É SEXUALIDADE NÃO-HETEROSSEXUAL. Então, ao compararmos os domínios envolvidos, teríamos, de um lado, sexo e, de outro, orientação sexual, confirmando o cruzamento de domínios. No “situation model”, haveria a analogia dos referentes segundo a qual o morfema –a seria análogo ao agrupamento de mulheres e o morfema –o, ao de homens e, simultaneamente, –o seria análogo à masculinidade prototípica e –a, à não-masculinidade prototípica. Disso decorreria, no “context model”, a emergência da categoria de orientação sexual. Diante disso, o gênero feminino como morfema que autorreferencia homens parece concebível enquanto metáfora mista e deliberada, nos termos de Steen (2016, 2017).

Não obstante, usar deliberadamente esse recurso não significa usá-lo conscientemente. Steen (2017) distingue “ter ciência” e “ter consciência” para definir o conceito de metáfora deliberada, em resposta às críticas de Gibbs e Chen (2017) que não levavam em consideração essa distinção prevista por Gerard Steen em seu trabalho sobre a DMT. Reconhecer que essas ações não são as mesmas é importante justamente para não interpretarmos disso tudo que os falantes que optam por referirem-se a si mesmos no feminino o fazem com o propósito de construir uma metáfora deliberada. Para esclarecer isso, consideramos importante atentar ao que Steen (2017) apresenta e, em seguida, confrontar suas explicações com uma situação prática que vivenciamos durante esta pesquisa.

Consciousness is knowing that you are aware, while awareness itself is the content of what is in people's window of attention. People are generally aware of details of language use and discourse during production, reception and exchange, including of language use that happens to be metaphorical, whether deliberate or non-deliberate. But people only seldom know that they are aware. They only become conscious of details of language use and discourse in special circumstances. This may happen when they carry out special tasks (for instance when they are composing a beautiful poetic line) or when language and discourse exhibit special properties (for instance being

extremely deviant, ill-formed, difficult, or humorous)” (STEEN, 2017, p. 6).

De acordo com esse excerto, haveria uma distinção entre o que seria um uso consciente e o que seria um uso ciente do gênero feminino para referenciar homens gays. Podemos concretizar essa diferença com um exemplo de uma situação real pela qual passamos durante o período de compilação do *corpus* desta pesquisa. Certa vez, a pesquisadora explicou para um colega os dados que estava analisando, porque queria que ele lhe enviasse a captura de tela de uma publicação que havia feito em uma rede social e não estava mais disponível para visualização. Nessa publicação, havia uma foto dele próprio com outros amigos homens, e junto a ela havia um texto no qual se flagrava o emprego do feminino para referenciar o grupo. Ao fazer o pedido, a pesquisadora deu essa informação a ele, como forma de ajudá-lo a recordar-se da publicação. Entretanto, ele não entendia de jeito nenhum o que era que ela estava pedindo — e se tratava de um falante com ensino superior, letrado, capaz de compreender a explicação, ainda que ele não fosse da área de Letras. Em síntese, ele mesmo era um homem homossexual que usava o feminino para se autorreferenciar, mas não conseguia elaborar formalmente o que aquele uso significava, ou seja, ele estava ciente mas não consciente da linguagem empregada.

Enfim, procuramos, neste capítulo, descrever o funcionamento do gênero gramatical como metonímia e do caso particular em que ele seria uma metáfora deliberada. Nosso objetivo, com isso, era entender como nossa cognição lida com as diversas maneiras de se estabelecer a concordância de gênero nos processos de referenciação, sobretudo na referência a grupos de seres de ambos os sexos. Durante essa análise, pareceu-nos que há, de fato, diferenças de compreensão que corroboram a percepção intuitiva dos falantes que preferem recusar o uso do masculino genérico. Isso porque, se a hipótese metonímica que apresentamos for, de fato, adequada, o masculino específico estaria presente no Fundo com o uso do masculino genérico ocupando a Figura. Ainda assim, também mostramos que são variadas as estratégias possíveis para eludir o masculino genérico no PB, e cada uma é acompanhada de um debate

social próprio. Tendo isso em vista, passaremos a esses debates no capítulo subsequente, a fim de identificar possíveis interferências de motivações ideológicas nas escolhas por marcar os gêneros das palavras de tal ou qual modo.

3 MARCAÇÕES DIVERGENTES DE GÊNERO GRAMATICAL

“Gender is perhaps the only grammatical category that ever evoked passion — and not only among linguists”.

(MATASOVIĆ, 2004, p. 13)

Este capítulo visa a analisar o funcionamento discursivo e os contextos de circulação de algumas estratégias linguísticas que evitam o masculino genérico para estabelecer a referenciação de fêmeas e machos. Discursos são encaixados em práticas sociais e, ao mesmo tempo, fazem usos específicos de linguagens (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018). Nossa proposta, portanto, é analisar os tipos de usos da linguagem feitos por diferentes discursos.

Para isso, é necessário discutir primeiramente a polêmica em torno da palavra “gênero”. Ela é polissêmica, o que significa que pode remeter a sentidos diferentes, ainda que no caso desta dissertação eles não estejam completamente dissociados. O que majoritariamente nos interessa nesta pesquisa é o sentido que diz respeito à gramática, como já apresentamos no capítulo 1, e pode ou não compor uma categoria gramatical nas línguas. Já o segundo, que recebe uma atenção maior neste capítulo, está associado especificamente a um âmbito biológico-social, no qual é comum que os termos “gênero” e “sexo” sejam equivocadamente usados como sinônimos. No entanto, para este trabalho é fundamental diferenciá-las, a fim de discernir também grupos que divergem quanto a quais são as melhores estratégias para eludir o uso do masculino genérico no PB, tendo em vista que a defesa de uma forma ou de outra parece sinalizar diferentes pautas e reivindicações.

Entendemos que sexo diz respeito à morfologia anatômica e à composição genética de um animal. Seres humanos são uma das espécies que se reproduzem sexuadamente, i.e., por meio de gametas femininos e masculinos. Em geral, fecundações geram seres que necessariamente são fêmeas ou machos e, por sua vez, também produzirão gametas femininos e masculinos. Logo, as categorias “macho” e “fêmea” são biológicas e independentes do nosso entendimento sobre elas, ainda que a linguagem usada

para referenciar tais seres seja moldada por fatores culturais. Em raros casos³⁴, uma criança pode nascer intersexual, o que significa que as suas características sexuais não permitem que ela seja categorizada como fêmea ou como macho — i.e., órgão genital grande demais para ser reconhecido como um clitóris e pequeno demais para ser reconhecido como um pênis. Não obstante, a existência desses casos não muda a realidade do dimorfismo sexual — assim como uma criança que nascesse sem um dos membros inferiores não mudaria o fato de que humanos são seres bípedes. Quando, então, o sexo de um bebê é identificado, ele é chamado de menina se tiver vulva ou de menino se tiver pênis. Identificar os genitais de uma criança em seu nascimento nada mais é, portanto, do que reconhecer as suas características biológicas.

Portanto, essa postura não é determinista, ao contrário do que defende autoras como Serano (2007), para quem os aspectos biológicos do sexo de um indivíduo tendem a ser tomados como naturais, ao passo que “cultural expectations and assumptions play a large role in shaping how we determine and consider sex” (SERANO, 2007, p. 40). Por outro lado, ainda há muitas feministas que reconhecem a importância da materialidade do corpo, tal como percebido desde a segunda onda do feminismo (FEDERICI, 2017; DWORKIN, [1974] 1991; BEAUVOIR, [1949] 2009) que defendem a necessidade de se reconhecer a materialidade do corpo feminino para que seja possível identificar as opressões sofridas pelas mulheres justamente por terem esse corpo — tais como falta de acesso ao aborto, desrespeito a direitos trabalhistas para mães, feminicídio, entre outras. Nessa esteira, encontraríamos a imposição de papéis de gênero causando justamente a opressão ligada ao sexo.

Retomando a definição de gênero de Scott (2015), apresentada na terceira nota de rodapé desta dissertação, essa categoria seria usada para descrever o sistema de valores que ora impõe, ora proíbe comportamentos e aparências a mulheres e a homens. Essa lógica implica que ocupar a posição de mulher na sociedade ocidental moderna é ser socializada ao longo de toda a vida para ser membro de uma classe sexual tida como inferior (SAFFIOTI, 1976;

³⁴ Segundo dados da Intersex Society of North America, estima-se que, a cada dois mil nascimentos, há uma criança que nasce intersexual. Disponível em: <http://www.isna.org/faq/frequency>. Acesso em 20 de março de 2019.

BEAUVOIR, [1949] 2009). A essa socialização estariam relacionadas posturas de delicadeza, submissão e cuidado, no caso das mulheres, e vigor, agressividade e dominação, no caso dos homens. Friedan ([1963] 1971), por exemplo, aborda essas questões no *best-seller* publicado no início da segunda onda feminista, tendo enorme valor para a época. Tais imposições têm o propósito de facilitar a exploração do trabalho feminino por parte dos homens, seja ele sexual, reprodutivo, doméstico ou emocional. Os papéis de gênero também podem estar ligados à aparência e às vestimentas dos indivíduos³⁵, como afirma Connell (2009, p. 84):

Though language — speech and writing — is the most analysed site of symbolic gender relations, it is not the only one. Gender symbolism also operates in dress, make-up, gesture, in photography and film, and in more impersonal forms of culture such as the built environment.

Isso se torna ponto de divergência entre movimentos críticos de gênero, como as feministas radicais³⁶, e movimentos pós-estruturalistas³⁷, como o *queer*, uma vez que “this approach to gender detaches it from its material base in the oppression of women” (JEFFREYS, 2003, p. 43). Para quem é ligado à teoria *queer*, porém, que se baseia numa ideia de transgressão muito ligada ao pensamento pós-estruturalista, as expectativas sobre os gêneros podem ser desestabilizadas pela ação individual dos sujeitos. Butler (2012), por exemplo,

³⁵ Legitimações de associações como essa ecoam no senso comum. Um caso que ganhou repercussão na mídia em 2019 foi a declaração da ministra de Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves, em nome do fim de uma suposta doutrinação ideológica de gênero, de que “menina veste rosa e menino veste azul”. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6047771/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damarens>. Acesso em 21 de março de 2019.

³⁶ Para uma definição de feminismo radical, recorremos ao didatismo de Bucholtz (2014, p. 30): “What makes radical feminism radical is not its goals but its founding principles; here radical means not “extreme” but “root.” For radical feminists, the root cause of social inequality is gender inequality, which is based in men’s systematic and structural subordination of women, or patriarchy. It is crucial to recognize that in radical feminist thought, patriarchy is not simply the power of individual men over individual women but a system of oppression from which every man benefits in countless ways, even without recognizing or intentionally participating in this system. Thus individual men sympathetic to feminist aims cannot simply renounce their patriarchal privilege”.

³⁷ Uma definição clara dessa corrente de pensamento também é fornecida por Bucholtz (2014, p. 37): “...the label poststructuralist (or postmodern) feminism (cf. Nicholson 1990) scrutinizes binary models of sex, gender, and sexuality for what they reveal about the social organization of these categories and how they are challenged by complex identities and practices, including not only lesbian, gay, and bisexual identities, but also transgender, transsexual, intersex, genderqueer, and other identities”.

afirma que é revolucionário vestir-se conforme se espera do gênero oposto e, assim, ter uma performance de gênero diferente daquela que a sociedade espera do indivíduo em questão. Por um lado, para teóricos *queer*, “the problem becomes simply one of the scarcity of gender opportunities”; por outro, para feministas radicais,

“...rather than seeing the political task as the creation of more and equal opportunities to act out masculinity and femininity in various varieties, radical/lesbian feminists seek to abolish what has been called ‘gender’, altogether” (JEFFREYS, 2003, p. 43).

Jeffreys (2003) demonstra, então, que a pauta deve ser a abolição do sistema de gêneros, enquanto para outros deve-se lutar pela pluralidade e pela multiplicação destes. Diante disso, em um contexto no qual a multiplicidade de gêneros é considerada uma ferramenta política de constituição da individualidade, há pessoas que se consideram não-binárias, i.e., não se reconhecem como apenas de um gênero. Para compreendermos suas pautas, recorreremos às palavras de Richards et al (2017, p. 5):

Who then are we talking about when we consider non-binary people? And how many non-binary people are there? Essentially, of course, genderqueer or non-binary people are simply people who are not male or female; but as ever things are more complex than that. In general, nonbinary or genderqueer refers to people’s identity, rather than physicality at birth; but it does not exclude people who are intersex or have a diversity/disorder of sexual development who also identify in this way. Whatever their birth physicality, there are non-binary people who identify as a single fixed gender position other than male or female. There are those who have a fluid gender. There are those who have no gender. And there are those who disagree with the very idea of gender.

Podemos resumir, portanto, que seriam não-binários aqueles que, independentemente da realidade biológica, não se identificam subjetivamente como mulheres nem como homens, criando uma questão para a linguagem: como referir-se linguisticamente a essas pessoas? Retomaremos isso mais adiante neste capítulo, mas já adiantamos que parte da demanda pelas linguagens neutras tem origem nessa questão. Quanto a uma estimativa de quantas pessoas se autodeclaram não-binárias atualmente, os autores esclarecem: “the proportion of people identifying with non-binary gender is

constantly shifting and almost impossible to measure accurately” (RICHARDS et al, 2017, p. 6). Logo, não é possível estimar quantas são essas pessoas, embora saibamos que o número de publicações acadêmicas voltadas a estudar esses grupos e o aparato teórico no qual se inserem tem crescido significativamente nos últimos anos³⁸, inclusive no campo da Linguística (cf. BARRETT, 1999; GAUDIO, 1997; HALL, 1997; HALL & O'DONOVAN, 1996; KULICK, 1998; LIVIA & HALL, 1997)³⁹.

Além disso, as demandas desses movimentos sociais têm ganhado força e visibilidade no cenário global. Recentemente, além da introdução de um pronome neutro na enciclopédia nacional sueca, que já mencionamos no capítulo 1, a Alemanha passou a incluir em formulários oficiais e documentos legais a opção “diverso” para assinalar gênero⁴⁰. No Canadá, já é possível alterar o passaporte para registrar o portador como “não-binário”⁴¹, algo que impacta não apenas a dinâmica interna do país, como também suas relações diplomáticas externas. Também no Canadá, um bebê de oito meses foi o provavelmente o primeiro caso no mundo de um recém-nascido que teve seu cartão de saúde emitido com “indeterminado” no campo para preenchimento de seu sexo, por desejo dos pais de que ele fosse livre para escolher seu gênero depois de crescer⁴². Em um caso mais extremo, o Irã passou a permitir a cirurgia de mudança de sexo no país, a partir do entendimento de que pode haver pessoas presas em corpos errados, ao passo que mantém a punição de pena de morte para quem pratica atos homossexuais⁴³.

Na lógica de quem considera possível uma existência não-binária, há, pois, o questionamento da relevância da materialidade em favor da valorização da subjetividade do indivíduo. Afinal, se o corpo é considerado algo que se

³⁸ Uma busca simples com o termo “genderqueer” retornou 2703 artigos no portal Academia em 24 de março de 2019. Na mesma data, a busca com a mesma palavra-chave retornou aproximadamente 17400 resultados, entre artigos e livros, no Google Acadêmico.

³⁹ Todas essas medidas têm a ver com a compreensão de gênero como identidade.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/12/14/world/europe/transgender-germany-diverse.html>. Acesso em 20 de março de 2019.

⁴¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/aug/31/canada-introduces-gender-neutral-x-option-on-passports>. Acesso em 20 de março de 2019.

⁴² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40497693>. Acesso em 19 de abril de 2019.

⁴³ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141105_ira_gays_hb. Acesso em 20 de março de 2019.

constitui integralmente por práticas discursivas, como defendem teóricos pós-estruturalistas (cf. FOUCAULT, 1988; LOURO, 1997; BUTLER, 2012), sua materialidade é ressignificada em relação aos aspectos socioeconômicos que o limitam. Mais uma vez, trata-se de um ponto em que feministas radicais divergem dos movimentos *queer*.

Algumas teóricas do feminismo radical (cf. DWORKIN, [1974] 1991; BRAIDOTTI, 1991; BROWNMILLER, 2013; FEDERICI, 2017) defendem justamente a centralidade do aspecto material do corpo na análise da opressão da mulher pelo patriarcado e, por extensão, da consolidação do capitalismo a partir dessa opressão. Tais teóricas sustentam essa hipótese por meio do reconhecimento de determinadas condições sócio-históricas em que o corpo é o principal elemento da constituição de feminilidade. Federici (2017, p. 34) compara o corpo, por analogia, a uma fábrica, pois esta seria para os homens o que aquele seria para as mulheres: o principal terreno de sua exploração. Para o feminismo radical, se a materialidade do corpo da fêmea está na raiz de sua opressão, ela não pode ser desprezada. A autora pormenoriza esse raciocínio:

A categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. Desse modo, a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres. Em particular, as feministas colocaram em evidência e denunciaram as estratégias e a violência por meio das quais os sistemas de exploração, centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, destacando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para a implementação das técnicas e das relações de poder. (FEDERICI, 2017, p. 32).

Nesse sentido, seria em razão de sua capacidade reprodutiva que a mulher é histórica e sistematicamente subjugada. Não surpreende, a partir desse debate, que haja críticas desses movimentos feministas ao uso das linguagens não-binárias, como veremos posteriormente. Para essas mulheres, trata-se de uma linguagem que apaga a manifestação das fêmeas no discurso desconsiderando marcas que as distinguem referencialmente de machos. Vemos surgir um debate crescente sobre a importância de se usar uma

linguagem que se pretende neutra, mas é impronunciável e excludente⁴⁴, ao passo que a defesa do feminino genérico, por exemplo, é ignorada por diferentes movimentos sociais.

Dessa forma, incluídas nas divergências entre movimentos sociais, estão as atitudes linguísticas e discursivas de falantes que se identificam com uma ou com outra corrente teórica para referenciar pessoas. Muitos indivíduos veem no uso irrestrito do masculino genérico a perpetração de estereótipos de gênero e da primazia do homem na sociedade. Por isso, eles costumam se expressar linguisticamente de modo a evitar o uso desse gênero gramatical. De acordo com esse pensamento, nossa língua favoreceria que o masculino fosse tomado como regra e o feminino como exceção, reforçando discursivamente a exclusão das mulheres e de pessoas que, alinhadas à teoria *queer*, se reconhecem como não-binárias. A questão do uso da linguagem, em específico, é discutida dentro de grupos feministas⁴⁵ e LGBTQ, e as conclusões às quais cada um chega, com efeito, nem sempre são parecidas.

3.1 Sujeitos sociais, poder e ideologia

É relevante compreender quem são os sujeitos sociais envolvidos nas práticas de contestação do masculino genérico, para com isso analisar o que elas representam. Para tanto, voltamo-nos aos discursos sobre essas práticas ou compostos por elas; afinal, do discurso enquanto objeto podemos extrair dados que nos permitem fazer tais análises. Utilizamos, aqui, o conceito de discurso definido por Vieira e Macedo (2018, p. 57): “O discurso é linguagem como forma de prática social, e não puramente individual ou situacional”. Sendo assim, a partir dele temos acesso, mais do que ao indivíduo que o produz, às ideologias e às práticas sociais que o atravessam.

⁴⁴ As linguagens que usam “@” e “x” são inacessíveis para deficientes visuais, pois, quando eles usam a internet, recorrem a programas que pronunciam as palavras da tela. Ao deparar-se com uma palavra impronunciável, como “todxs”, o software falha, e isso dificulta a acessibilidade do conteúdo a essas pessoas, que já são socialmente excluídas de diversas outras formas.

⁴⁵ Neste capítulo, utilizamos majoritariamente o repertório radical para tratarmos da visão feminista sobre a língua, mas é imprescindível reforçar que nosso objeto é mais específico e não é pauta apenas dessa corrente feminista. Portanto, trata-se de um debate que não se restringe a ela, mas esclarecemos que ela é majoritariamente acionada em razão de nossa limitação de leituras sobre outras correntes e, ao mesmo tempo, por ela abordar, com efeito, esse tema.

Ocorre que, se entramos no âmbito da coletividade e das relações que constituem o corpo social, torna-se necessário investigar quais grupos detêm poder e quais são subjugados. Isso porque “o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 58). Diante disso, analisar as práticas discursivas de grupos organizados em torno de determinadas ideologias é um meio de obter acesso a tais informações, as quais, por sua vez, fornecem pistas sobre quais vozes são representadas nos discursos produzidos e como essa representação é feita. Com relação à concordância de gênero gramatical, para os falantes que veem no masculino genérico um reforço à primazia social do homem, recusar-se a utilizá-lo pode ser uma forma de resistência e questionamento contra a ordem hegemônica. Assim, definir o conceito de “hegemonia” também é importante nesta parte da dissertação:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127).

Nesse sentido, nenhum dos grupos sociais (LGBTQ e mulheres) referidos neste capítulo está incluído na atual classe hegemônica, uma vez que a configuração patriarcal de nossa sociedade coloca ambos em situação de opressão, ainda que cada um deles sofra isso de maneiras incomensuráveis. Tampouco é possível considerar que os tipos de poder que eles detêm na sociedade são equivalentes só por serem ambos vulneráveis dentro da estrutura patriarcal e heteronormativa hegemônica. Não obstante, se a hegemonia não é uma condição, mas um estado, e portanto pode ser alterada, esses grupos se organizam para promover a desestabilização dela. Uma das formas de atuação adotadas com esse objetivo é expressar-se linguisticamente de uma maneira que questione a predominância masculina e o consequente ocultamento de quem não é homem nos discursos e nas representações de mundo que estes implicam.

Podemos afirmar que os sujeitos sociais envolvidos com essas formas de atuação criticam a ideia do masculino genérico como neutro, a qual estaria vinculada à postura de quem resiste a tais tentativas de mudança⁴⁶. Nesse sentido, poderia ser o caso de uma construção reflexiva orientada para a sustentação das relações de dominação entre os sexos (e, portanto, seria ideológica) — nos termos de Gonçalves-Segundo (2018, p. 88). No entanto, esse objetivo, a princípio comum entre movimentos LGBTQ e feministas, não reverbera em práticas discursivas iguais nem em formações ideológicas correlatas. Ao contrário disso, em virtude das divergências teóricas e políticas frequentes entre tais movimentos, das quais tratamos no início deste capítulo, eles acabam defendendo estratégias de expressão linguísticas diferentes. Necessário, pois, torna-se distingui-las de maneira mais pormenorizada.

A professora Teresa Meana Suárez assina um ensaio, com tradução em português publicada no blogue feminista *Arquivo Radical*, intitulado “Sexismo na linguagem: algumas notas”⁴⁷, no qual analisa a questão da linguagem e da referenciação de homens e mulheres no discurso. A autora menciona duas formas de apagamento da mulher na manifestação da linguagem: o silêncio e o desprezo. O primeiro estaria associado ao âmbito morfossintático, com o uso do masculino genérico, que ela caracteriza como falso, a despeito do que somos ensinados no ambiente escolar. O segundo, por sua vez, estaria associado à misoginia que emergiria da relação entre léxico e semântica em pares como governante/governanta ou verdureiro/verdureira, nos adjetivos, em frases feitas, entre outros termos carregados de machismo.

A autora alude, então, ao manual *Nombra — la representación del femenino y del masculino en el lenguaje*, produzido por três filólogas e uma historiadora, com a colaboração de outras cientistas, todas integrantes da

⁴⁶ Um caso que ganhou repercussão social nos últimos anos foi sobre a diferença entre “homossexualismo” e “homossexualidade”, em que alguns intelectuais mantiveram-se em defesa da forma terminada em -ismo, a despeito das reivindicações dos movimentos LGBTQ sobre a importância de abandonar esse sufixo (cf. <https://m.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2013/02/1237377-em-defesa-do-homossexualismo.shtml>; POSSENTI & BARONAS, 2006).

⁴⁷ Disponível em: https://medium.com/arquivo-radical/sexismo-na-linguagem-algumas-notas-1b8bbb3e08db?fbclid=IwAR29YHoB-PvFOlk2MbqpJi_B2k-8B2fhU-HfUodHreSdgipwlgowIVrmSDA. Acesso em: 21 de março de 2019.

Comissão Assessora sobre Linguagem do Instituto da Mulher, na Espanha⁴⁸. Nesse manual, defendem-se as mesmas estratégias que Guerra (2016) analisa nos manuais de uso não-sexista da língua, do qual tratamos no capítulo 1 — no lugar do masculino genérico para referenciar grupos formados por mulheres e homens, o *Nombra* sugere o uso de substantivos coletivos, substantivos abstratos, indeterminação do sujeito, entre outros. Para Suárez, aí estaria a solução para o sexismo na língua.

Ainda que a autora não cite nada a esse respeito, próxima às estratégias que ela defende pode parecer estar também a de manter o núcleo do sintagma nominal no masculino e ao seu lado utilizar parênteses, dentro dos quais fica o sufixo que indica a concordância no feminino. Esses parênteses seriam empregados como forma de aludir à possibilidade de referência ao feminino, mas é possível interpretar tal emprego como um reforço simbólico à particularização do feminino pelo masculino — dado que, nesses casos, o feminino aparece após o masculino e isolado pelos parênteses, mantendo o masculino como paradigma. Então, parece-nos mais coerente com as propostas feministas colocar o morfema que marca o feminino diretamente ligado à palavra e deixar o masculino entre parênteses. Dessa forma, manter a primeira leitura no feminino, com a possibilidade de leitura no masculino apenas em segundo plano, poderia ser uma alternativa para quem deseja questionar a relação entre os gêneros e os seus referentes.

Suárez menciona também duas posturas contrastantes de diferentes feministas em relação à língua: algumas defendendo que as mulheres precisam apropriar-se do masculino genérico e reforçar seu uso para, em algum momento, ressignificá-lo, pois ele não seria patrimônio apenas dos homens; outras defendendo que o masculino genérico não é, de fato, universal, pois não contempla as mulheres. Essa última postura (e Suárez também a adota) parte da reivindicação de marcar uma diferença linguisticamente, uma vez que a diferença sexual já existiria de qualquer forma. Nesse sentido, recusar-se a

⁴⁸ Disponível em:

<http://www.inmujer.gob.es/areasTematicas/educacion/publicaciones/serieLenguaje/docs/nombra.pdf>. Acesso em 23 de março.

nomear essa diferença seria desrespeitar não só a representação linguística de uma existência, mas a própria existência, por extensão.

No entanto, o mais interessante desse ensaio é o que dele foi excluído por quem o traduziu. Na tradução do texto de Teresa Suárez, foi omitida uma espécie de epígrafe com que a autora havia iniciado a publicação original⁴⁹, que data de 17 de novembro de 2006: “No son necesarias las @ para incluir a las mujeres. Hay soluciones más creativas para transformar la lengua. Y cuando transformemos el lenguaje transformaremos la realidad”. Esse trecho é interessante por vários motivos. O primeiro deles diz respeito à data. Já em 2006 havia registros do uso de sinais gráficos, como o @, para eliminar o sufixo marcador de gênero nas palavras, algo que hoje está ainda mais disseminado em diversos contextos de comunicação, indicando uma popularização crescente dessas formas. Outro motivo é que, apesar de iniciar o texto com essa declaração epigráfica, Suárez não menciona diretamente as linguagens não-binárias em nenhuma outra parte de seu texto; ainda assim, ao militar por usos linguísticos que estabeleçam diretamente a referência de seres do sexo feminino ou, ao menos, que não os ocultem no discurso, a autora reforça uma crítica à linguagem não-binária. Isso porque esta apaga morfologicamente a marca de gênero, seja ele feminino ou masculino, e, conforme discutimos no capítulo 2, isso implica um perfilamento que elimina a mulher no processo de referência.

Ao procurarmos mais debates sobre esse tema feitos por críticas de gênero, encontramos outras publicações que tratam de forma pejorativa o uso das linguagens não-binárias. Trata-se de mulheres que, por vezes, reconhecem, sim, o papel da língua na manifestação do sexismo existente em nossa sociedade, mas possivelmente associam as linguagens não-binárias ao movimento *queer* e as rechaçam — se não por causa dessa identificação, talvez pelos mesmos motivos de Teresa Meana Suárez. Um exemplo de condenação desse tipo de linguagem pode ser conferido na publicação a seguir:

⁴⁹ Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=40943> . Acesso em 25 de março de 2019.

Figura 17: publicação de @notyourslavee no *Instagram*

No texto publicado pelo perfil feminista radical “@notyourslavee”, há uma intertextualidade manifesta identificada (não apenas, mas também) no uso das aspas em “queridxs”, ou seja, “‘manifestamente’ marcada ou sugerida por traços na superfície do texto”. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 142). A autora da publicação reconhece aqui um discurso que não é o próprio e ela marca essa diferença colocando-o entre aspas para distanciar-se dele. Mais do que isso, ao empregar as aspas, ela carrega esse uso de ironia, cuja natureza intertextual está no fato de que “um enunciado irônico ‘eco’ o enunciado de outro” (SPERBER; WILSON, 1986, p. 237 apud FAIRCLOUGH, 2016, p. 165). Dessa forma, a autora expressa uma atitude negativa sobre o termo que colocou entre aspas. Tal atitude pode ser considerada derivada da ironia na medida em que os leitores dessa publicação forem capazes de reconhecer que o significado do texto ecoado não é legitimado pela produtora do texto (FAIRCLOUGH, 2016). Logo, precisam ser reconhecidos os pressupostos sobre as crenças e os valores da autora para que a ironia nele seja identificada.

É importante atentar para o caráter intertextual dessa publicação por dois motivos, principalmente. O primeiro é que, segundo Fairclough (2016, p. 177), “a intertextualidade e as relações intertextuais (...) são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito”. De acordo com isso, podemos compreender melhor quem são os sujeitos sociais envolvidos nesses usos linguísticos e quais são os ideais que os atravessam. Entendemos, pois, o uso da língua como elemento de revelação sobre quem a está empregando. O segundo, derivado do primeiro, é que o dado apresentado na figura 17 reforça a percepção de que feministas críticas de gênero tendem a tratar de modo pejorativo o emprego das linguagens não-binárias. Uma vez que a forma como referentes são construídos sinaliza as filiações discursivas de fatores socioculturais relativos a quem os constrói, o dado presente na figura 17 nos fornece informações sobre a ideologia e as crenças adotadas pela autora em questão. Pensando nisso, apresentaremos mais alguns casos de crítica ao uso da linguagem não-binária, como o que se encontra a seguir:

Figura 18: publicação de @qgfeminista no *Instagram*

Nesse caso, a publicação feita pelo perfil “@qgfeminista” sugere que existem três categorias: mulheres, homens e pessoas não definíveis por gênero. Como desdobramento do questionamento trazido pela postagem, seria possível inferir que todos aqueles que não são referenciáveis por “todas” seriam opressores de quem é, efetivamente, referenciável por esse pronome. Em outras palavras, ao expressar “todas” em primeiro lugar, depois evocar um “todos” (que em tese poderia ser um genérico), mas em seguida contrapô-lo a um “todes” (que apaga os dois primeiros, ofuscando uma divisão que é material), apaga-se também o opressor, que tem gênero e sexo bem conhecidos. A condenação a tais formas de expressão escrita é mais diretamente mencionada na seguinte publicação:

Figura 19: publicação no *Instagram*

Aqui o perfil “@furiaradfem” explicitamente afirma: “[El Encuentro Nacional de Mujeres] es um espaço de MUJERES, no de ‘todes’”. No nos van a

borrar”⁵⁰. Logo, a autora identifica um apagamento da mulher no uso da linguagem considerada neutra e reivindica a marca do gênero gramatical feminino para referenciar mulheres com o intuito de reforçar a ideia de que grupos feministas são exclusivamente delas e para elas. Aliás, vale ressaltar que o apagamento é principalmente do oprimido, mas também do opressor, que se torna camuflado nesse discurso. Aqui, não há dúvidas de que a palavra “mujeres” (do espanhol, “mulheres”) designa fêmeas humanas e repele da referência qualquer um que não se enquadre nessa classe sexual.

Partindo da afirmação de que “o discurso encontra-se sempre encaixado em uma prática social que, em maior ou menor grau, estrutura os nossos dizeres e as nossas ações” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 79), apresentamos os dados das figuras 17, 18, e 19 com o propósito de verificar as práticas sociais por eles implicadas. O que, então, estaria associado ao emprego das linguagens não-binárias? Quem são os sujeitos sociais que as empregam? A Análise de Discurso Crítica nos ensina que os recursos linguísticos nos fornecem

...pistas parciais e, não raro, opacas, acerca da estrutura social; cabe ao analista partir desses traços dispersos pela superfície textual, para, em face do conhecimento sobre o contexto — situacional, social, cultural —, depreender aquilo que está “invisível” à estrutura e que serve como meio de legitimação e mobilização de dadas ações sociais e não de outras (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 83).

Sendo assim, há falantes que reconhecem o caráter patriarcal e heteronormativo que constitui nossa sociedade. A fim de contestá-lo, eles podem contentar-se em utilizar as linguagens não-binárias ou buscar outras estratégias linguísticas — como as defendidas por Suárez. No entanto, a opção pela primeira postura pode guardar relações com aqueles componentes “invisíveis” à estrutura, citados por Gonçalves-Segundo (2018), os quais servem como meio de legitimar determinadas ações sociais e não outras. Quais ações são essas é o que buscamos identificar neste momento. Para tratar desse assunto, é

⁵⁰ Acreditamos que, nessa postagem, a autora faz referência ao manifesto do Encontro Nacional de Mulheres, ocorrido na Argentina em 2018. Disponível em: <http://encuentrodemujeres.com.ar/documento-de-apertura-bienvenidos-a-todes/>. Acesso em: 30 de março de 2019.

relevante recorrermos ao que Gonçalves-Segundo (2018) apresenta como “naturalização”:

O termo “naturalização” aplica-se ao fato de determinado grupo social considerar os elementos de uma prática dada como corretos, verdadeiros, bons, legítimos e/ou suficientes, sem questionar se são, de fato, necessários ou mesmo desejáveis, condenando alternativas de ação, identificação e representação (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 86)

A noção de naturalização nos é importante porque acreditamos que esse fenômeno pode afetar nossos usos linguísticos independentemente do viés ideológico a que nos filiamos, algo que interfere nas interpretações a serem feitas sobre esses usos. Por um lado, usar irrefletidamente o masculino genérico pode ser fruto da naturalização desse uso, i.e., pode ser por não haver percepção e, por consequência, não haver questionamento sobre ele dar maior ou menor visibilidade a determinados grupos sociais. Por outro, usar a linguagem não-binária pode também indicar algum grau de naturalização. Para entender isso, é necessário antes conferir alguns dados.

Figura 20: publicação em perfil privado no Facebook

Nesse caso, trata-se de um sujeito cuja orientação política é declarada e conhecidamente progressista — algo perceptível pelo próprio conteúdo dessa e de outras de suas publicações. Além disso, ele é um importante linguista brasileiro (cujo trabalho é inclusive citado nesta dissertação), e portanto é altamente improvável que ele não tenha refletido sobre o emprego da língua. Por fim, a escolha por empregar a linguagem não-binária em sua publicação, mantendo a coerência desse emprego em todos os termos que fazem referência a grupos genéricos de pessoas ao longo do texto, revela intenção de recusar-se a compreender o masculino como genérico.

Figura 21: tuíte de @bollemdb

Dessa vez, temos um registro de Monica de Bolle, uma economista que já teve colunas em periódicos de grande circulação, como o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Época*, e que costuma indicar uma postura liberal tanto em relação à economia quanto em relação aos costumes⁵¹. Considerando este último posicionamento, sua escolha pelo uso da forma “tod@s” se mostra coerente, uma vez que também remete a demandas de movimentos LGBTQ costumeiramente associadas a um liberalismo social (cf. GRAY, 1995). Desse modo, ainda que algum leitor desse tuíte não soubesse do pensamento progressista de sua autora, ao identificar o uso da linguagem não-binária, já seria capaz de reconhecê-lo.

⁵¹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/economia/Monica-de-Bolle/noticia/2018/04/o-liberalismo-economico-em-xequ.html>. Acesso em 30 de março de 2019.

Figura 22: publicação de Ana Cañas em sua página oficial na Internet

O que nos chama atenção neste dado é que a cantora Ana Cañas intitulou o seu quinto álbum musical com uma palavra que é impronunciável e que também dá nome à faixa principal do disco. Nela, há diversos sintagmas nominais que exigem a marca de gênero e que se mantêm no masculino genérico, como o verso “Uns fazendo acordo, outros desfazem laços”. Isso nos parece interessante uma vez que, por tratar-se de uma canção, seria, de fato, impraticável cantá-la com a linguagem não-binária; ao mesmo tempo, substituir o masculino genérico por um feminino genérico possivelmente enviesasse o sentido da letra. Trata-se de uma música que, na letra e no clipe que a acompanha, aborda a diversidade de maneira bastante plural e, novamente, isso já é esperado quando se lê a palavra “todxs” dando nome a ela. Ademais, retomando a discussão que desenvolvemos na seção 1.1 desta dissertação, outro aspecto importante a ser considerado nesse caso é o fato de não estarmos lidando com qualquer falante fazendo uso da linguagem não-binária, pois Ana Cañas é uma notória cantora brasileira cuja obra tem alcance nacional. Imagina-

se, portanto, que seu poder de influência e de divulgação seja considerável, fazendo chegar a variados ambientes uma forma de expressão que, inclusive por usos como esse, tem ganhado mais e mais espaço em diferentes veículos e contextos.

Considerando as pautas sociais defendidas pelos indivíduos cujos dados foram apresentados entre as figuras 20 e 22, não parece possível presumir que a materialidade que constitui seres humanos e que origina a opressão feminina em sociedades patriarcais seja pouco relevante para eles, como tampouco para tantos outros falantes de PB que empregam essas formas linguísticas. Além disso, já adiantando o que abordaremos adiante, ainda que se mostre um tanto restrita a ambientes progressistas e já familiarizados com as redes sociais, a difusão atual das linguagens não-binárias nesses ambientes parece praticamente completa. Esses motivos nos levam a desconfiar de uma possível naturalização de seu uso, retomando a definição extraída de Gonçalves-Segundo (2018, p. 86).

Com relação ao recorte contextual, é de se esperar que as linguagens não-binárias sejam mais frequentes em redes sociais, e-mails, blogs, e páginas de Internet, conforme os próprios dados que apresentamos até aqui indicam. Ainda assim, é válido ressaltar que seu emprego não só é feito por perfis virtuais individuais, como também por instituições, como vemos no seguinte exemplo:

Figura 23: e-mail institucional enviado pelo Ministério da Educação

Esse e-mail foi enviado para milhares de estudantes e servidores de universidades públicas, além de ser assinado por um órgão do Governo Federal. Seu alcance, ainda que não seja exatamente o mesmo que o de Ana Cañas ou qualquer outro artista, é também bastante amplo e talvez chegue a públicos ainda mais heterogêneos, tendo em vista a diversidade característica do corpo discente das universidades públicas no Brasil. Enfim, continua sendo um dado oriundo da Internet, mas dessa vez tem o peso institucional do Ministério da Educação. No ambiente acadêmico, essas linguagens também têm se feito presentes. Alguns artigos (entre os quais muitos são sobre estudos de gênero, mas outros não) já as empregam, numa vinculação entre teoria e prática, como indicam as figuras a seguir:

Figura 24: Excerto de Santos e Ratts (2015)

A década de 2000 representa para o Brasil o período de discussão e implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior (IES). A proposta que apresentamos consiste numa abordagem de algumas trajetórias coletivas e individuais de estudantes negrxs graduadxs na Universidade Federal de Goiás e que estão cursando ou concluíram a pós-graduação *stricto sensu*. Um levantamento preliminar indica que a participação em projetos ou programas de ações afirmativas e em coletivos de estudantes negrxs ou núcleos de estudos afro-brasileiros propicia uma ampliação da experiência acadêmica, incluindo a continuidade na pós-graduação, resultando na formação de um movimento negro de base acadêmica e de territórios racializados (negros ou interraciais).

Figura 25: Excerto de Fabbri (2011)

que se mantêm naturalizadas, e que são habitualmente reproduzidas no seio das organizações dos setores subalternos, mesmo quando se propõem a mudar radicalmente a ordem social. Neste artigo, pretende-se traçar um quadro político e ideológico a partir do enunciado pelo *nuestro feminismo*, recuperando as contribuições do feminismo latino-americano, negro, de cor, lésbico, descolonizado, que desafia os limites da compreensão masculinista no debate sobre o sujeitx político revolucionárix.

Curiosa é a substituição de “sujeito” por “sujeitx”, no dado da Figura 25, uma vez que não se trata de um substantivo flexionável quanto ao gênero; apesar disso, ao aplicar-lhe a linguagem não-binária, o autor constrói um significado diferente do que construiria se empregasse sua forma padrão: ele faz com que o referente independa do sexo ou do gênero com o qual se identifica. O mais interessante desses dois dados é que eles estão inseridos em um contexto extremamente rígido quanto a normas de linguagem e de apresentação do texto, e mesmo assim apresentam uma forma de expressão inovadora que, para muitas pessoas, estaria restrita ao ambiente virtual. Ainda mais descolados deste estão os dados que apresentamos a seguir — uma sequência de ocorrências veiculadas em *outdoors* dispostos em grandes avenidas de dois centros urbanos:

Figura 26: *Outdoor* da agência publicitária Heads, instalado no Rio de Janeiro em novembro de 2016

Figura 27: *Outdoor* de propaganda da marca Olla, instalado em São Paulo em fevereiro de 2019

Em ambas, há uma finalidade que é parecida: engajar-se em um momento em que o engajamento vende. Por outro lado, na figura 26, temos um *outdoor* que divulga um diagnóstico feito a partir do monitoramento de anúncios em televisão realizado por uma agência publicitária⁵². Já na figura 27, há uma campanha de carnaval da marca de preservativos Olla, a qual tem como objetivo principal vender um produto material — diferentemente do primeiro *outdoor*, que visava à promoção do nome da agência e à divulgação de seus serviços. Logo, é possível identificar que a propaganda presente na figura 25 tem por propósito vender a ideia de uma ação prática, i.e., uma tomada de decisão que resulte em mudança no curso da realidade (GRÁCIO, 2010). A mudança, nesse caso, seria o ato de consumir o produto anunciado e, com esse consumo, incorporar os valores associados a ele — tais como o do livre exercício da sexualidade. Devido à função persuasiva mais marcante na propaganda de preservativos, há um trabalho estético centrado no uso da linguagem não-binária um pouco mais sofisticado e explícito do que o do primeiro *outdoor*. Tal uso ajuda a construir a mensagem de que quem consome o produto é vanguardista ou desprovido de tabus — valores em euforia⁵³ nesse texto.

Ainda assim, é relevante o fato de ambos os dados extrapolarem o universo virtual, passando a ser expostos a um público mais abrangente e provavelmente mais heterogêneo do que o público que seria atingido caso essas publicidades estivessem circulando apenas na Internet. Aliás, o anúncio da marca Olla sequer circulou no ambiente virtual, sendo divulgado estritamente em *outdoors* de vias públicas. Logo, se algum dos transeuntes desconhecia a linguagem não-binária até então, passou a conhecê-la a partir dessa exposição, mesmo que não tenha sido capaz de desvendar plenamente seu significado.

Figura 28: Cartaz afixado no Instituto de Química da USP em fevereiro de 2019

⁵² Disponível em: <https://ecommercenews.com.br/noticias/pesquisas-noticias/heads-apresenta-6o-edicao-de-pesquisa-sobre-equidade-de-genero-raca-na-propaganda/>. Acesso em 01 de abril de 2019.

⁵³ Conforme a terminologia de Greimas e Courtés ([1979] 2011).

Temos aqui uma campanha institucional da própria universidade de São Paulo em um movimento provável de aproximar sua linguagem à dos calouros (e, por extensão, aproximar-se deles também). Por mais que a função persuasiva desse cartaz seja mais secundária e não esteja relacionada ao consumo, diferentemente dos *outdoors* das figuras 26 e 27, também é impactante que o uso que ela faz da linguagem neutra extrapole o ambiente virtual. Esses três últimos dados apontam, pois, para uma difusão gradativa das linguagens não-binárias, algo que, por vários de seus críticos, era pouco esperado delas quando começaram a aparecer nas redes sociais.

Sabemos que esse tipo de linguagem tem origem no questionamento da neutralidade do gênero gramatical masculino⁵⁴. Sabemos também que, por mais divergentes que sejam suas pautas, diversos ativismos fazem esse questionamento. Contudo, é justamente em razão dessas divergências que as propostas defendidas por cada um desses grupos para evitar o masculino genérico são diferentes. As linguagens não-binárias se aproximam muito mais das demandas pós-estruturalistas e, ao mesmo tempo, por algum motivo, parecem muito mais amplamente difundidas. Isso pode ser explicado pelo fato de a teoria *queer*, em si, ter consonância com os ideais liberais.

De acordo com Max Kirsch (2000, p. 18), “rather than building resistance to the capitalist production of inequality, it [Queer Theory] has, paradoxically,

⁵⁴ Caso isso ainda não tenha ficado claro, é válido conferir a publicação disponível em: <http://revistageni.org/09/minimanual-dx-guerrilheirx-linguisticx/>. Acesso em 19 de julho de 2017.

mirrored it". Desse modo, ao centrar-se na subjetividade e na liberdade do indivíduo, essa corrente de pensamento inviabiliza as ações por mudanças sociais (KIRSCH, 2000, p. 30). Afinal, é por meio do consumo, peça chave para o funcionamento do sistema capitalista, que os indivíduos exercem a chamada "transgressão" dos gêneros. Todavia, essa transgressão, de acordo com Jeffreys (2003, p. 42), "does not require changing laws, going on demonstrations, or writing letters". Voltados, então, para as próprias práticas, esses indivíduos tendem a afastar-se da coletividade — afinal, como defende Arendt ([1958] 2007), "privado" é, efetivamente, aquilo que priva o indivíduo do resto da sociedade. A esse respeito, Kirsch argumenta que:

Queer theory's highlighting of the impossibility of identity and the relativity of experience closely follows the development of current capitalist relations of production, where the self-contained individual is central to the economic goal of creating profit through production and its by-product, consuming (KIRSCH, 2000, p. 17).

Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas que parece confortável para o liberalismo capitalista, possivelmente por dois motivos: por um lado, a sua contribuição para a manutenção dos hábitos de consumo que alimentam a ideia de que há uma suposta transgressão da ordem simbólica e, por outro, a limitação do indivíduo à sua esfera individual de atuação. Uma atuação individual, porém, não seria capaz de criar novas formas de existência, de acordo o que se lê em Arendt ([1958] 2007), uma vez que, para a autora, é a ação política conjunta que cria o novo. Ao mesmo tempo, o sistema capitalista prevê em sua base que um grupo hegemônico mantenha-se explorando um grupo vulnerável. Essa exploração, quando observada da perspectiva feminista, recai sobre a mulher, conforme esclarece Saffioti (1987, p. 60):

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.

De acordo com esse pensamento, a sociedade capitalista não pode ser dissociada do patriarcado. Nesse sentido, essa relação é de opressão mesmo quando o liberalismo se apropria de pautas sociais, como as do feminismo — na questão da linguagem, por exemplo. Logo, se o capitalismo e o patriarcado são indissociáveis, então uma ideia de linguagem pretensamente inclusiva criada pelo capitalismo tende a funcionar, ainda que disfarçadamente, também para impedir que a mulher deixe a posição subalterna que historicamente ocupa. A naturalização dessa linguagem que vem sendo garantida pela sua difusão — a qual, por sua vez, parece alimentada por interesses liberais — dificulta o seu questionamento por parte das mulheres. Afinal, uma atitude de caráter progressista, como o amplo emprego das linguagens não-binárias nos meios de comunicação, já está sendo praticada. O que ainda faltaria às mulheres nesse contexto?

Em relação a isso, é pertinente retomar a reflexão desenvolvida por Fairclough (2016) sobre como os detentores do poder às vezes usurpam os discursos democráticos como meio de manutenção de seu poder. Segundo esse autor,

Os detentores de poder podem apropriar-se da democratização, mas o processo de apropriação pode por si mesmo possibilitar mais um campo de luta em que os detentores de poder podem sofrer derrotas. Há um sentido em que a democratização sintética ou simulada com propósitos estratégicos é uma estratégia de alto risco que é por si uma concessão ao poder de forças democratizantes tanto quanto um movimento para combatê-lo. Usar as formas do discurso democratizado — a eliminação das assimetrias explícitas em termos das formas de tratamento, a informalidade, a mudança para o terreno comum da conversa — torna implícitas certas afirmações sobre a natureza dos relacionamentos sociais realizados, que não são sustentáveis quando a democratização é simulada. O resultado pode ser uma contradição na prática discursiva entre as formas e o conteúdo do discurso democratizado, que pode tornar-se uma área de luta (FAIRCLOUGH, 2016, p. 283).

Partindo dessa reflexão, poderíamos enxergar as linguagens não-binárias, que não funcionam para salientar o feminino, como uma apropriação da democratização pelos detentores do poder. Afinal, elas estão cada vez mais disseminadas em diferentes contextos, como pudemos ver neste capítulo; além disso, é seguro afirmar que elas nem sempre são usadas com total consciência

dos falantes sobre suas implicações, e por vezes são empregadas inclusive com o intuito de mercantilizar o engajamento — como vimos nos dados presentes nas Figuras 26 e 27 —, algo que parece de interesse dos grupos hegemônicos. Somadas essas questões ao que já abordamos neste capítulo sobre poder, é plausível supor que as formas de expressão linguística que mais atendem aos interesses do movimento *queer* sejam mais popularizadas do que as formas defendidas por feministas que desejam o fim da dominação de uma classe sobre outra⁵⁵.

⁵⁵ Cf. nota de rodapé nº 36.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, examinamos a influência da prototipicidade (LANGACKER, 2008) no sistema de concordância de gênero da língua e vimos que uma possível explicação sobre a facilidade ou a dificuldade em acertar o gênero de um determinado nome é que elas decorram da prototipicidade desse nome em relação ao traço de animacidade. Também estaria associada ao grau de prototipicidade a própria categoria de gênero gramatical, que em uma escala de gradiência deixaria em extremos opostos o feminino e o masculino motivados.

Essas conclusões decorrem das análises que fizemos sobre o sistema de concordância de gênero em PB, dialogando principalmente com Câmara Jr (1966, 1972, 1975), e da revisão do estudo longitudinal apresentado por Figueira (2001) sobre a aquisição da categoria de gênero em PB como língua materna. Este último, em especial, forneceu pistas interessantes que parecem colocar em xeque a visão mattosiana de que há pouca ou nenhuma interferência da nossa experiência social na percepção sobre aquela categoria gramatical. Entre elas, chamam nossa atenção especialmente as produções de ‘dio’, ‘reporta’ e ‘barata’ feitas pela criança, as quais indicam sua percepção de que as categorias “macho” e “fêmea” são levadas da experiência sensorial que elas têm no mundo concreto para seus conhecimentos sobre a linguagem. Relacionamos, então, nossas análises sobre a bibliografia já mencionada às leituras que fizemos da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 2008, 2009; BYBEE, [2010] 2016; Lakoff [1987] 1990). Disso concluímos que a marcação de gênero no PB não estaria reduzida a uma oposição entre o marcado e o não marcado, como previa Câmara Jr (1966, 1972, 1975), mas sim a um contraste entre feminino e masculino, respectivamente.

Acerca da identificação entre a representação morfológica do masculino e a referência a homens, confirmamos que o masculino genérico nem sempre abrange seres femininos e masculinos na mesma proporção. Isso provoca uma assimetria nos discursos que acompanha, de acordo com alguns, uma assimetria também na sociedade. Voltamo-nos para o que defendem algumas feministas sobre esse tema e é recorrente entre elas a crítica às formas de expressão que reforçam a prevalência dos homens. Rich (1995, p. 332), por

exemplo, declara que “in denying the validity of women’s experience, in pretending to stand for ‘the human’, masculine subjectivity tries to force us to name our truths in an alien language, to dilute them” (RICH, 1995, p. 332). Essa língua que a autora caracteriza como alheia para as mulheres desalia as experiências delas e, nesse processo, enfraquece suas ações na sociedade. Parte dessa alienação teria como origem a concepção de mundo de que, na sociedade moderna, a mulher seria o Outro, e o homem a referência. A respeito de como isso interfere nas nossas formas de expressão, Beauvoir ([1949] 2009) propõe uma reflexão pertinente:

Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade, que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, [1949] 2009, p. 15–16)

Nesse sentido, para essas feministas, a assimetria na linguagem seria fruto de um desenvolvimento histórico ocorrido em um mundo no qual a mulher sempre foi o particular em contraste com o homem, que sempre foi o neutro. Isso estaria, então, em consonância com a desigualdade estrutural entre os sexos na sociedade moderna. Podem ser reconhecidos como componentes dessa disparidade os gêneros gramaticais responsáveis por referenciar machos e fêmeas, além de todo o léxico em que há grau depreciativo para o termo feminino e neutro para o termo masculino em pares como “poeta” e “poetisa” — objeto de investigação de Mucchi-Faina (2005), que descrevemos no capítulo 1. Perceber essas desigualdades tem motivado diversas pessoas, dentro e fora do ambiente acadêmico, a alterar suas formas de expressão de modo a evitar usos que corroborem tais assimetrias. Acerca disso, Fairclough (2016) lembra-nos de que:

Não apenas feministas conscientes, mas muitas outras mulheres, e muitos homens, intervêm ativamente nos dias de hoje para tornar as práticas linguísticas menos discriminatórias, com graus variados de sucesso. A intervenção pode assumir várias formas: produzir

orientações para a prática não discriminatória em instituições; pichar nos anúncios de *outdoors* para enfatizar e questionar o discurso discriminatório; ou lutar pelo acesso de mulheres a práticas discursivas e a papéis de prestígio (FAIRCLOUGH, 2016, p. 264).

Essas intervenções mencionadas pelo autor também podem ser feitas por meio de formas menos canônicas de estabelecimento da concordância de gênero no PB. Nesse cenário, o masculino genérico e as linguagens não-binárias, as quais foram mais um objeto de estudo nesta pesquisa, podem apresentar um conflito ideológico. Ao lado destas e em contraste com o masculino genérico também está o que praticam algumas feministas: a esquivar a nomes que referenciam indivíduos, quando o referente é um grupo de pessoas de sexo desconhecido ou formado por ambos os sexos, para não ter que usar o genérico masculino. Uma vez que cada possibilidade de marcação da concordância nominal ocasiona diferentes implicações discursivamente e variadas percepções pelos falantes, recorreremos a trabalhos sobre metonímia conceptual para investigar a possibilidade de o gênero gramatical ser a instanciação linguística de uma metonímia.

De acordo com as análises apresentadas nesta dissertação (em especial, na seção 2.2), sobre as conceptualizações de cada forma de estabelecimento da concordância, as linguagens não-binárias não parecem dar conta, cognitivamente, de realçar a mulher como referente possível para construções em que haja resolução de concordância. Isso porque o apagamento do gênero é completo, i.e, é feito tanto para o masculino quanto para o feminino. Ainda assim, a popularização dessas linguagens é crescente, extrapolando seu ambiente virtual original e penetrando cada dia mais no mundo real e palpável, conforme nosso *corpus* evidencia. Isso pode estar associado ao fato de que tais linguagens não visam apenas à equiparação dos sexos no discurso, mas também à visibilidade de outros indivíduos que não se veem contemplados pelo binarismo da linguagem. Estes, geralmente adeptos de teorias pós-estruturalistas, negam a categorização humana entre homens e mulheres, e defendem a possibilidade de uma pessoa não precisar se enquadrar em uma dessas categorias. Logo, a pauta de destacar a mulher não necessariamente é foco das ações de quem milita pelas linguagens não-binárias.

De todo modo, é interessante ressaltar que a preocupação por uma democratização em relação às posições ocupadas pelos sexos na sociedade tem desencadeado determinados cuidados com os discursos que são produzidos. Um exemplo disso se encontra em Fairclough (2016), que agora citamos não por seu conteúdo, mas por sua forma, pois ao longo do livro *Discurso e mudança social* inteiro é marcada a dupla concordância com o feminino entre parêntesis (apesar de o masculino sempre ser mantido no paradigma). No prefácio dessa obra, lemos o seguinte acerca disso:

Na tradução, optou-se pelo uso do masculino e do feminino (por exemplo, “ele(a)”) em situações em que se usa normalmente o masculino genérico em português, como em “ciências do homem”. Essa decisão segue um uso já consolidado no inglês, fruto da tendência de “democratização do discurso” que o autor discute no capítulo 7 desta obra. Adotaram-se o masculino e o feminino, em substituição ao feminino genérico usado pelo autor, buscando facilitar a leitura, sem prejudicar a dimensão crítica da obra⁵⁶

A inviabilidade que Magalhães cita de manter na tradução para o português o uso do feminino genérico feito originalmente pelo autor já revela bastante sobre a rigidez estrutural da nossa língua. Ainda assim, a tradutora da obra ao menos incluiu as possibilidades de interpretação de feminino (evidentemente desejadas pelo autor) por meio dos sufixos desse gênero mostrados dentro dos parêntesis ao longo do livro.

Também investigamos o caso do gênero feminino sendo empregado na autorreferência de homens. Nesse caso, identificamos que um *mismatch* é provocado nesse processo: em dados como os apresentados nas Figuras 14 e 15, saímos da categoria “sexo” do referente e entramos na categoria “sexualidade não-heterossexual” desse mesmo referente. Esse processo não envolveria mais uma conceptualização metonímica, como supúnhamos para as outras formas de concordância, mas sim a instanciación de uma metáfora deliberada. Tal fenômeno é deflagrado quando domínios de origens diferentes são utilizados discursivamente para compor a mesma expressão metafórica. No caso do nosso objeto, sexo e orientação sexual seriam referentes advindos de

⁵⁶ Esse trecho se encontra no “Prefácio à edição brasileira”, escrito por Izabel Magalhães, do livro *Discurso e Mudança Social* (FAIRCLOUGH, 2016).

domínios distintos formando uma metáfora mista deliberada. Tal recurso suscitaria detalhes sobre a orientação sexual do falante na nossa memória de trabalho que, até então, não eram salientes.

Esse emprego do gênero feminino feito por homens seria uma atitude politicamente relevante para eles, pois tal troca de categoria desencadearia também a troca do *frame*. Sabendo que significantes são pontos de acesso ao nosso conhecimento enciclopédico, trocar o ponto de acesso pode ser relevante para atribuir novas significações ao discurso em questão. Logo, para um indivíduo que deseja constituir-se de maneira diferente social e discursivamente, fazer isso levaria a novas associações, talvez ocasionando uma calibragem distinta em termos axiológicos. Se o que se deseja é negar a masculinidade, considerada por muitos tóxica, os homens que empregam o gênero feminino para falar de si mesmos recorrem a essa atitude para evitarem ser lidos socialmente como detentores dessa masculinidade — i.e., como homens prototípicos.

Portanto, nesta pesquisa, procuramos revisar o sistema de concordância de gênero no PB para compreender as críticas que falantes que se identificam com diversos movimentos sociais costumam fazer sobre ele. Nessa revisão, o masculino genérico, tradicionalmente concebido como “neutro”, mostrou-se possivelmente influenciado por questões extralinguísticas e seu valor de neutralidade foi relativizado. Daí extraímos nossas análises, com suporte teórico-metodológico da Linguística Cognitiva, sobre o funcionamento desse sistema, e identificamos a possibilidade de uma metonímia conceptual e de uma metáfora mista deliberada estarem envolvidas em determinados processos de referenciação feitos a partir da concordância de gênero. Por fim, investigamos quais características dos principais movimentos envolvidos com aquelas críticas poderiam influenciar nas escolhas por determinadas propostas de uso da língua — entre elas, as linguagens não-binárias. Estas, a cada dia mais popularizadas, se mostraram ineficientes para destacar discursivamente a mulher, embora atendam a demandas liberais que podem ajudar a explicar sua popularização crescente.

REFERÊNCIAS⁵⁷

- ARENDT, Hannah. A esfera pública: o comum. In: _____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BARCELONA, Antonio. Introducing: the cognitive theory of metaphor and metonymy. In: _____. (Org.). **Metaphor and Metonymy at the crossroads: a cognitive perspective**. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2003.
- BARRETT, Rusty. Indexing Polyphonous Identity in the Speech of African American Drag Queens. In BUCHOLTZ, Mary et al (Org.). **Reinventing Identities: the gendered self in discourse**. New York: Oxford University Press, 1999.
- BASILIO, Margarida Maria de Paula. O papel da metonímia na morfologia lexical. **ReVEL**, edição especial, n. 5, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxième sexe**, v. 1. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BESNIER, Niko. Language and Gender Research at the Intersection of the Global and the Local. **Gender and Language**, Sheffield, v. 1, n. 1, p. 67–78, 2007.
- BLEVINS, James; BLEVINS, Juliette (Org.). **Analogy in grammar: form and acquisition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BOJARSKA, Katarzyna. Responding to lexical stimuli with gender associations: a cognitive–cultural model. **Journal of Language and Social Psychology**, Santa Barbara, v. 32, n. 1, p. 46–61, 2012.
- BOSQUE, Ignacio. Sexismo lingüístico y visibilidad de la mujer. **El País**, 4 de marzo de 2012. Disponível em: http://cultura.elpais.com/cultura/2012/03/02/actualidad/1330717685_771121.html. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

⁵⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT — NBR 6023).

BRAIDOTTI, Rosi. **Patterns of dissonance**: a study of women in contemporary philosophy. New York: Routledge, 1991.

BRAUN, Friederike; SCZESNY, Sabine; STAHLBERG, Dagmar. Cognitive effects of masculine generics in German: an overview of empirical findings. **Communications**, Berlin, v. 30, n. 1, p. 1–21, 2005.

BROWNMILLER, Susan. **Femininity**. New York: Open Road, 2013.

BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kira. Theorizing Identity in Language and Sexuality Research. **Language in Society**, London, v. 33, n. 4, p. 469–515, 2004.

BURR, Elizabeth. Gender and language politics in France. In: HELLINGER, Marlis; BUßMANN, Hadumod (Org.). **Gender Across Languages**: the linguistic representation of women and men, v. 3. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Considerações sobre gênero em português. **Estudos linguísticos — Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1–9, 1966.

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão Editora, 1975.

_____. Considerações sobre o gênero em português. In: _____. **Dispersos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMERON, Deborah. **Feminism and linguistic theory**. 2 ed. Houndmills, Basingstoke and London: Macmillan, 1992.

CONNELL, Raewyn. **Gender in world perspective**. 2 ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2009.

CORBETT, Greville. Resolution rules: agreement in person, number and gender. In: GAZDAR, Gerald; KLEIN, Ewan; PULLUM, Geoffrey (Org.). **Order, Concord and Constituency**. Dordrecht and Cinnaminson: Foris Publications, 1983.

_____. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. **Agreement**. New York: Cambridge University Press, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; CEZÁRIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003.

DWORKIN, Andrea. **Woman Hating**. 2 ed. New York: Plume, 1991.

EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (Org.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**, 2 ed. Oxford: Blackwell, 2014.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics: an introduction**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2006.

FABBRI, Luciano. Um olhar feminista sobre o sujeito da transformação social em *Nuestra América*. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.1, n. 27, p.172–185, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2 ed. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Revolution at point zero: housework, reproduction, and feminist struggle**. New York: PM Press, 2012.

_____. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo, e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London & New York: Routledge, 2003.

FIGUEIRA, Rosa Attié. Marcas insólitas na aquisição de gênero: evidência do fato autonímico na língua e no discurso. **Revista Linguística**, ALFAL, San José, v. 13, n. 1, p. 97–144, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13 ed. Tradução de Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

GAUDIO, Rudolph. Not Talking Straight in Hausa. In: LIVIA, Anna; HALL, Kira (Org.), **Queerly Phrased: language, gender, and sexuality**. New York: Oxford University Press, 1997.

GIBBS, Raymond. **The poetics of the mind**: figurative thought, language, and understanding. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, Raymond W. Jr.; CHEN, Elaine. Taking metaphor studies back to the stone age: a reply to Xu, Zhang and Wu, 2016. **Intercultural Pragmatics**, n. 14, p.117–124, 2017.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso e prática social. In: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

_____. Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. **Veredas**, Juiz de Fora, Vol. 18, n. 2, p. 32–50, 2014.

GRÁCIO, Rui Alexandre L. M. **Para uma teoria geral da argumentação**: questões teóricas e aplicações didáticas. 2010. 434f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2010.

GRAY, John. **Liberalism**. 2 ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

GREIMAS, Julius Algirdas; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUERRA, Antonia María Medina. Las alternativas al masculino genérico y su uso en el español de España. **Estudios de Lingüística Aplicada**, Málaga, v. 34, n. 64, p. 183–205, 2016.

GUERRERO SALAZAR, Susana. El lenguaje sobre discapacidad: revisión crítica de las recomendaciones a los medios de comunicación. In: PÉREZ-SALAZAR, Carmela & OLZA, Inés (Org.). **Del discurso de los medios de comunicación a la lingüística del discurso**. Berlin: Frank & Timme, 2014.

GYGAX, Pascal; UTE, Gabriel; LÉVY, Aryk; POOL, Eva; GRIVEL, Marjorie; PEDRAZZINI, Elena. The masculine form and its competing interpretations in French: when linking grammatically masculine role names to female referents is difficult. **Journal of Cognitive Psychology**, London, v. 24, n. 4, p. 395–408, 2012.

HALL, Kira. Go Suck Your Husband's Sugarcane! Hijras and the Use of Sexual Insult. In: LIVIA, Anna; HALL, Kira (Org.), **Queerly Phrased**: language, gender, and sexuality. New York: Oxford University Press, 1997.

HALL, Kira; O'DONOVAN, Veronica. Shifting Gender Positions among Hindi-Speaking Hijras. In: BERGVALL, Victoria et al (Org.), **Rethinking Language and Gender Research: theory and practice**. London: Longman, 1996.

HENNESSY, Rosemary. Patriarchy. In: HARRINGTON, Austin; MARSHALL, Barbara L.; MÜLLER, Hans-Peter (Org.). **Encyclopedia of Social Theory**. New York: Routledge, 2006.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JEFFREYS, Sheila. **Unpacking queer politics: a lesbian feminist perspective**. Malden: Blackwell, 2003.

KEHDI, Válter. A flexão de gênero em português. **Revista Língua e Literatura**, São Paulo, v. 8, p. 315–318, 1979.

KIRSCH, Max H. **Queer Theory and Social Change**. London & New York: Routledge, 2000.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 41, n. 2, p. 75–89, 2001.

KÖVECSES, Zoltan; RADDEN, Günter. Metonymy: developing a cognitive linguistic view. **Cognitive Linguistics**, Berlin, v. 9, n. 1, p. 37–77, 1998.

KULICK, Don. **Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. 2 ed. Chicago: Chicago University Press, 2003.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. **More than cool reason: a field guide to poetic metaphor**. Chicago: Chicago University Press, 1989.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. 2 ed. Chicago & London: Chicago University Press, 1990.

LAKOFF, Robin. **Language and woman's place**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. **Cognitive Grammar: a basic introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Metonymic grammar. In: PANTHER, Klaus-Uwe; THORNBURG, Linda; BARCELONA, Antonio (Org.). **Metonymy and Metaphor in Grammar**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2009.

LANGENDONCK, Willy van. Iconicity. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Org.). **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LIVIA, Anna; HALL, Kira (Org.). **Queerly Phrased: language, gender, and sexuality**. New York: Oxford University Press, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTYNA, Wendy. What does 'he' mean? Use of generic masculine. **Journal of Communication**, Oxford, v. 28, p. 131–138, 1978.

MATASOVIĆ, Ranko. **Gender in Indo-European**. Heidelberg: Winter, 2004.

McCONNELL-GINET, Sally. Gender and its relation to sex: the myth of 'natural' gender. In: CORBETT, Greville (Org.). **The expression of gender**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015.

MELO, Pedro de Souza. **Entre a Circulação do Café e a Interdição da Cocaína: as Políticas de Controle de "Drogas" a partir de Santos**. 2018. 171f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). 2018.

MUCCHI-FAINA, Angelica. Visible or influential? Language reforms and gender (in)equality. **Social Science Information**, London, v. 44, n. 1, p. 189–215, 2005.

NEF, Frédéric. **Logique, langage et réalité**. Paris: Éditions Universitaires, 1991.

OLIVEIRA, Cleude R. Presidente ou presidenta: questões linguísticas e sócio-culturais. **Linguasagem**, São Carlos, v. 20, n. 1, paginação indeterminada, 2012.

PANTHER, Klaus-Uwe; THORNBURG, Linda L. The roles of metaphor and metonymy in English -er nominals. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralf (Org.). **Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast**. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2003.

POSSENTI, Sírío; BARONAS, Roberto Leiser. A Linguagem Politicamente Correta no Brasil: uma língua de madeira? **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 47–72, 2006.

RADDEN, Günter. Generic reference in English: a metonymic and conceptual blending analysis. In: PANTHER, Klaus-Uwe; THORNBURG, Linda L.; BARCELONA, Antonio (Org.). **Metonymy and Metaphor in Grammar**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2009.

RICH, Adrienne. **On Lies, Secrets, and Silence**: selected prose 1966–1978. New York & London: Norton, 1995.

RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John (Org.). **Genderqueer and Non-Binary Genders**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

ROSCH, Eleanor. Cognitive Representation of Semantic Categories. **Journal of Cognitive Psychology**, London, v. 104, n. 1, p. 192–233, 1975.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1–88, 2003.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, Francisco J. The role of mappings and domains in understanding metonymy. BARCELONA, Antonio. (Org.). **Metaphor and Metonymy at the Crossroads**: a cognitive perspective. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 2000.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, Francisco J.; Díez VELASCO, Olga I. High-level metonymy and linguistic structure. **Sincronía**, Jalisco, v. 6, n. 20, páginação indeterminada, 2001.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, Francisco J., & PÉREZ HERNÁNDEZ, L. Metonymy and the grammar. **Language & Communication**, v. 21, n. 4, p. 321–357, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTS, Alex. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da universidade federal de goiás diante das ações afirmativas. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 10, n. 20, p. 641–651, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SERANO, Julia. **Whipping girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity**. Emeryville: Seal Press, 2007.

SILVA, Augusto Soares da. "Perspectivação conceptual e gramática". **Revista Portuguesa de Humanidades**, Braga, v. 12, n. 1, p. 17–44, 2008.

STEEN, Gerard. The Cognitive-Linguistic Revolution in Metaphor Studies. In: LITTLEMORE, Jeannette; TAYLOR, John R (Org.). **The Bloomsbury Companion to Cognitive Linguistics**. London & New York: Bloomsbury, 2014.

_____. Mixed metaphor is a question of deliberateness. In: GIBBS, Raymond. **Mixed metaphor**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2016.

_____. Deliberate Metaphor Theory: basic assumptions, main tenets, urgent issues. **Intercultural Pragmatics**, v. 14, n. 1, p. 01–24, 2017.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

ANEXO A

1)

2)

Enclave Cia de Dança · Ontem às 16:59 · 🌐

Assinam o presente Manifesto os nomes abaixo e todxs os demais artistas, alunos, alunas, professorxs e amantes desta arte juntxs pela democracia (basta compartilhar adicionando seu nome à lista)

Adolfo Lachtermacher, cineasta e produtor cultural (Rio de Janeiro)

Adriana Britto, bailaora (Rio de Janeiro)

Alê Palma, guitarrista, produtor/diretor do Flamenco na Mateus (Curitiba)

Alejo, percussionista (Rio de Janeiro)

Alessandra Kalaf, bailaora Grupo Luceros e

3)

Marcos Bagno

19 min · 🌐

Pra não dizer que não falei de linguística:

Um dos fenômenos linguísticos mais estudados no Brasil nas últimas décadas é o das chamadas "orações relativas" (ou "adjetivas", na nomenclatura tradicional), isto é, aquelas que vêm antecedidas de um pronome relativo (que, o/a qual, cujo, onde etc.). As pesquisas têm mostrado que a preferência nacional recai sobre as chamadas "relativas cortadoras", aquelas em que a preposição que deveria anteceder o pronome relativo é "cortada". Por exemplo: "um filme que eu gosto muito" em lugar de "um filme de que eu gosto muito", ou "a ponte que a gente passou ontem" em lugar de "a ponte pela qual a gente passou ontem". Falam assim 99% dxs brasileirxs, mesmo aquelxs que juram que não (a coisa mais divertida na pesquisa linguística é ver a contradição entre o que a pessoa diz que fala e o que ela de fato fala). Quando um fenômeno de mudança se completou na fala (como é o caso), ele passa a exercer profunda influência sobre a escrita, incluindo a escrita mais monitorada. É o que comprova o título da matéria abaixo, publicada num site dedicado à educação, o que é muito sintomático (no

4)

Lahra Sousa

43 min · 👤

Um feliz e democrático dia dxs professorxs a todxs xs amigxs que fortalecem a democracia nas salas de aula por aí. ❤️
(pra quem ainda não entende, não estou falando de partidarismo)
Para xs professorxs que vão votar no Bozonazi, desejo estudo e vergonha na cara.
Beijos

👍🤔 11

1 comentário

Curtir

Comentar

5)

8)

9)

26
OUT

Sarau Peixeira de
Baiano - TODXS
contra o Fascismo
Público · Evento · por Coletivo
Peixeira de Baiano

Mensagem

★ Tenho in... ✓ Compar... ➔ Compar... ... Mais

🕒 Sexta, 26 de outubro de 2018 de 22:00 a 05:00

10)

11)

que se mantêm naturalizadas, e que são habitualmente reproduzidas no seio das organizações dos setores subalternos, mesmo quando se propõem a mudar radicalmente a ordem social. Neste artigo, pretende-se traçar um quadro político e ideológico a partir do enunciado pelo *nuestro feminismo*, recuperando as contribuições do feminismo latino-americano, negro, de cor, lésbico, descolonizado, que desafia os limites da compreensão masculinista no debate sobre o sujeito político revolucionário.

12)

Educere
Et
Educare
ISSN 1809-5208
e-ISSN 1981-4712

Vol. 10 Número 20 - Jul/ Dez. 2015 p. 641 - 652
UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL

A década de 2000 representa para o Brasil o período de discussão e implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior (IES). A proposta que apresentamos consiste numa abordagem de algumas trajetórias coletivas e individuais de estudantes negrxs graduadxs na Universidade Federal de Goiás e que estão cursando ou concluíram a pós-graduação *stricto sensu*. Um levantamento preliminar indica que a participação em projetos ou programas de ações afirmativas e em coletivos de estudantes negrxs ou núcleos de estudos afro-brasileiros propicia uma ampliação da experiência acadêmica, incluindo a continuidade na pós-graduação, resultando na formação de um movimento negro de base acadêmica e de territórios racializados (negros ou interraciais).

13)

postado em 25 de março

batemos 1 MILHAUM de STREAMINGS do disco TODXS no spotify!!!
ay meu corazón!
sem palavras para agradecer esse carinho
e retorno com o som que a gente construiu na raça.
um disco que levou um ano pra ser gravado
e de forma totalmente independente.
valeu @spotifybrasil e à @dittomusic
pela parceria e trabalho feito com amor.

14)

15)

16)

1.285 visualizações

bardosarcos Não é só o @theatromunicipal que tem palco para bailarinas. Nossxs bartenders mereciam sapatilhas em suas mãos. Com vocês @chulabarmaid, nosso Nijinsky.

17)

♥ 48,640 Likes to 403 posts in 2018
psico.pop Thank you for your likes!

45 curtidas

psico.pop Nossas postagens mais curtidas do ano.

Obrigado a todxs seguidorxs.

Feliz ano novo!

#psicopop #felizanonovo
#psicologiaparatodxs #maiscurtidas
#obrigado #2018 #2019 #saudemental
#lgbtqi #psicologiaparatodxs
#sexualidade #lgbtqi #resistencia #luta
#homofobiano #odionao #odionão
#amor #diversidade #hétero #gay
#lesbica #bisexual #transexual
#pansexual #minoriasunidas #todxs
#terapiaafirmativa #lgbtiq #nãodesistem

18)

19)

20)

21)

22)

Rosane De Sá Amado
53 min · 🌐

A tod@s os familiares e amig@s que se dizem cristãos:

Lembrem-se: Jesus foi torturado até a morte!!!

É esse candidato, que elogia o maior torturador da ditadura, que vocês querem como presidente???

Você, Ju Gregolin e outras 22 pessoas

1 comentário 14 compartilhamentos

[Curtir](#) [Comentar](#) [Compartilhar](#)

23)

↻ Laura Carvalho retweetou

Monica de Bolle @bollemdb · 2h

Eu já assinei, com orgulho, na semana passada. Convido, novamente, tod@s a assinar a [@folha](#).

Pela imprensa livre, sem que o presidente-eleito possa fazer nada a respeito. Isso chama-se liberalismo de verdade, não de mentirinha. Imprensa livre é democracia.

133 246 1.446

24)

Atenção, prezad@ alun@ e servidor(a)!

Esta é a última oferta de 2018 dos idiomas Espanhol, Francês, Italiano e Português como Língua Estrangeira pelo Programa IsF!

De 16 a 25 de outubro até o meio-dia (horário de Brasília), estão abertas inscrições para cursos presenciais de ESPANHOL, FRANCÊS, ITALIANO e PLE (Português como Língua Estrangeira, destinado a

25)

Caros @migos, envio material para divulgação em suas listas e nas listas da ADHILAC Brasil e da ADHILAC Internacional, bem como nas listas da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, DA PUC/SP, do Centro Paula Souza, da UNILA e da EPN/UNIFESP-Campus OSASCO sobre a realização do I Seminário Internacional de Comércio Exterior e Desenvolvimento Regional que ocorrerá entre os dias 30 de Junho e 1 de Novembro de 2018 nos campus da UNIFESP-Osasco e das Fatecs de São Roque, Itu e Osasco.

Segue o link para inscrição no Seminário e o release do evento em anexo para divulgação

Obs: solicitamos aos interessados que efetuem suas inscrições até o dia [30/102018](#).

26)

em muitos meios e meios de relações racistas, a violência do lençol branco imaculado lavado por mãos negras – reparem a semiótica da foto, tá tudo aí, a casa higienizada, a dona da casa domesticadinha, cabecinha de lado, sorrisinho meigo. As violências ditas da boca da fora que “não saem do coração” mas afetam vidas e corações. Que mundo será que estas pessoas acham que estão fortalecendo? Guilherme Mata disse: violência simbólica gera violência real. E já estamos vendo o resultado disso nas ruas.

o Brasil, este país construído em bases violentas camufladas pelo mito do brasileiro cordial. Estamos sendo obrigad_s a ver que o Brasil é racista, classista, homofóbico, machista.

Um país que deu anistia a torturadores e fingiu que a ditadura nunca aconteceu. Que não fez reparação pela escravidão e fala que é miscigenado e não é racista. Nós fechamos muitas feridas históricas sem limpar e agora elas inflamaram. Estamos sendo obrigados a ver que o Brasil é violento, racista, machista e homofóbico. Somos obrigados a falar sobre a ditadura e a olhar para ela de novo. Estamos olhando para as bases em que foram construídas nossas famílias e dizendo “Essa violência acaba em mim. Eu não vou passar isso adiante.” Como todo processo de cura emocional, esse também envolve olhar pras nossas sombras e é doloroso, sim, mas é o trabalho que calhou à nossa geração.

27)

Agradeço, em memória, as minhas duas queridas avós (Marlene e Conceição), que partiram em 2016 e em 2017, respectivamente, e estariam muito orgulhosas de mim, mesmo sem entenderem muito bem o que eu estou fazendo. Sentirei saudades de vocês e sei que levo um pouquinho da curiosidade da vovó Marlene e do humor da vovó Conceição comigo sempre.

Dedico essa dissertação a todas/todos/todes que, pelo gênero e/ou pela sexualidade, já se sentiram desconfortáveis no mundo e sofrem com isso. A vocês minha admiração, companheirismo e minha esperança de dias melhores.

28)

amigues que vão prestar vestibular esse ano ou que só gostam de redação mesmo

a @gab_a_carvalho e mais duas mulheres incríveis vão dar muitas dicas de conteúdo e estrutura nesse instagrã aqui

@daprausarnared

Send message

29)

BB CREAM **MATTE**
AVON COLOR TREND

**#SINTA
NAPELE**

EXPERIMENTE

A pele é a tela e a maquiagem um instrumento da arte. Criar e se reinventar com as cores é para todo mundo, sem gênero, sem idade, sem raça, sem data de validade. Faz sentido, não faz?

A maquiagem não deve ser camuflagem, deve ser escolha, Empoderamento. E antes de dizer, apenas sentir. Um movimento que nos coloca no lugar do outro, nos chama para a empatia.

#SintaNaPele a Beleza que é a sua cara na prática. Vem!

Novo BB Cream Matte Avon Color Trend para você, para TODOS!

30)

qgfeminista

**SE TODAS,
TODOS E TODES
MARCHAMOS
CONTRA O
OPRESSOR,
ENTÃO: QUEM É
O OPRESSOR?**

via @furiaradfem

Liked by femraiz and 723 others

qgfeminista fica difícil definir opressão desse jeito

#feminismo #feminismoraiz #leiamulheres

31)

4,218 likes
 furiaradfem PARTE UNO de ¿por qué el feminismo radical rechaza el uso del lenguaje inclusivo? —(parte

32)

@ekekmulticolor

260 likes

furiaradfem Todo el mundo creería que en el primer día del Encuentro Nacional de Mujeres se marcharía por los femicidios cada 30 horas, por las muertas por abortos clandestinos, por las desigualdades que sufrimos cada día sólo por ser mujeres y haber nacido con vagina. Por nosotras, las que morimos en la clandestinidad, prostitutas o empaladas. Pero no, se marchó por las travestis y trans. Dejándonos de lado en nuestra lucha, una vez más.

Nos están borrando de nuestra historia, nuestro propio movimiento, mientras todas/os ustedes festejan. No nos dejemos nuevamente para el final, que nunca llega.

Es un espacio de MUJERES, no de "todes". No nos van a borrar.

#enm #encuentronacionaldemujeres #feminismo #radfem #feminismoradical

33)

Todes preparades?
Estamos morrendo de saudades.

Como já era de se esperar, esse ano teremos
várias novidades e vamos precisar contar com
todes.

se liga no Bloco da Bicicletinha 2018

photo: Palestina Israel, bloco da bicicletinha 2017

3 comentários
7 compartilhamentos

35)

À Vida.

À minha avó, Bibiana, à minha mãe e ao meu pai, Regina e Marcos, ao meu irmão, Gabriel, e a toda minha família pelo carinho e companheirismo.

À professora Monica Herz, cuja orientação foi imprescindível para essa pesquisa.

Ao CNPq e à PUC-Rio por me providenciarem o material e a estrutura necessária durante todo o Mestrado.

A todas as professoras e funcionárias do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio pelo conhecimento compartilhado e pelo suporte.

À professora Manuela Trindade Viana pela amizade, confiança e conversas ao longo da pesquisa.

Às professoras da Comissão Avaliadora pela atenção.

Às colegas e amigas de pós-graduação, com um carinho especial para Amanda, Laís, Luciana, Luiz, Thaís e Ricardo.

Às amigas que me acompanharam nessa jornada: Amanda Mayumi, Bárbara, Derek, Fabio, Juliana, Kaio, Mariana, Vinícius, Sarah, Thomaz e todas que não foram citadas aqui mas que me apoiaram durante o Mestrado.

Às amigas do grupo Barthes e à professora Denise Portinari por me receberem e mostrarem que a academia pode ser leve e prazerosa.

36)

3. Fases do Processo

3.1 O processo seletivo para o PROGRAMA TRAINEE DE GESTÃO PÚBLICA é integralmente online e composto por 6 (seis) fases, sendo elas:

1. Cadastro de Informações Pessoais
2. Testes (atualidades, português e lógica)
3. Vídeo de Apresentação Pessoal e envio de Dados Complementares
4. Desafio de Gestão Pública
5. Entrevista por Competências
6. Entrevista com Governo

4. Requisitos para participação

4.1 Para participar do Processo Seletivo do PROGRAMA TRAINEE DE GESTÃO PÚBLICA, a candidata deve preencher os seguintes requisitos:

- 4.1.1 Ser brasileira ou ter sido naturalizada brasileira.
- 4.1.2 Ser maior de 18 anos.
- 4.1.3 Ter graduação completa em cursos de bacharelado ou licenciatura, com certificado de conclusão emitido até o dia 31 de março de 2019.
- 4.1.4 Agir em conformidade com os valores e a missão do Vetor Brasil, atendendo ao seu Programa de Integridade, devendo ainda assinar o Termo de Adesão ao Código de Ética disponível na página da candidata até a etapa 5 – Entrevista por Competências do Processo Seletivo.
 - 4.1.4.1 A assinatura do Termo de Responsabilidade obriga a candidata a cumprir e observar os princípios e diretrizes do Código de Ética do Vetor Brasil e, na eventual vigência de suas atividades, obriga-a a se submeter às sanções previstas em suas normas internas.

37)

38)

39)

[Seguir](#)**murilo aráujo**

@musaraujo

bicha, negra, cristã, militante e youtuber. uma
loucura. contato@muropequeno.com

📍 Rio de Janeiro, RJ

🔗 youtube.com/MuroPequeno

📅 Entrou em julho de 2009

1.153 Seguindo 26,7K Seguidores

[Tweets](#)[Tweets e respostas](#)[Mídia](#)[Curtidas](#)

40)

Lucas
@lucasferor

Tô loca para grudar uma gaay que faz cover de Verona e quer fazer carão para mim ainda....ela mal sabe que tô a 4 dias sem fumar maconha e aguentando hetero babaca em bloquinho que tô com o sangue fervendo!

14:50 · 04 mar 19 · [Twitter for Android](#)

41)

luscas ✓ @luscas · 16h
to tão morta que se eu deitar eh só enterrar

40 8.316 16,5K

42)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612113/CA

À professora Carla Rodrigues, a quem agradecerei mais extensivamente em uma dissertação futura, mas que não poderia deixar de mencionar aqui pela boa-vontade constante em me ajudar (e escutar meus lamentos);

Ao Victor, fiel escudeiro e revisor de todas as minhas ideias, que me apresentou indiretamente à Rojava (e a tantas outras coisas na vida, como Hume e Popper, psicanálise, BDP e o companheirismo humano, pilar de todas as coisas, inclusive deste trabalho);

À turma do mestrado 2016.1, onde encontrei os amigos que me deram as forças necessárias para atravessar esta trajetória;

Ricardo, Laís e Luiz, que fico imensamente feliz de saber que me acompanharão também no doutorado; Pedro e Luciana, de quem sentirei saudades todos os dias;

A todas as outras amigas/os queridas/os que também me ajudaram muito neste mestrado direta ou indiretamente, através de leituras e opiniões, conversas, aprendizados e trocas que influenciaram meus estudos, ou através de muito carinho, compreensão e cerveja. Daniel, Juliana, Tássia, Fabiana, Taís, Brena, Rod, Fernanda, Gleice e Daiane;

43)

TIM 10:51 59%
cartaeducacao.com.br

O **plano** tem sido colocado de escanteio, enfrentando atrasos, subfinanciamento e enfraquecimento das instâncias de participação. Seja qual for o resultado das eleições, a(o) próxima(o) presidente terá que fazer um esforço para cumprir os dispositivos atrasados e cuidar para que o plano siga sendo implementado.

Conheça, abaixo, as 20 metas definidas pelo PNE:

44)

Elizabeth Braga

3 h · 👤

...

Vivam as/os artistas lúcidos desse Brasil!
#HaddadPresidente

epoca.globo.com

Artistas vão às ruas conversar com eleitores para tentar virar votos pró-...

Você e outras 9 pessoas

1 comentário 1 compartilhamento

Curtir

Comentar

Compartilhar

45)

Após a **Etapa 6 - Preferências e Pareamentos**, as(os) finalistas ficam disponíveis para possíveis indicações, entrevistas e contratações pelos governos; ou seja, o Vetor faz a ponte, mas são os governos quem de fato selecionam as(os) Trainees que farão parte de suas equipes.

Precisa falar com a gente durante o processo?

Estaremos disponíveis para tirar dúvidas e resolver questões no decorrer do processo. Para isso, você deverá clicar [aqui](#), informar o seu CPF e contar pra gente o que aconteceu ou a sua dúvida.

Nosso horário de atendimento é das 9h às 17h30 (horário de Brasília), de segunda a sexta-feira, e das 9h às 12h30 (horário de Brasília) de sábado, exceto feriados nacionais e de São Paulo.

Não garantimos resposta para problemas técnicos fora desse horário. Então, é importante não deixar para fazer as atividades do processo na última hora, porque se surgir algum imprevisto, pode ser que aconteça a sua desclassificação por exceder o prazo limite da etapa -- e não queremos que isso aconteça!

46)

47)

48)

cuaso

para mim

07:55 [Ver detalhes](#)

...

Prezados(as) professores(as),
alunos(as) e funcionários(as),

Informamos que no período de **12 de outubro (sexta feira) até 14 de outubro (domingo)**, o acesso às dependências da Cidade Universitária será **controlado**.

Para maiores informações, [clique aqui](#).

Atenciosamente,

Prefeitura do Campus USP da Capital -

49)

DOI: 10.5212/PraxEduc.v.7iEspecial.0004

**Quando os(as) alunos(as) já são professores(as):
estágio, pesquisa e prática docente na formação de
professores(as) indígenas***

**When students become teachers: training period,
research and teaching practice in the formation of
indigenous teachers**

Carlos Humberto Alves Corrêa**

Elciclei Faria dos Santos***

Rosa Helena Dias da Silva****

50)

Data-base: conheça a pauta unificada de

Por que os(as) professores(as) das Instituições Federais estão em greve?

Nota do Andes à Sociedade Brasileira

A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade é parte essencial da história do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), assim como a exigência da população brasileira, que clama por serviços públicos, com qualidade, que atendam às suas necessidades de saúde, educação, segurança, transporte, entre outros direitos sociais básicos.